

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal

Sumário

Mensagem do Presidente

Execução do Plano de Actividades

Relatório de Gestão


Anexos



Matosinhos
Câmara Municipal

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Mensagem do Presidente

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



Rasgar novas vias, criar condições para aprofundar os projectos de dinamização de Matosinhos.

2007 demonstrou uma autarquia com excelente saúde financeira e que se mantém firme nas suas principais opções (educação, ambiente, cultura e turismo). Simplificar, mobilizar, valorizar e estar perto das pessoas permanecem as divisas fundamentais do mandato.



A capacidade de execução demonstrada diz bem da aptidão dos serviços e do seu empenhamento em prol da população de Matosinhos.

Os dois anos e meio volvidos desde o início do mandato expressam de forma clara os compromissos assumidos e dão-nos confiança para continuarmos na senda do projecto e da estratégia que definimos para Matosinhos.

Presidente da Câmara
(Dr. Guilherme Pinto)




Execução do Plano de Actividades

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



Execução do Plano de Actividades

Comunicação e Relações Públicas

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



Conferir à Comunicação e Imagem e às Relações Públicas uma marca de grande qualidade, com reconhecimento imediato junto dos cidadãos, é uma missão na qual nos empenhamos diariamente e – porque não assumi-lo – de forma apaixonada. Com uma equipa reforçada e multidisciplinar, em 2007 procuramos fazer mais e melhor na **organização dos eventos**, na minuciosa preparação prévia de cada um deles, na gestão adequada de meios humanos e materiais para o sucesso de cada uma das iniciativas, na recepção aos diferentes públicos dos diferentes eventos, na monitorização de todas as fases processuais com vista à melhoria de procedimentos. A procura diária e crescente dos munícipes através do site oficial da Autarquia e pela sua participação e/ou intervenção através de serviços como “A Voz do Munícipe” e “Contacte o Presidente”, denota um aumento do grau de exigência e de necessidade de respostas simples e rápidas por parte dos matosinhenses.

2007 foi, sem dúvida, um ano de grandes mudanças na página da internet. Na área das novas tecnologias da informação, nunca nada está completo. Há sempre possibilidade de ir mais além. De criar. De inovar. A versão inglesa do nosso site foi mais um passo em frente na comunicação externa. Queremos ir além fronteiras para dar a conhecer Matosinhos e as suas potencialidades: a cultura, a gastronomia, a arquitectura, o turismo, etc.



A **versão inglesa da nossa página da internet** foi colocada online em Junho de 2007. No final do ano, e depois de alguns meses de um longo trabalho de análise, investigação, *benchmarking* e criação, avançamos com outra grande inovação: **um total restyling do site**. Após dois anos de funcionamento, e de acordo com o desenvolvimento sustentado dos serviços do site da autarquia, efectuamos uma remodelação da sua imagem, introduzindo uma série de novas valências que dão largas ao desafio da democratização do acesso às novas tecnologias da informação.



Pequenas inovações como adicionar a favoritos, recomendar a um amigo, impressão de conteúdos de qualquer página do site, o estado do tempo, o link para o site em inglês, ou uma agenda de eventos em forma de calendário que permite marcação em agenda outlook e geolocalização através de mapa interactivo fazem da nossa página da internet uma das mais evoluídas a nível nacional. Há ainda que destacar uma das



nossas maiores inovações: a colocação de monumentos de Matosinhos em 3 D no Google Maps. É importante salientar que fomos a primeira autarquia do País a fazê-lo!

A aposta da *e-democracia* é, de facto, uma mais-valia que nos distingue e nos faz sobressair no panorama nacional. Fóruns de discussão, sondagens, comentários aos projectos, comentários dos planos de pormenor e dos regulamentos em apreciação, consulta das actas da reunião de câmara, consulta das deliberações da Assembleia Municipal, interactividade com o cidadão através da Voz do Município. Newsletter semanais e especiais para cerca de 15 mil visitantes que se inscreveram e que fazem parte da nossa base de dados.

A “Voz do Município” e o “Contacte o Presidente” são uma ferramenta de grande importância no que diz respeito à e-democracia. No ano de 2007, recebemos 1014 mensagens através deste do serviço “Voz do Município”. Introduzimos no site outra funcionalidade que privilegia a proximidade com o cidadão: os *Feeds* ou RSS, um formato de distribuição de informações pela Internet, como notícias, agenda de eventos e actualidades.



A nossa aposta na **Revista Municipal** continua de forma sistemática e reiterada. O design apelativo, a qualidade artística e gráfica de cada imagem, o cuidado no pormenor, a aposta no bom-gosto e na inovação, tudo é pensado para agradar a quem nos folheia. Em 2007, produzimos quatro revistas municipais distribuídas por todos os domicílios das dez freguesias de concelho porque os eventos do município são de todos e para todos. Uma Revista Municipal só faz sentido se a mensagem que ela transmite chegar a todas as ruas, todos os prédios, todos os bairros, todas as freguesias.

Igualmente relevante foi a presença do município de Matosinhos na Iporto, a agenda cultural da Área Metropolitana do Porto, na Revista Viva, e no Porto Canal, órgãos de comunicação com quem foram estabelecidos protocolos e através do qual foram veiculadas 35 campanhas institucionais.

As duas Reuniões Gerais de Trabalhadores

até agora realizadas foram experiências muito positivas e, de uma forma geral, recolheram o agrado de todos os funcionários do município. O encontro de 2007 foi uma espécie traduziu-se num salto qualitativo face à primeira experiência. O local escolhido foi de novo a Quinta da Conceição, proporcionando uma tarde num dos *ex-libris* do Concelho. Este ano foram homenageados 25 funcionários entretanto



reformados e entregues 58 diplomas de reconhecimento, validação e certificação de competências, momento de orgulho para os colaboradores visados e para os seus colegas e chefias.

A área das **Relações Públicas** divide a sua actividade interna e externamente. O vector externo, consiste em todo o trabalho desenvolvido na **recepção e encaminhamento** de todos os que estabelecem as mais diversas formas de contacto com a Câmara Municipal. Neste parâmetro inserem-se o atendimento no balcão de entrada do edifício dos Paços do Concelho, o atendimento no Gabinete de Relações Públicas, sendo que



neste sector se enquadram igualmente todo o serviço de atendimento telefónico geral e o efectuado através da Linha Azul.



A acrescentar ao atendimento geral e encaminhamento, o atendimento do Gabinete de Relações Públicas passou a prestar apoio na inscrição do Programa Voluntariado em Matosinhos, ao serviços do Tanatório de Sendim, à MatosinhosHabit com inscrições para habitação social e pedidos de obras e no âmbito da Universidade Sénior de Matosinhos.

No vector interno destaca-se a **organização e apoio as cerca de 750 iniciativas**, quer nos diversos equipamentos municipais, quer em diversas zonas do Concelho, apostando cada vez mais numa eficiência técnica e organizativa.

No que diz respeito às **geminções**, em 2007 procedeu-se à actualização dos contactos com os vários países que têm geminções com o município de Matosinhos. Destaca-se, ainda, um intercâmbio com a geminação de S. Tomé e Príncipe, onde foi prestado apoio logístico a uma concidadã de Matosinhos que se encontrava em território São-Tomense a efectuar uma tese de doutoramento.



Os serviços descentralizados dos **Espaços Internet, Postos de Atendimento ao Cidadão e Loja Municipal do Cidadão** registaram no global um aumento do número de utentes durante o ano de 2007, tal como tem sucedido ao longo dos anos desde a sua implementação. A actividade funcional dos Postos de Atendimento ao Cidadão, em S. Mamede de Infesta e em Leça da Palmeira, foi reforçada pela introdução de novas valências no âmbito da ADSE, nomeadamente através da emissão do Cartão Europeu de Saúde da Segurança Social e da recepção e encaminhamento para os serviços centrais de recibos, serviço este que tem registado um interesse e uma afluência significativos, nomeadamente junto das populações idosas que habitam juntos a estes equipamentos. Para além destes novos serviços, registou-se

a manutenção de todos os serviços protocolados, destacando-se o do Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres como um dos serviços de excelência para os utentes e que foi reforçado com as recentes alterações no que diz respeito à renovação das cartas de condução em função da idade.



A Loja Municipal do Cidadão tem igualmente reforçado a sua presença como equipamento descentralizado, no que respeita à prestação de alguns serviços municipais.

Os Espaços Internet, localizados em Matosinhos, S. Mamede de Infesta e em Stª Cruz do Bispo, registaram igualmente um aumento de utentes, destacando-se o Espaço Internet de Matosinhos, que sofreu uma alteração ao nível da sua localização, tendo iniciado a sua actividade em Janeiro de 2007 no edifício da Antiga Câmara em Brito Capelo e atingido um total de onze mil utentes.





Execução do Plano de Actividades

Modernização Administrativa

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



Passamos a explicitar algumas das actividades executadas no ano de 2007, agrupadas pelas principais áreas de intervenção: Informática e Modernização Administrativa.

O ano de 2007 pautou-se pela continuidade em termos da renovação do parque informático da CMM, de modo a garantir os passos necessários para uma maior produtividade dos colaboradores municipais e garantir a salvaguarda e partilha da informação.

Por outro lado, procedeu-se a uma série de alterações da rede informática em alguns edifícios/zonas dos Paços de Concelho, à instalação do espaço de Brito Capelo (CIAC, Tribunal Arbitral, Espaço Internet e Loja do Emprego) e à remodelação integral do Horto Municipal em termos de comunicações e rede informática. Em suma, foi seguida a tendência dos anos anteriores, sendo estas redes dotadas de tecnologia de Voz sobre IP (VOIP).



Durante 2007, procedeu-se também a uma Intervenção, de fundo, a vários níveis, no Palacete Visconde de Trevões e que permitiu o seu aproveitamento para albergar temporariamente alguns dos serviços municipais até à utilização definitiva do edifício.

Ao nível dos servidores, processou-se à migração dos servidores centrais para servidores baseados em tecnologias mais modernas (do tipo Fault-Tolerant) e à montagem de servidor de terminais para dar suporte à integração dos funcionários dos SMAS e que servirá, igualmente, de suporte à actividade do front-office.

Igualmente importante foi a consolidação das bases de dados dos nossos sistemas de gestão (da empresa Medidata) num único servidor de base de dados permitindo a instalação de Webservices e passagem de um referencial seguro para os sistemas de informação geográfica. Tal permitirá a integração de um vasto leque de aplicações e a partilha de informação mais rápida e em plataformas mais amigas do utilizador.



Durante o 2º semestre do ano, assistimos à aprovação do projecto Metropolis, permitindo financiar os esforços de Tecnologias de informação de um modo mais sustentável para o erário camarário.

Em termos de controlo da assiduidade, foi lançado concurso para novo controlo de assiduidade de forma a garantir um efectivo controlo de acessos.

Ainda durante o ano 2007, procedeu-se ao devido acompanhamento do lançamento do processo tendentes à criação do Front-Office. Com este Gabinete do Município, pretende-se agregar todas as funções fundamentais do atendimento ao município (Urbanismo, Taxas e Licenças e Outros), independentemente do canal que seja utilizado para este fim (presencial, web, telefone, sms, correspondência), criando-se, assim, uma organização responsável pela relação entre o



município e o município. Este projecto tem por base a implementação de uma solução de atendimento e intranet, devidamente modeladas ao negócio da autarquia de Matosinhos, de forma a representar da melhor forma os requisitos de atendimento de clientes actuais da CMM e a permitir uma evolução de acordo com as necessidades futuras. Complementarmente, será lançada uma solução de Gestão Documental, de modo a ser também possível a desmaterialização de processos.

Esta filosofia de atendimento aos clientes tem vantagens significativas sobre aquelas mais fragmentadas, em que o atendimento é disperso pelas diferentes unidades orgânicas que prestam os serviços. Estas vantagens são perceptíveis nomeadamente ao nível da gestão dos recursos de atendimento, da garantia de qualidade da relação com os clientes, da obtenção de indicadores de negócio que reflectem a realidade e da simplificação da vida aos clientes.

O Processo de Atendimento, partindo da filosofia de CRM (Customer Relationship Management), pressupõe que o cliente é sempre o foco da relação, mantendo-se um registo com uma visão de 360º dos seus dados, do histórico da relação, da sua situação presente em termos de processos a decorrer na CMM e da sua agenda futura - permite o seu conhecimento efectivo e intenso.

Com esta framework pretende-se Informar os clientes, receber e registar os seus Pedidos, permitir a Consulta ao estado dos seus processos e receber e registar as suas Reclamações/Sugestões. A exploração do CRM constitui um instrumento de contacto eficaz com os clientes, que o município utilizará nas mais variadas circunstâncias.

Também a modernização dos Armazéns Gerais foi um processo devidamente acompanhado, em que se visou, por um lado, a adaptação das condições de trabalho às novas exigências e, por um lado, o melhor acolhimento possível aos novos funcionários provenientes dos SMAS.



Execução do Plano de Actividades

Gabinete de Auditoria

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



O ano de 2007 apresentou-se para o Gabinete de Auditoria como um ano de consolidação dos seus objectivos, princípios e regras bem como de coesão da sua equipa, não obstante ainda não se encontrar dotada de todos os recursos necessários.

Assim sendo, desenvolveu-se um espírito de equipa, inovador e interventor, adepto da implementação de boas práticas por toda a organização, da optimização de procedimentos, promotor da legalidade, da transparência e da credibilidade dos serviços e garante da fiabilidade de toda a informação

Foi aprovado um plano de acção anual, que teve por base o conhecimento das fragilidades e riscos inerentes aos diversos serviços, de modo a que, através das recomendações emanadas nos relatórios de auditoria, e das respectivas acções correctivas a desenvolver pelos serviços competentes, se reorganizassem os serviços, corrigissem eventuais erros processuais, eliminassem a probabilidade do não cumprimento da lei e se adoptasse a monitorização de processos como um instrumento essencial para a garantia e salvaguarda dos interesses económico-financeiros da autarquia.

Sendo da responsabilidade da Auditoria Interna, proceder a uma correcta e sistemática avaliação e monitorização dos riscos de controlo, da gestão, assim como das políticas e procedimentos, foram desenvolvidos, ao longo do ano em análise, métodos e procedimentos a adoptar nas Auditorias Internas, bem como regras para a elaboração dos relatórios de auditoria, onde se identificam pontos fortes, pontos fracos, conclusões gerais, recomendações globais, e prazos para a sua implementação, o que implica acções de *follow-up*, atendendo a que consideramos indispensável a supervisão dos trabalhos que vão sendo desenvolvidos, decorrentes das recomendações, bem como a avaliação da sua eficácia e utilidade.

A dinâmica imposta à actuação do gabinete procurou desmistificar a ideia preconcebida de que a função de auditoria se fundia com a função de mera inspecção, devendo a auditoria interna ser entendida como um instrumento ao serviço da gestão, contribuir para a resolução das debilidades existentes no funcionamento dos diversos serviços e avaliar a eficiência e eficácia dos seus procedimentos, bem como dos sistemas de controlo, e propor eventuais alterações.

No âmbito da certificação da Qualidade dos serviços, o Gabinete de Auditoria acompanhou o processo de implementação, monitorização e certificação do SGQ das Casas da Juventude bem como da DMAT, Bibliotecas e Turismo. Além disso, o gabinete tem acompanhado e apoiado o processo de criação do Front-office municipal.





Execução do Plano de Actividades

Gabinete de Estudos Estratégicos

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



A acção municipal carece, cada vez mais, de um manancial vasto de informação e conhecimento actualizado nas mais diversas áreas do saber. O acompanhamento da dinâmica concelhia e regional e a evolução do saber permite á autarquia tomar medidas de política municipal inovadoras, ou de correcção da estratégia de intervenção nas distintas áreas de intervenção municipal.

Foi por isso determinante, durante 2007, a estabilização do **Sistema de Informação Local** que permitiu a recolha, tratamento e divulgação de informação estatística de relevância para o concelho de Matosinhos que, em articulação, com o Sistema Municipal de Informação Geográfica muito têm contribuído para a sistematização dessa informação e servido de referência a nível nacional.

Quanto aos **Estudo de Âmbito Concelhio** refira-se o aprofundamento da relação com a Universidade do Porto ao nível da produção do conhecimento, através do desenvolvimento dos processos de elaboração da Carta de Ordenamento e Desenvolvimento Comercial do Concelho e os Projectos de Desenvolvimento Integrado de Brito Capelo e da Rua Heróis de França que se encontram em fase terminal e que servirão de base a todo o projecto de desenvolvimento da Quadra Marítima. O ano de 2007, foi igualmente o ano em que se definiram as bases que permitirão a adesão do município a uma estratégia de desenvolvimento sustentável assente na Agenda 21 Local como instrumento efectivo de orientação para definição das políticas públicas.

Ao nível da **Cooperação Internacional**, o ano transacto assistiu ao encerramento de duas redes de cooperação europeia para a inovação e o desenvolvimento – o projecto SUDEST e o projecto IMAPS – em que o município participava e dinamizava.

O projecto SUDEST era apoiado pela iniciativa comunitária URBACT aplicado à problemática da sustentabilidade ambiental e coesão social das cidades portuárias. O projecto envolveu as cidades portuárias de Nápoles e Livorno, em Itália, de Bastia e Le Havre, em França, de Istambul, na Turquia, bem como de Matosinhos e Porto (numa parceria entre CMM, APDL, Porto Vivo e Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto).



O projecto IMAPS (Gestão Integrada de Riscos e Factores Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável das Áreas Periféricas Portuárias), e financiada pelo INTERREG IIIC que visava a criação e dinamização de uma rede europeia de cooperação no âmbito da gestão de riscos civis e ambientais nas zonas litorais e portuárias. A rede de cooperação envolvia as seguintes cidades portuárias: Matosinhos, Brest (França), Tarento (Itália), Constantza (Roménia), Cadiz (Espanha) e Ilha de Wrigth (Reino Unido).



Considerando que o novo ciclo de programação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal, enquadrado no **Quadro de Referência Estratégico Nacional** para o período 2007-2013 (QREN), introduz um conjunto de mudanças face aos anteriores QCA, nomeadamente quanto aos princípios orientadores, aos objectivos a prosseguir, à sua organização e ao modelo de governação foi desenvolvida uma metodologia de trabalho para a elaboração e acompanhamento dos processos de candidatura a financiar pelos fundos estruturais, assente no funcionamento de uma equipa pluridisciplinar que envolve técnicos das diferentes Unidades Orgânicas envolvidas na execução do investimento ou actividade, com a qual pretende estabelecer um padrão mínimo de qualidade que garanta aos projectos a sua adequação aos princípios de selectividade e de sustentabilidade financeira previamente estabelecidos.

Fundos Estruturais – Execução a 31/12/2007

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER



Em termos de Fundos Estruturais, vertente FEDER, no decurso do III Quadro Comunitário de Apoio e até ao final do ano de 2007 (ano de encerramento do QCAIII), a Câmara Municipal de Matosinhos, através do Gabinete de Estudos Estratégicos em cooperação com os diferentes Departamentos, apresentou um conjunto de candidaturas, integradas em diferentes Programas Operacionais (Sectoriais e Regional).

No âmbito do **Operação Norte – Programa Operacional da Região do Norte**, a situação a 31/12/2007 é a seguinte:

Eixo Prioritário 1 – Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal – Secção A

Medida 1.1 – Sistemas Ambientais Locais

- Dez candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 9.042.471,59 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 5.756.999,90 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 63,6%. As candidaturas encontram-se concluída, apresentando uma taxa de execução, relativamente ao proposto em candidatura de, aproximadamente, 96%. Os factos que originaram este pequeno desvio, resultam de variações nas quantidades de material aplicadas em obra e, da não elegibilidade do IVA na rubrica correspondente ao Abastecimento de Água que integrava as candidaturas mais antigas.

Medida 1.2 – Redes e Sistemas de Transportes Locais

- Duas candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 3.137.024,76 Euros, a que correspondeu uma comparticipação de 2.341.953,72 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. As candidaturas encontram-se concluídas, apresentando uma taxa de execução, relativamente ao proposto, de 100%.



Medida 1.3 – Qualificação Territorial

- Quatro candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 8.967.467,55 Euros, a que correspondeu uma comparticipação de 6.561.306,01 Euros, resultante da aplicação de uma taxa média de co-financiamento de 73,2%. Todas as candidaturas se encontram concluídas, apresentando uma taxa de execução, relativamente ao proposto em candidatura, de 100%.

Em termos globais, os valores da despesa elegível homologada e os comparticipados no âmbito do Eixo 1 – Secção A, do ON – Programa Operacional da Região do Norte foram, respectivamente, 21.146.963,90 Euros e 14.660.228,83 Euros, representando uma taxa de execução de aproximadamente 100%, que denota uma grande capacidade na gestão dos projectos e na absorção dos fundos estruturais disponíveis.

A reforçar esta capacidade de absorção de fundos estruturais, temos o facto, de no decurso do ano de 2006, esgotada a dotação fixada para a Câmara Municipal de Matosinhos, apresentaram-se, no âmbito do Eixo Prioritário 1 do PO Norte, quatro candidaturas à Bolsa de Overbooking, com um valor elegível de 4.532.797,65€, a que corresponde uma comparticipação FEDER de 3.150.888,67€. Estas candidaturas, apesar de se encontrarem aprovadas, só poderão ser objecto de financiamento, caso exista dotação financeira remanescente, proveniente, quer das correcções financeiras decorrentes de acções de controlo e acompanhamento, quer dos saldos de execução dos projectos aprovados no âmbito deste Eixo. O processo de encerramento do QCAIII ainda não se encontra concluído, não existindo portanto a confirmação da dotação financeira libertada.

Dentro deste Eixo, e excedendo também o valor fixado para o município, foi homologação uma candidatura integrada na Medida 1.9 – Saneamento Básico – Zonas de Intervenção Prioritárias, com um investimento elegível de 1.654.312,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 992.587,00 Euros. Esta candidatura encontra-se parcialmente executada, restando para o seu encerramento a apresentação do Relatório Final de Execução.

É ainda importante, realçar o facto, de a Câmara Municipal de Matosinhos ter cumprido todos os objectivos estabelecidos pela Unidade de Gestão do ON – Programa Operacional da Região do Norte, estando, no caso das empreitadas já concluídas, entregues e aprovados os respectivos Relatórios Finais de Execução.





Total das candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Secção A, do ON-PO Norte

Valor em euros

PO – NORTE	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI- CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 1.1 SISTEMAS AMBIENTAIS LOCAIS			
REM.REDES SANEA/BÁSICO S.MAMEDE DE INFESTA-1ª FASE	1.327.874,82	900.898,70	Concluído
REM.REDES SANEA/BÁSICO R.CENTRAL SEIXO – S.MAMEDE DE INFESTA	1.148.108,06	621.207,16	Concluído
CONSTRUÇÃO CONDUTA ADUTORA DIST. INFRAEST. TRAV. AVILHÓ-CUSTOIAS	751.424,07	480.205,36	Concluído
REMODELAÇÃO DAS REDES SANEA/BÁSICO R.1º DEZEMBRO	628.994,12	441.795,85	Concluído
REMODELAÇÃO REDES SANEAMENTO BASICO PERAFITA-2ª FASE	921.499,18	571.912,31	Concluído
ARRUAMENTOS DE REINERÇÃO URBANÍSTICA – LAVRA 4 e LAVRA 5	525.081,00	341.302,65	Concluído
REMODELAÇÃO DAS REDES DE SANEAMENTO BÁSICO DA ENV. AO LARGO DA VISCONDESSA – S. CRUZ DO BISPO	597.114,06	388.124,10	Concluído
COBERTURA E DESODORIZAÇÃO DOS DESARENADORES E DECANTADORES DA ETAR DE MATOSINHOS	1.556.377,61	1.011.645,70	Concluído
SUBSTITUIÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS NA ZONA ENVOLVENTE À RUA DE DAMÃO E DIU – S. MAMEDE DE INFESTA	721.103,67	471.024,92	Concluído
INFRA-ESTRUTURAS – RUA VELOSO SALGADO, RUA CATASSOL E SANTANA E TRAV. DE SANTANA	864.895,00	528.883,15	Concluído
TOTAL MEDIDA 1.1	9.042.471,59	5.756.999,90	
MEDIDA 1.2 REDES E SISTEMAS DE TRANSPORTES LOCAIS			
LIGAÇÃO SENDIM/MONTE PIPOS/LOMBA STA CRUZ DO BISPO	602.747,37	441.245,68	Concluído
OBRAS DO PLANO CIRCULAÇÃO PARQUE BASÍLIO TELES	2.534.277,39	1.900.708,04	Concluído
TOTAL MEDIDA 1.2	3.137.024,76	2.341.953,72	
MEDIDA 1.3 QUALIF. TERRITORIAL			
PARQUE DESPORTIVO E RECREATIVO DE LEÇA DA PALMEIRA	3.862.491,40	2.896.868,55	Concluído
CONCEPÇÃO/CONSTRUÇÃO 2 PISCINAS COBERTAS CUSTOIAS PERAFITA	2.858.860,15	2.144.145,11	Concluído
REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ENVOLVENTE AO LARGO DA VISCONDESSA – S. CRUZ DO BISPO	1.039.787,00	675.861,84	Concluído
REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA ZONA ENVONVENTE À RUA DE DAMÃO E DIU – S. MAMEDE DE INFESTA	1.206.329,00	844.430,51	Concluído
TOTAL MEDIDA 1.3	8.967.467,55	6.561.306,01	

**Eixo Prioritário 1 – Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal - Secção B (FEDER)****Medida 1.4 – Valorização e Promoção Regional e Local**

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 131.999,08 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 98.999,31 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura encontra-se em fase de execução.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Secção B, do ON-PO Norte (FEDER)

PO – NORTE	DESPEZA ELEGÍVEL	COMPARTI-CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 1.4 VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO REGIONAL LOCAL			
NOVOS OLHARES SOBRE O ESPÓLIO DO MUSEU DA QUINTA DE SANTIAGO	131.999,08	98.999,31	Em execução
TOTAL MEDIDA 1.4	131.999,08	98.999,31	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Secção B (FEDER), do ON – Programa Operacional da Região do Norte são de, respectivamente, 131.999,08 Euros e 98.999,31 Euros.

Eixo Prioritário 3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentrada**Medida 3.10 – Desporto**

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 2.232.939,73 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 1.674.704,80 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura encontra-se concluída, apresentando uma taxa de execução de 100%..

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo Prioritário 3, do ON-PO Norte

PO – NORTE	DESPEZA ELEGÍVEL	COMPARTI-CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 3.10 – DESPORTO			
CONSTRUÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL DA SENHORA DA HORA	2.232.939,73	1.674.704,80	Concluído
TOTAL MEDIDA 3.10	2.232.939,73	1.674.704,80	



Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do Eixo Prioritário 3, do ON – Programa Operacional da Região do Norte foram de, respectivamente, 2.232.939,73 Euros e 1.674.704,80 Euros, representando uma taxa de execução de 100%.

No âmbito do **Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal – PRODEP III**, a situação a 31/12/2006 é a seguinte:

Medida 9.1 – Apetrechamento Informático de escolas e ligação à Internet e Intranet's

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 173.996,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 130.497,00 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura encontra em fase de execução.

Medida 9.2 – Conteúdos Multimédia Educativos

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 65.431,69 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 49.073,77 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura encontra em fase de execução.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do PRODEP III

PRODEP III	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI-CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 9.1 – APETRECHAMENTO INFORMÁTICO DE ESCOLAS E LIGAÇÃO À INTERNET E INTRANET'S	173.996,00	130.497,00	Concluído
MEDIDA 9.2 – CONTEÚDOS MULTIMÉDIA EDUCATIVOS	65.431,69	49.073,77	Concluído
TOTAL PRODEP III	239.427,69	179.570,77	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do PRODEP III são de, respectivamente, 239.427,69 Euros e 179.570,77 Euros.

No âmbito do **Programa Operacional Sociedade do Conhecimento – POS-Conhecimento**, a situação a 31/12/2006 é a seguinte:

Medida 4.3 – Promover a utilização da Internet de banda larga

- Duas candidaturas aprovadas, com um valor elegível de 63.197,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 41.078,05 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 65%. Estas candidaturas encontram-se em fase de execução.



Total das candidaturas aprovadas no âmbito do POS-CONHECIMENTO

POS-CONHECIMENTO	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI-CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 4.3 – PROMOVER A UTILIZAÇÃO DA INTERNET DA BANDA LARGA			
MATOSINHOS – CULTURA DIGITAL	13.776,04	8.954,43	Em execução
APETRECHAMENTO INFORMÁTICO DOS JARDINS DE INFÂNCIA DE MATOSINHOS	49.420,96	32.123,62	Em execução
TOTAL PRODEP III	63.197,00	41.078,05	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do POS-Conhecimento são de, respectivamente, 63.197,00 Euros e 41.078,05 Euros.

No âmbito do Programa Operacional Emprego Formação e Desenvolvimento Social – POEFDS, a situação a 31/12/2006 é a seguinte:

Medida 5.6 – Desenvolvimento da Rede de Equipamentos e Serviços da Promoção do Desenvolvimento Social

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 233.889,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 140.333,00 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 60%. Estas candidaturas encontram-se em fase de execução.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito do POEFDS

POEFDS	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI-CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 5.6 – CONSTRUÇÃO DA CRECHE NO BAIRRO DA BIQUINHA	233.889,00	140.333,00	Em execução
TOTAL POEFDS	233.889,00	140.333,00	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do POEFDS são de, respectivamente, 233.889,00 Euros e 140.333,00 Euros.



No âmbito do **Programa Operacional da Cultura – POC**, a situação a 31/12/2006 é a seguinte:

Medida 1.2 – Acção 1 – Obras de construção, recuperação ou valorização nos museus

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 934.408,62 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 504.580,66 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 54%. Esta candidatura vai iniciar a sua execução no próximo ano.

Medida 2.1 – Acção 1 – Construção, recuperação e valorização de recintos culturais

- Uma candidatura aprovada, com um valor elegível de 3.510.000,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 1.755.059,29 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 50%. Esta candidatura está em fase de execução com um pedido de pagamento já realizado.

Total das candidaturas apresentadas no âmbito do POC

POC	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI-CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 1.2 – REMODELAÇÃO DO MUSEU DA QUINTA DE SANTIAGO	934.408,62	504.580,66	Por iniciar
MEDIDA 2.1 – REMODELAÇÃO DO TEATRO CONSTANTINO NERY	3.510.000,00	1.755.059,29	Em execução
TOTAL POC	4.444.408,62	2.259.639,95	

Em termos globais, os valores elegíveis e a comparticipação prevista para as candidaturas no âmbito do POC foram de, respectivamente, 4.444.408,62 Euros e 2.259.639,95 Euros.

Fundo Social Europeu – FSE



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Social Europeu

Em termos de Fundos Estruturais, vertente FSE, no decurso do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006) e até ao final do ano de 2006, a Câmara Municipal de Matosinhos, através do Gabinete de Estudos Estratégicos em cooperação com os diferentes Departamentos, apresentou quatro candidaturas, integradas no **Operação Norte – Programa Operacional da Região do Norte**.

Eixo Prioritário 1 – Apoio a Investimentos de Interesse Municipal e Intermunicipal - Secção B (FSE)

Medida 1.5 – Formação para as Autarquias Locais – FORAL

- Quatro candidatura aprovada, com um valor elegível de 233.879,76 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 175.409,82 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Das quatro candidaturas, duas já encontram concluídas, estando as restantes em execução.



Total das candidaturas aprovadas no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Secção B, do ON-PO Norte (FSE)

PO-NORTE	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI-CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
MEDIDA 1.5 – FORMAÇÃO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS			
CANDIDATURA 1.5.27 – FORMAÇÃO	75.438,13	56.578,60	Concluído
CANDIDATURA 1.5.116 – FORMAÇÃO	73.571,93	55.178,95	Concluído
CANDIDATURA 1.5.217 – CERTIFICAÇÃO DAS CASAS DA JUVENTUDE	65.706,80	49.280,10	Concluído
CANDIDATURA 1.5.418 – ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA – FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE	18.091,03	13.568,27	Concluído
TOTAL PRODEP III	232.807,89	174.605,92	

Em termos globais, os valores aprovados e comparticipados no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Secção B (FSE), do ON – Programa Operacional da Região do Norte foram de, respectivamente, 232.807,89 Euros e 174.605,92 Euros, representando uma taxa de execução de 100%.

Também em termos de FSE, a Câmara Municipal de Matosinhos cumpriu todos os objectivos estabelecidos pela Unidade de Gestão do ON - Programa Operacional da Região do Norte, com os Relatórios Finais de Execução, de cada uma das candidaturas, entregues e aprovados.

Iniciativa Comunitária INTERREG III C – Espaço Oeste

A Câmara Municipal de Matosinhos integra uma parceria no âmbito do projecto “IMAPS – Gestão Integrada de Riscos e Ambiente em Cidades Portuárias”, cuja chefe de fila é a Comunidade Urbana de Brest.

- A candidatura aprovada, tem como valor elegível para a Câmara Municipal de Matosinhos 100.000,00 Euros, a que corresponde uma comparticipação de 75.000,00 Euros, resultante da aplicação de uma taxa de co-financiamento de 75%. Esta candidatura está em fase de execução.

Total das candidaturas aprovadas no âmbito da Iniciativa Comunitária INTERREG III C – Espaço Oeste

INTERREG III C	DESPESA ELEGÍVEL	COMPARTI-CIPAÇÃO	OBSERVAÇÕES
ESPAÇO OESTE			
GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E AMBIENTE EM CIDADES PORTUÁRIAS	100.000,00	75.000,00	Em execução
TOTAL INTERREG III C	100.000,00	75.000,00	

O projecto tem uma duração de dois anos, contados a partir de Setembro de 2005, e obteve uma execução financeira de aproximadamente 70,0%.



Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – PARES

A Câmara Municipal de Matosinhos em colaboração com algumas das instituições de apoio social, com sede no concelho, dando continuidade ao trabalho de parceria desenvolvido em anos anteriores, apresentou um conjunto de candidaturas, visando a criação de mais 188 novos lugares nas respostas sociais destas instituições.

- As candidaturas apresentadas prevêem um financiamento, pelo programa, de 3.149.794,02 Euros e encontram-se actualmente em fase de homologação.





Execução do Plano de Actividades

Recursos Humanos

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



As constantes mudanças no meio envolvente das organizações impele que as mesmas se adaptem através do incremento de medidas reformadoras. Nos últimos anos, a Administração Pública Local tem sido alvo de diversas mudanças nomeadamente no que respeita à transferência de competências da Administração Central para a Local. A anunciada reforma da Administração Pública está a ser aplicada de forma faseada, prevendo-se grandes alterações ao nível da gestão de recursos humanos.

No ano de 2007, a política municipal de gestão de recursos humanos procurou dar continuidade à estratégia de **valorização do capital humano**, alargando a parceria com o Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências para o 12.º ano, contando já com mais de cem colaboradores inscritos. O processo de certificação do 3.º ciclo, iniciado em 2005, certificou, até à presente data, 64 colaboradores.



Apesar do fim do financiamento comunitário à **Formação Profissional**, a autarquia procurou não quebrar bruscamente o ritmo do crescimento de formação, tendo investido financeiramente na realização de acções de formação, com o objectivo de colmatar as necessidades de formação mais prementes.

Ao nível da **Higiene e Segurança no Trabalho**, destacamos as visitas efectuadas a todas as Escolas dos diversos Agrupamentos do Concelho de Matosinhos, com o objectivo de elaborar os respectivos Planos de Emergência Internos.

O serviço de **Medicina no Trabalho** tem vindo a evoluir, não se limitando às consultas e exames médicos. A realização de visitas conjuntas da médica do trabalho e dos técnicos superiores de higiene e segurança no trabalho a nove edifícios da CMM, permitiu a identificação de não conformidades dos espaços laborais.



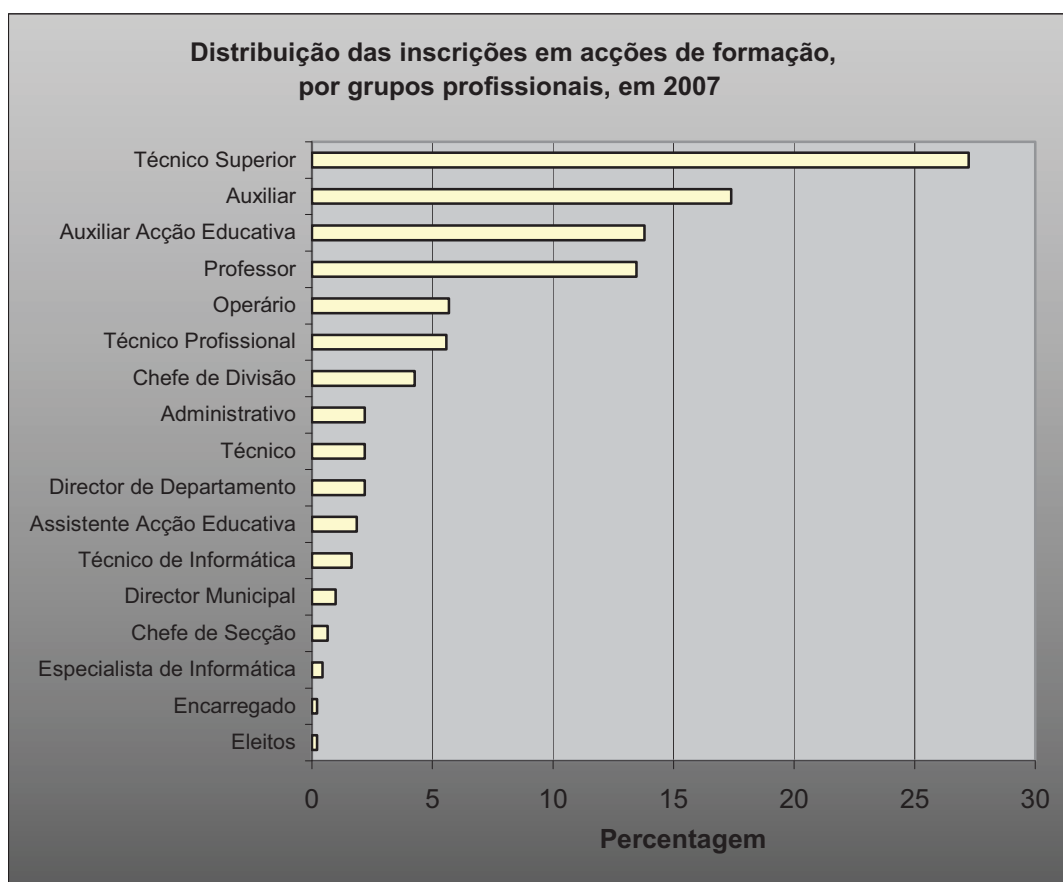
Formação Profissional

O ano 2007 caracterizou-se pelo fim do financiamento da Formação Profissional uma vez que se esgotaram as verbas afectas à tipologia “Acções de Formação Profissional”, da Medida 1.5 – Linha de Acção 1, do Programa FORAL.

Apesar disso, e uma vez que este ano ficou marcado pela publicação de nova legislação em diversas áreas e pela transferência de competências da Administração Central para a Administração Local, a formação profissional surgiu, naturalmente, como uma forma de lhes dar resposta.

Já no que se refere à tipologia de formação, convém referir que a formação interna foi, na sua maioria, orientada para dar resposta à iniciativa do executivo em aumentar as qualificações dos colaboradores através do RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) e formação para Professores, Auxiliares e Assistentes de Acção Educativa, na sequência do programa de enriquecimento curricular das escolas. Neste contexto, tornou-se inevitável o recurso à formação externa.

Ao longo dos últimos anos, a carreira Técnica Superior sempre se caracterizou por uma grande representatividade no mapa das inscrições em acções de formação. Esta tendência mantém-se. O grupo Auxiliar surge em segundo lugar, em grande parte devido ao processo de RVCC. Em terceiro e quarto lugar estão representados os grupos profissionais afectos às escolas, o que reflecte o investimento feito nesta área, na sequência do programa de enriquecimento curricular.

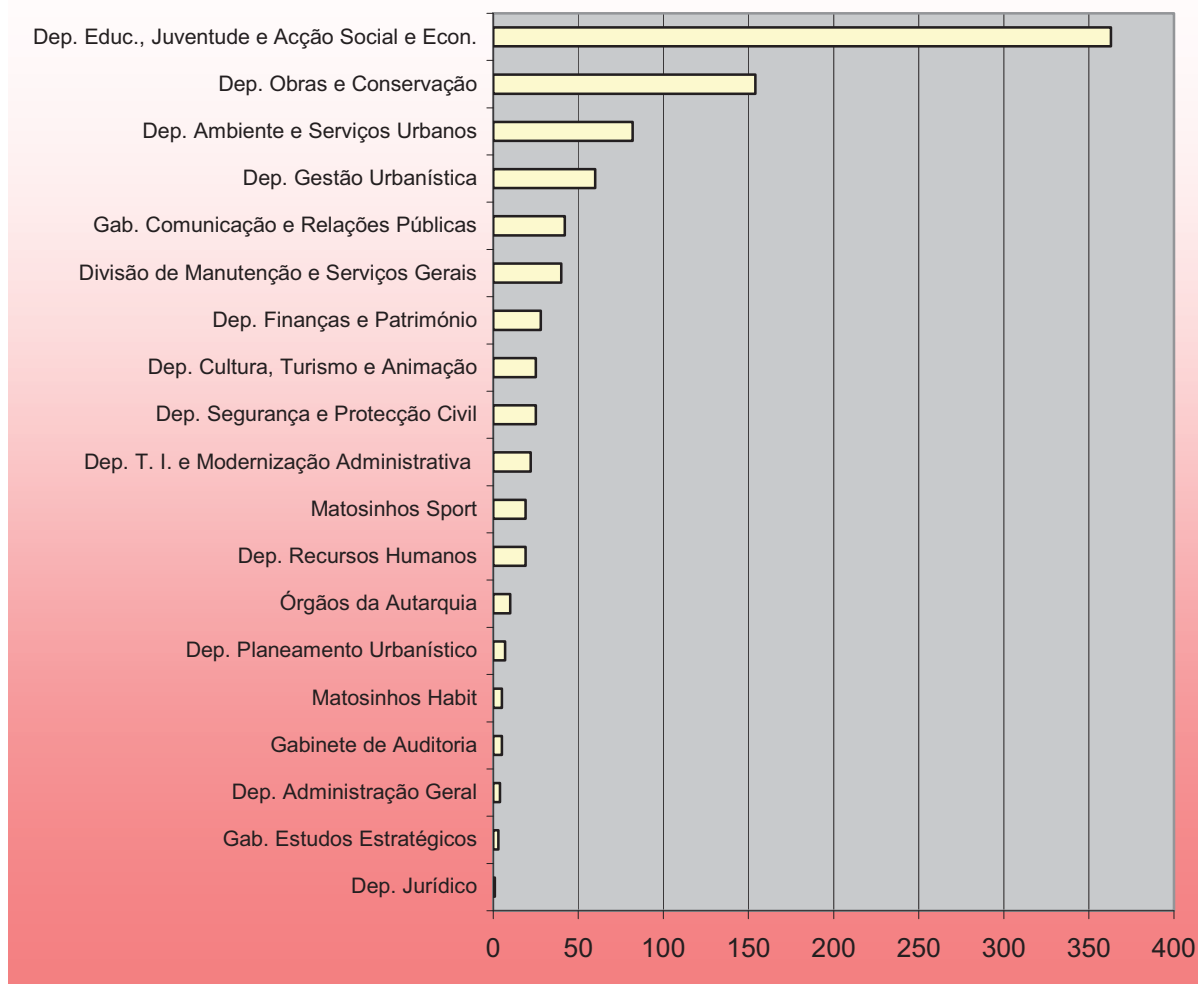


O presente gráfico reforça a ideia já expressa anteriormente, uma vez que o pessoal afecto às escolas se encontra no Departamento de Educação, Juventude e Acção Social e Económica. O Departamento de



Obras e Conservação encontra-se em segundo lugar, dado que os seus colaboradores frequentaram acções de formação sobre nova legislação e sobre a aplicação informática de Obras Municipais - SIGMA.

**Distribuição das inscrições em acções de formação,
por unidade orgânica, em 2007**



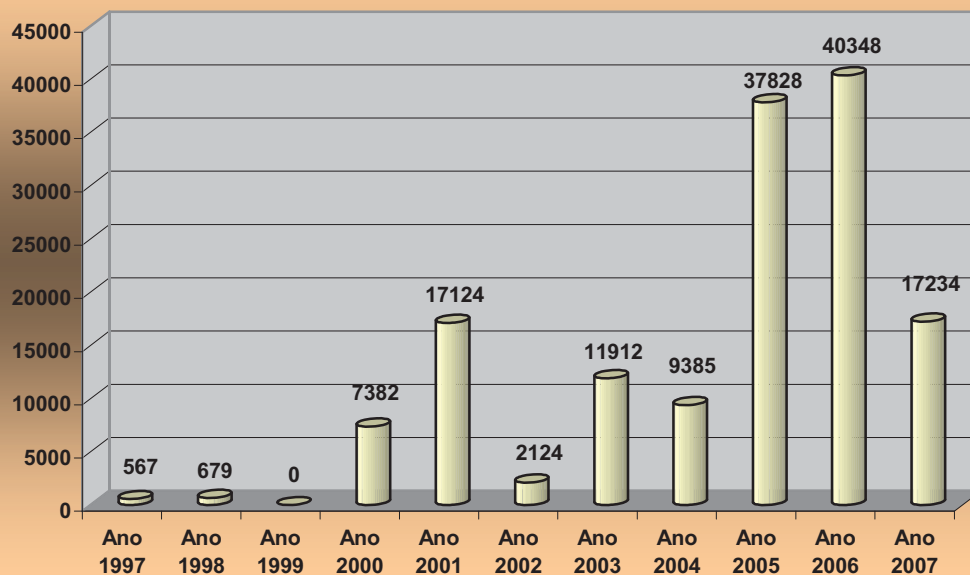
Relativamente às horas dispendidas em acções de formação, podemos verificar que entre 1997 e 1999 a formação realizada foi pouco significativa. Entre 2000 e 2001 regista-se um aumento que em 2002 é quebrado. Em 2003 volta a aumentar e 2004 regista uma pequena quebra relativamente ao ano anterior.

Toda esta variação é pouco significativa quando comparada com o aumento do volume de formação em 2005 que, posteriormente, é mantido em 2006.

O ano 2007 caracteriza-se por um decréscimo das horas de formação, justificado em grande parte, pelo fim do financiamento à Formação Profissional (FORAL).



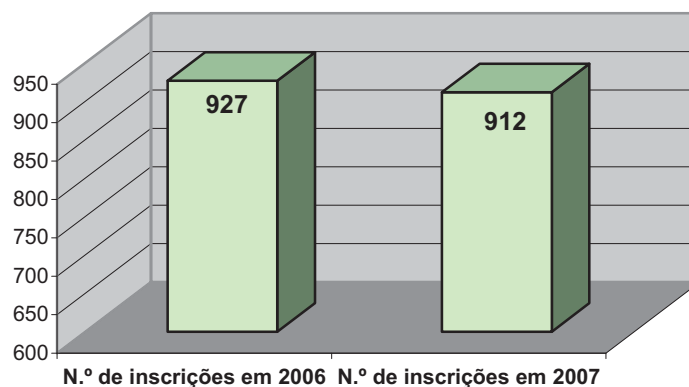
Evolução do n.º de horas dispendidas em formação



Apesar da diminuição do volume de formação entre 2006 e 2007, verifica-se que o número de inscrições manteve-se praticamente o mesmo: 927 inscrições em 2006 e 912 inscrições em 2007.

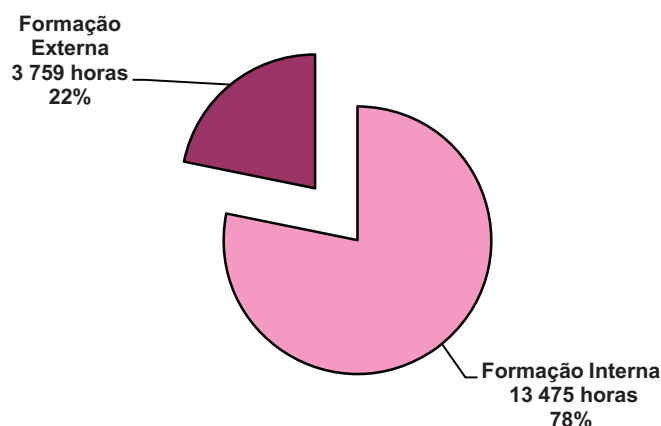
Esta situação é explicada pelo acréscimo do recurso a formação externa e pela diminuição das inscrições em formação interna conjugado com o facto de que, normalmente, a formação interna tem uma duração maior que a formação externa.

Evolução do número de inscrições em acções de formação entre 2006 e 2007





Volume de formação, por tipologia



Com o fim da verba afecta à tipologia “Acções de Formação Profissional”, da Medida 1.5 – Linha de Acção 1 – Programa FORAL, o município teve que recorrer a formação não financiada para dar cumprimento ao Plano de Formação.

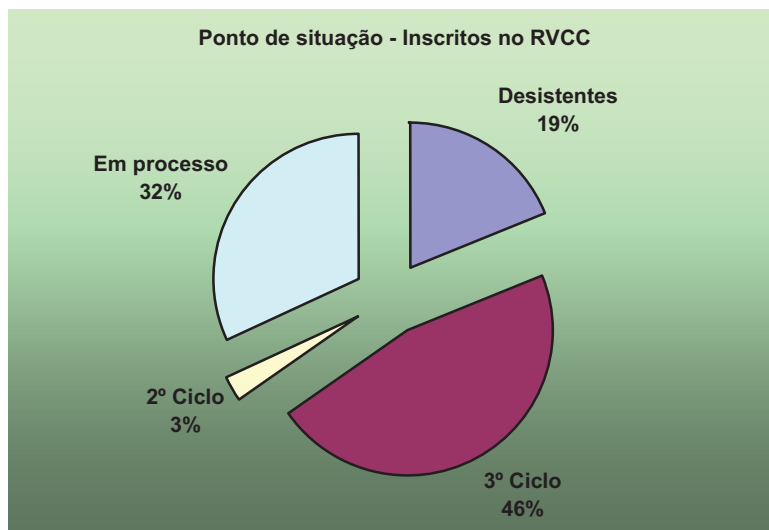
Despesa com formação em 2007

Saldo a 01/01/2007	Reforço em Junho	Dotação actual (Dezembro)	Despesa com formação externa	Despesa com formação interna	Despesa total
50.000,00 €	55.000,00 €	105 000,00 €	34.707,30 €	29.716,22 €	64.423,52 €

Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

A Câmara Municipal de Matosinhos mantém uma parceria com o Centro Novas Oportunidades desde 2005. Esta iniciativa tem como objectivo a melhoria das qualificações dos colaboradores com vista ao alcance da actual escolaridade mínima obrigatória (3.º ciclo).

Desde 2005, já se inscreveram 138 colaboradores. Destes, 26 desistiram (18,8%). Dos restantes 112 colaboradores, 68 foram presentes a júri (61%). Destes, 64 obtiveram o diploma do 3.º ciclo e 4 o diploma do 2.º ciclo. Os restantes colaboradores (44) encontram-se em formação.

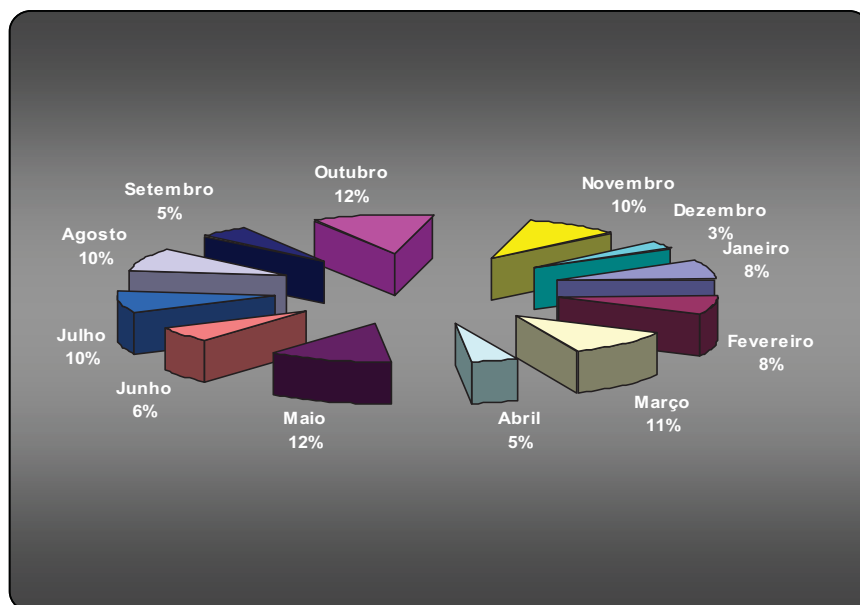


Em meados de 2007, o protocolo foi alargado ao Ensino Secundário, existindo actualmente 110 colaboradores inscritos.

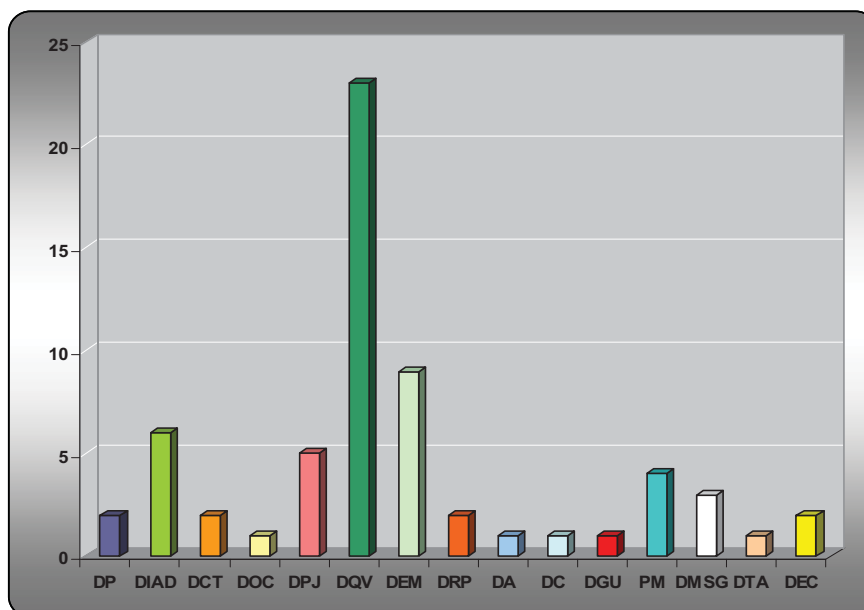
Acidentes em Serviço

O número de acidentes ocorridos com funcionários do município, durante o ano de 2007, foi de 63. Segundo se apurou, os meses com maior ocorrência foram os de Maio e Outubro (12.7%). O mês de Dezembro registou o menor número de acidentes (3%).

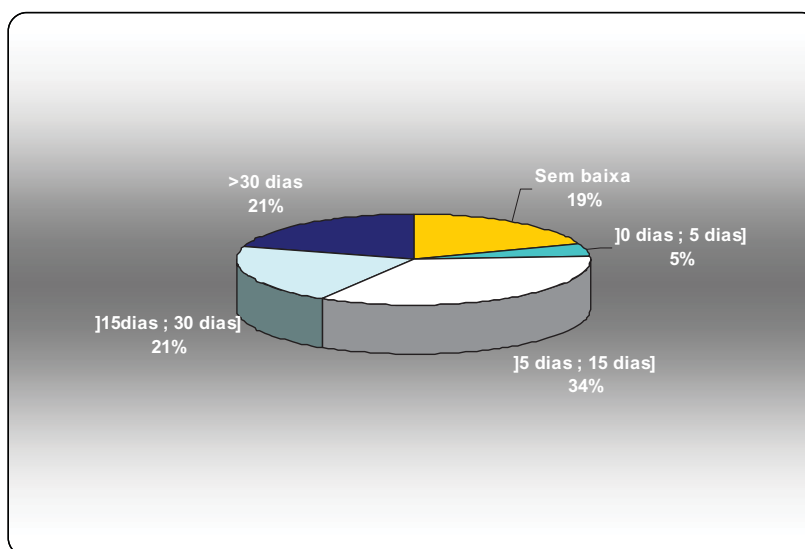
Em média ocorreram 5,25 acidentes por mês.



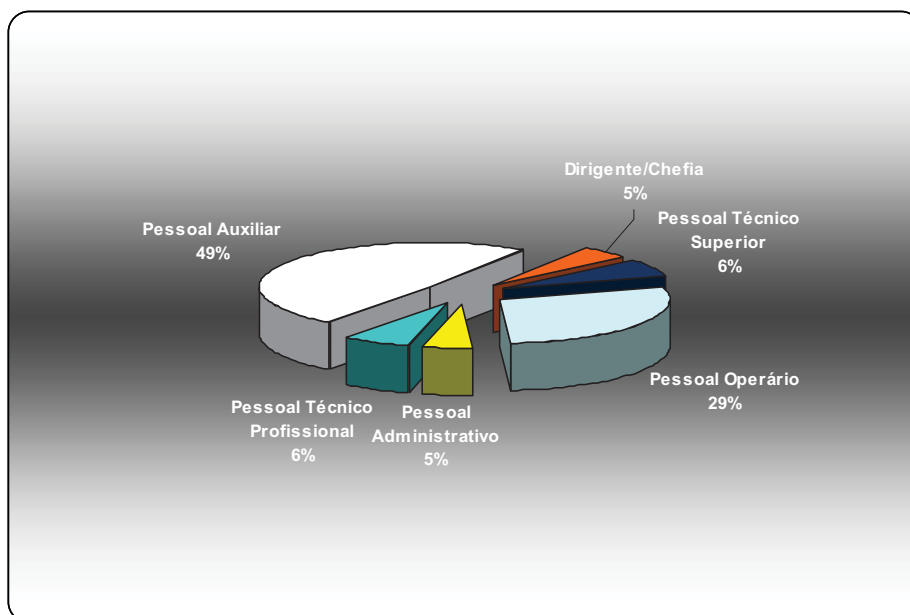
As unidades orgânicas onde ocorreu o maior número de sinistros foram a DQV, DEM e DIAD, respectivamente 36,5%, 14,3% e 9,5% do número total de acidentes ocorridos, o que é compreensível dado serem as unidades orgânicas onde existem tarefas que envolvem maiores riscos.



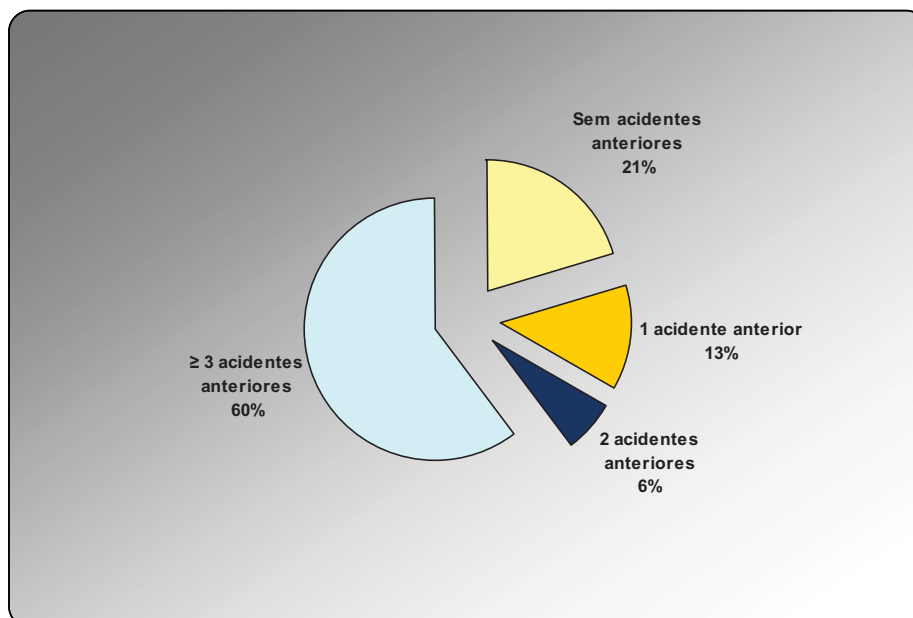
Os dias de ausência resultantes dos acidentes de trabalho situam-se, na sua maioria, entre os 5 e os 15 dias. De salientar que 12 dos acidentes ocorridos, os quais corresponde a 19,0% dos acidentes totais, foram sem gravidade.



Relativamente aos grupos profissionais, é o pessoal auxiliar seguido do pessoal operário o que mais contribuiu para a sinistralidade do município, conforme se pode verificar no gráfico seguinte.

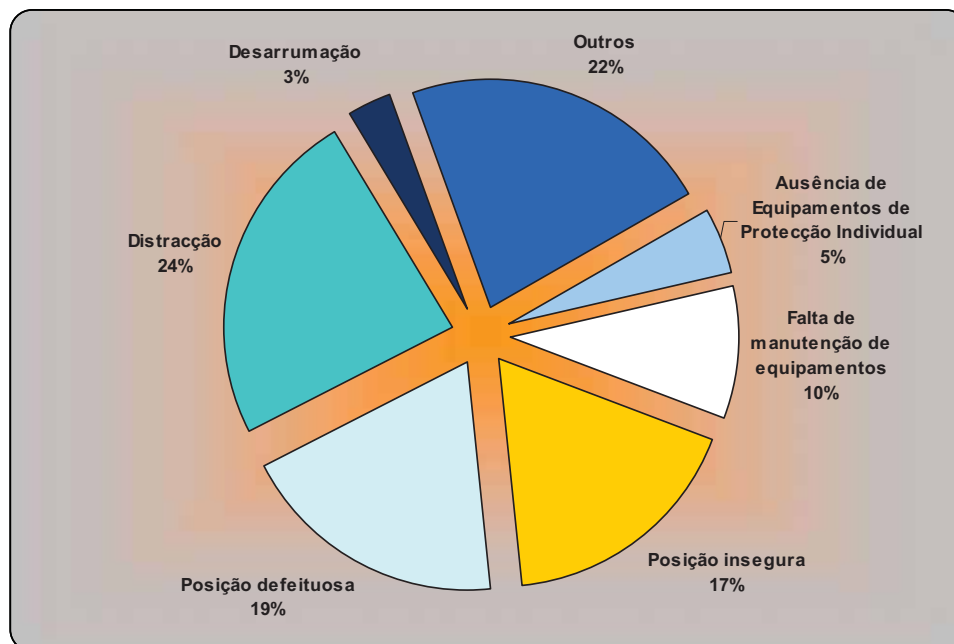


De entre todos os funcionários que sofreram acidentes de trabalho durante o ano 2007, constatou-se que em 21% destes, este foi o primeiro acidente. No entanto, a maioria, aproximadamente 60%, já sofreram 3 ou mais acidentes, conforme gráfico seguinte.



Analisando as causas, prováveis, dos acidentes, concluiu-se que as distrações, seguidas das posições defeituosas e/ou inseguras, foram as que mais contribuíram para a sinistralidade.

Registou-se ainda uma elevada percentagem de causas não identificadas (Outros - 22%), como causas, prováveis, dos acidentes ocorridos.



Como medidas de prevenção para o tipo de acidentes ocorridos durante o ano de 2007, de apostou-se claramente na formação (movimentação manual de cargas e métodos e organização do trabalho). A utilização correcta de Equipamentos de Protecção Individual, a utilização de tempos adequados a tarefas específicas e a manutenção de máquinas/ equipamentos/ edifício, foram preponderantes para que se evitassem algumas situações de risco, e assim diminuísse o número de acidentes em serviço.

De referir que alguns acidentes ocorreram no trajecto e/ou por razões que ultrapassam a Higiene e Segurança, pelo que não é possível, nestes casos, propor medidas correctivas.

Higiene e Segurança no Trabalho

Os Serviços de Higiene e Segurança realizaram visitas para identificação de perigos, riscos e proposta de medidas a implementar, tudo no âmbito da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, designadamente, a todas as Escolas dos diferentes Agrupamentos do Concelho de Matosinhos, ao edifício dos Serviços Técnicos, ao Edifício dos Paços do Concelho, à Piscina das Marés, bem como a todas as Piscinas do Concelho a fim de se fazer o levantamento das situações a corrigir, tendo resultado a elaboração de relatórios de análise com propostas de medidas a implementar a fim de se corrigirem as situações verificadas.

À semelhança do que foi feito nos anos anteriores, foi feito um estudo dos acidentes de trabalho, tendo em atenção as causas, locais físicos, unidades orgânicas mais afectadas, tipo de acidente e gravidade do mesmo. Foram ainda elaborados relatórios de acidentes de trabalho em todos os casos que deram origem a um período de baixa superior a três dias.



Medicina no Trabalho

O Gabinete Médico instalado no Edifício dos Paços do Concelho centralizou durante 2007 os serviços de medicina do Trabalho de 4 entidades, a saber: Câmara Municipal de Matosinhos, Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento e Empresas Municipais Matosinhos Sport e Matosinhos Habit.

O maior número de consultas realizadas foram a colaboradores da CMM, tendo abrangido o equivalente a 80,6% da totalidade dos funcionários.

De referir ainda que o número de consultas dos SMAS foi equivalente a 37,5% dos seus colaboradores, as da MH a 100% e as da MS a 80,7%.

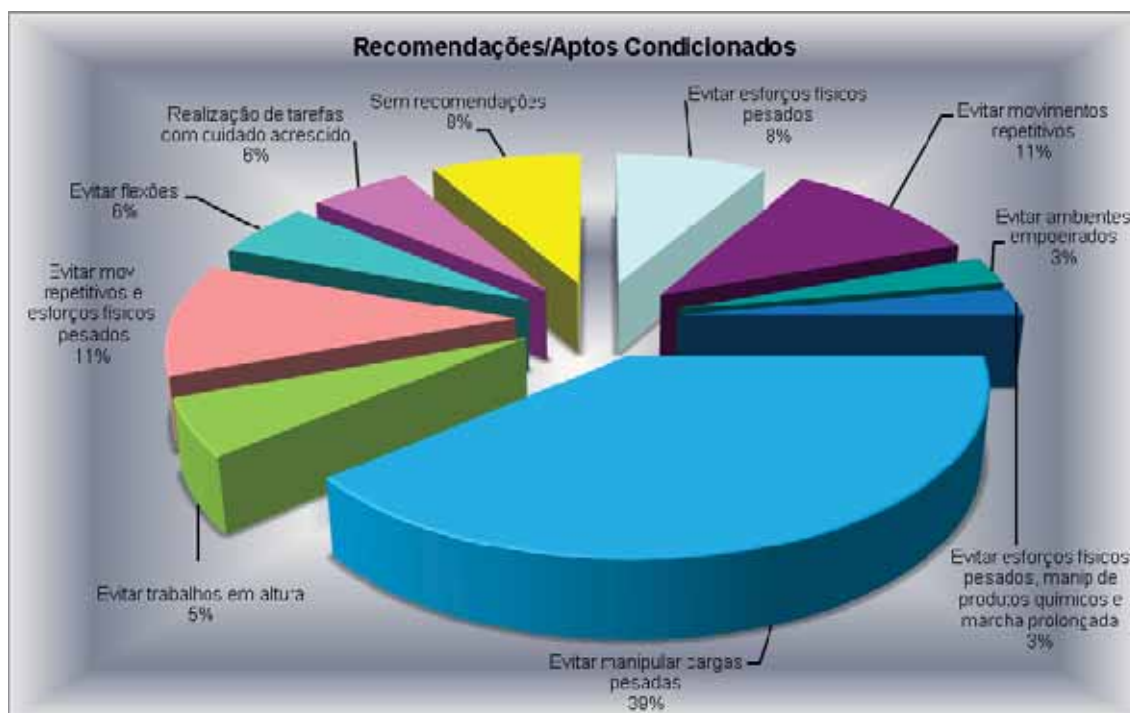
Pela análise realizada no âmbito da Medicina do Trabalho durante o ano de 2007 verificou-se que:

- 95 % dos funcionários se encontram aptos para o exercício das suas funções;
- 4 % dos colaboradores foram considerados aptos condicionados e
- apenas 1% foram considerados inaptos para as funções que desempenhavam.

Relativamente às situações de aptidão condicionada e inaptidão as mesmas foram comunicadas às respectivas chefias para implementação das medidas sugeridas pela Médica do Trabalho.

Elaborado o estudo estatístico aos colaboradores aptos condicionados por Unidade Orgânica concluiu-se que as Divisões que têm o maior número de pessoal operário e auxiliar, são as que têm o maior número de aptidões condicionadas ou seja DQV, DMSG, DIAD e DEM.

Quanto às medidas propostas pelo Serviço de Medicina no Trabalho aos colaboradores aptos condicionados, a movimentação manual de cargas pesadas assume um papel importante com cerca de 40% das recomendações.





VISITAS

Durante o ano de 2007 foram realizadas pela Médica do Trabalho visitas conjuntas com os Técnicos Superiores de Higiene e Segurança a 9 edifícios propriedade da CMM.

RASTREIOS

Durante o ano em apreço foram realizados 3 rastreios médicos a que os colaboradores da CMM poderiam aderir voluntariamente:

Rastreio à Osteoporose - realizado nos dias 30 e 31 de Maio e que abrangeu 294 funcionários;

Rastreio ao Cancro da Mama – decorreu nos dias 26,27,30 de Novembro, 3,4 e 7 de Dezembro e o qual foi realizado a 85 colaboradoras;

Rastreio ao Cancro do Pulmão - decorreu de 26 de Novembro a 7 de Dezembro e foi realizado a 177 colaboradores.

Todos estes exames foram analisados pela Médica do Trabalho. Os funcionários com exames com alterações foram pessoalmente informados e encaminhados para os respectivos médicos assistentes.

Gabinete de Apoio Social

O trabalho desenvolvido no âmbito do GAS centrou-se em duas vertentes: apoio psicológico e apoio social.

No âmbito do apoio psicológico:

Em 2007 iniciaram consulta de psicologia 14 colaboradores da CMM, os quais se juntaram aos 4 funcionários já em consulta desde 2006. Destes:

- 4 das consultas de apoio psicológico viriam a desistir durante o 1º semestre e
- 1 colaborador teve “Alta Clínica”.

Refira-se que no total foram realizadas 159 consultas de Psicologia.

Situação	Nº
Altas	1
Desistências	4
Acompanhamentos	13
TOTAL	18

Devido à impossibilidade de uma das Técnicas Superiores de Psicologia continuar a realizar consultas a partir de Julho, apenas 6 acompanhamentos foram assegurados de forma sistemática até final do ano.

Actualmente para além dos funcionários com consultas suspensas, existem mais 5 em lista de espera para iniciarem acompanhamento psicológico.



No âmbito do apoio social:

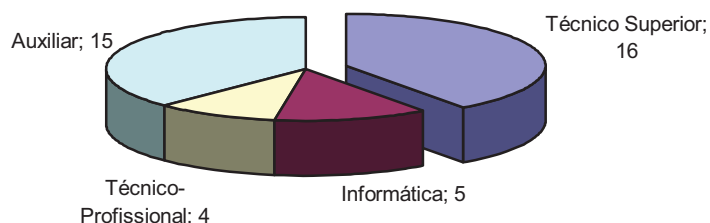
O trabalho na área social desenvolve-se a vários níveis:

- Atendimento de funcionários para posterior encaminhamento ou contacto com outros Organismos e Instituições – 3 situações
- Contactos com colaboradores em situação de doença prolongada – 7 contactos sistemáticos.
- Representação do Departamento de Recursos Humanos na Rede Social de Matosinhos
 - Participação nas Reuniões do Núcleo Executivo da Rede Social – 7 reuniões;
 - Participação em Reunião do Núcleo de Estudos Sobre Envelhecimento (NESE) – 1 reunião;
 - Participação no Plenário do Conselho Local de Acção Social – 1 reunião.

Quadro de Pessoal e Carreiras Profissionais

Durante o ano de 2007, foram abertos 2 concursos externos, ambos para o grupo profissional Técnico Superior. Tendo sido igualmente concluídos 12 procedimentos relativos a concursos externos no total de 38 admissões nesse ano e 2 admissões que ocorreram a 02 de Janeiro e 01 de Fevereiro do corrente ano.

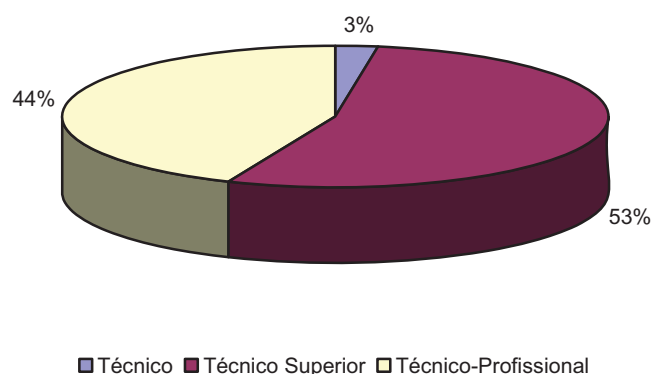
**Admissões por concurso externo em 2007
por Grupo Profissional**



Decorrentes de concursos externos, ocorreram 39 fins de estágios dos quais 21 se registaram no Grupo Profissional Técnico Superior, 1 no Grupo Profissional Técnico e 17 no Grupo Profissional Técnico-Profissional.



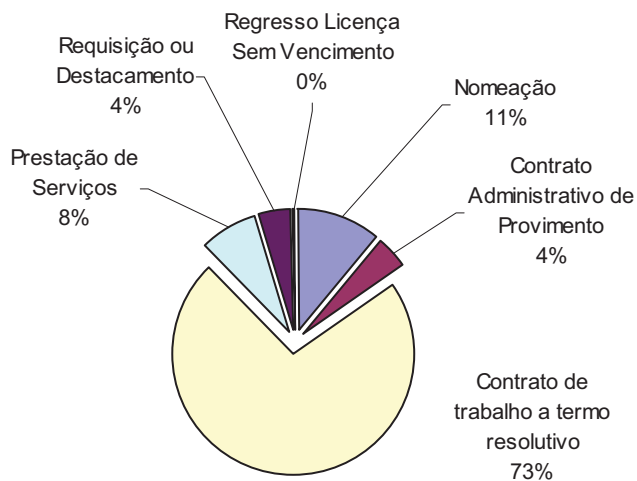
**Fins de Estágio realizados referentes a admissões
por concurso externo**



De acordo com o Balanço Social de 2007, verifica-se que foram admitidos 246 novos colaboradores: 11% por nomeação, 4% em regime de contrato administrativo de provimento, 73% em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo, 8% em regime de prestação de serviços e 4% em regime de requisição ou destacamento.

A elevada percentagem de contratados a termo resolutivo tem por base as novas competências das autarquias, designadamente, a colocação de professores nas escolas primárias.

Motivo das admissões em 2007





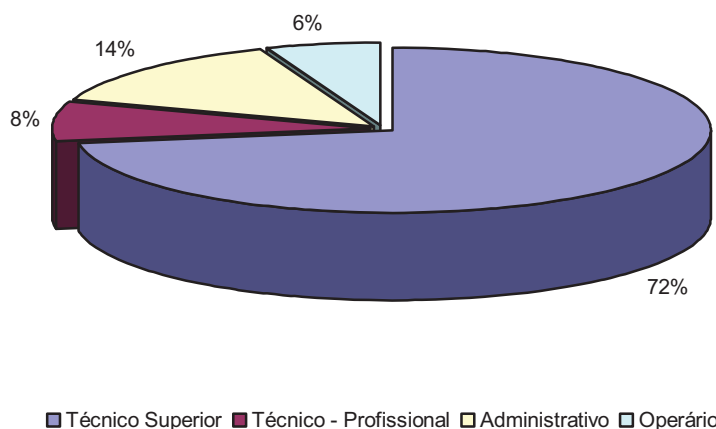
Concursos Internos

No âmbito dos concursos internos de promoção foram iniciados 46 concursos. Tendo sido concluídos 19.

As promoções ocorreram para os Grupos Profissionais Técnico Superior - 37, Técnico - Profissional - 4, Administrativo - 7 e Operário - 3.

No que concerne a mudanças de nível, verifica-se que foram iniciados 4 procedimentos e concluídos 3, tendo transitado para 2008 a conclusão de um dos procedimentos. Com estes procedimentos foram abrangidos mais 18 colaboradores, sendo que 14 pertencem ao Grupo Profissional de Apoio Educativo e 4 ao Grupo Profissional de Informática.

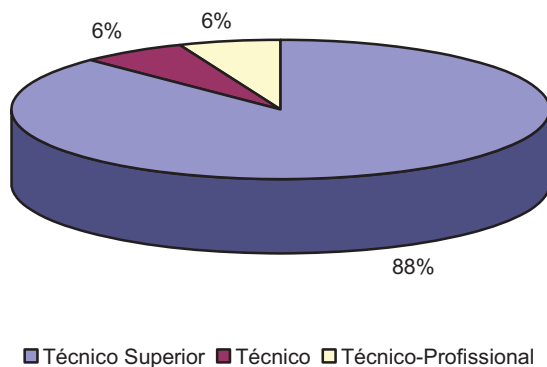
**Promoções realizadas durante o ano de 2007
por Grupo Profissional**



Contratos de Trabalho a Termo Resolutivo

No decorrer do ano de 2007 foram abertos 16 concursos externos para admissão em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo (CTTR). Analisando os grupos profissionais constata-se que 14 foram para Técnico Superior, 1 para Técnico e 1 para Técnico-Profissional.

**Concursos Externos em Regime de CTTR abertos durante o ano de
2007 por Grupo Profissional**





Programas Ocupacionais

Foram celebrados vários projectos no âmbito dos Programas Ocupacionais com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) tendo sido abrangidas várias áreas nomeadamente:

Divisão de Qualidade de Vida: 10 elementos;

Divisão de Parques e Jardins: 3 jardineiros;

Várias Divisões: 10 Administrativos;

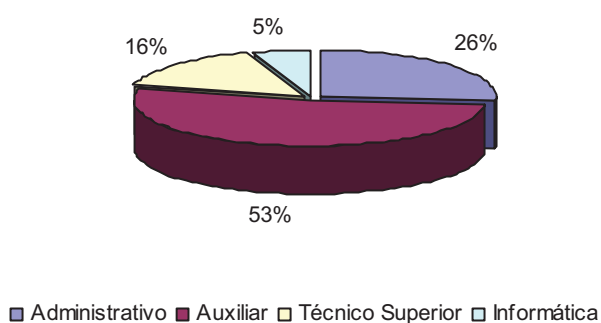
DEC (Agrupamentos de Escola): 10 Auxiliares;

Repartições de Finanças: 14 Administrativos.

Reclassificações Profissionais

No que concerne às reclassificações profissionais, foram realizadas 19 reclassificações sendo que 5 foram para o grupo profissional Administrativo, 10 para o grupo profissional Auxiliar, 3 para Técnico Superior e 1 para Informática.

**Reclassificações Profissionais ocorridas durante o ano
2007
por Grupo Profissionais**



Procedeu-se, igualmente, à análise e decisão sobre outros processos, nomeadamente:

- 37 pedidos de transferência, dos quais resultaram 2 pedidos deferidos para este município;
- 279 pedidos de colocação;
- 81 pedidos de estágio curriculares/não remunerados dos quais foram autorizados 64;
- 67 pedidos de estágio profissional (PEPAL);
- 2 pedidos de licença sem vencimento, solicitadas por funcionários do respectivo quadro.



Estágios Profissionais

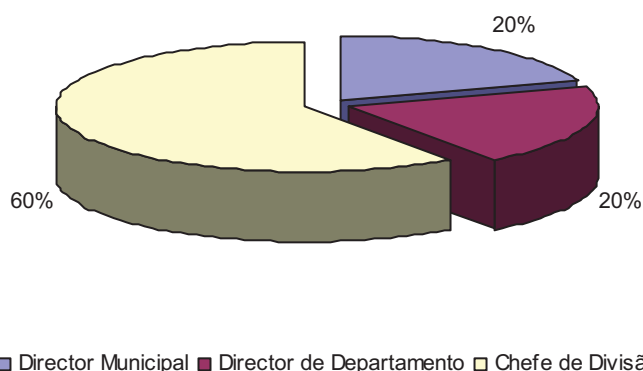
Em relação ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL) que no ano de 2007 teve a sua 1ª Edição, à Câmara Municipal coube 2 estágios profissionais (nível V) sendo que as áreas funcionais escolhidas foram: Gestão de Recursos Humanos e Conservação e Restauro.

Ao procedimento concursal para Técnico Superior de Gestão de Recursos Humanos candidataram-se 85 elementos e ao de Técnico Superior de Conservação e Restauro 17 elementos.

Pessoal Dirigente

No âmbito do Pessoal Dirigente foram realizadas 20 renovações de comissões de serviço de acordo com o gráfico anexo:

Renovações de Comissões de Serviço realizadas durante o ano de 2007



Foi igualmente iniciado e terminado um procedimento concursal para Chefe de Divisão de Contabilidade.

Prestações de Serviços

Durante o ano de 2007 foram celebrados 19 contratos de prestação de serviços. Sendo que 16 foram para o grupo profissional técnico superior e 3 para o grupo técnico – profissional.

Trabalho Temporário

Em 2007 a Câmara Municipal teve a necessidade de recorrer ao trabalho temporário de forma a suprir necessidades pontuais de recursos humanos.

Na sequência dos contratos de trabalho temporário celebrados foram admitidos 7 Assistentes Administrativos, dos quais 5 exerceram a sua actividade na DMAT/DGU e 2 na DMOASU/DOC, bem como 5 motoristas os quais desenvolveram na DEM e 2 telefonistas para a DRP.



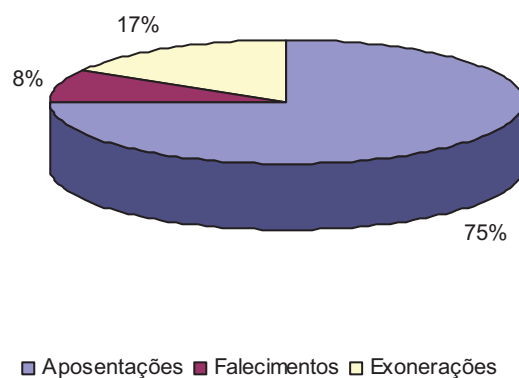
Verifica-se, após atenta análise do Balanço Social de 2007, que 52,1% dos efectivos são do sexo feminino e 47,9% do sexo masculino. Consta-se que, relativamente ao ano de 2006 em que as percentagens eram de 50,2% do sexo feminino e 49,8% do sexo masculino, se verificou um aumento da diferença percentual entre os sexos.

A média de idades dos funcionários tem decrescido desde o ano de 2005. Nesse ano ficou-se pelos 42 anos, sendo que em 2006 era de 41 anos e em 2007 passou para os 40 anos.

No que concerne ao número de saídas dos funcionários em 2007 comparativamente com 2006 existiu um decréscimo de 51,35%.

Quanto ao motivo das saídas podemos verificar que a maioria teve como motivo a aposentação.

Motivo de saída dos funcionários 2007





Execução do Plano de Actividades

Educação e Ciência

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



Como é sabido a Educação é a primeira prioridade da Câmara no presente mandato e o objectivo fundamental de todas as políticas educativas municipais está apontado para a **Eliminação do Abandono Escolar** e para a **Promoção do Sucesso Escolar**.

Foi tendo em conta esta opção estratégica e numa linha de continuidade em relação aos anos de 2005 e 2006 que foram desenvolvidos os vários programas e projectos municipais.

O ano foi marcado por uma grande visibilidade resultante do impacto obtido na inauguração de três equipamentos educativos: **EB/JI de Cabanelas**, Lavra; **EB1 Padre Manuel Castro**, S. Mamede Infesta e **EB1/JI de Santiago**, Custóias.



Dedicou-se tempo especial à realização do Projecto de Formação para as Auxiliares/Assistentes de Acção Educativa.

Desenvolveu-se e dinamizou-se o apoio a iniciativas de carácter pedagógico aos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias do Concelho.

Deu-se continuidade à organização/implementação do projecto Escola a Tempo Inteiro. (Colaboramos e dinamizamos actividades de carácter educativo, curricular e extra – curricular).

No que diz respeito a outras actividades podemos salientar o reforço no processo de requalificação das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e dos estabelecimentos de educação pré-escolar.

Aumentou-se os apoios educativos e sócio-educativos, como forma de promover o sucesso educativo e corrigir assimetrias sociais e educativas.



Iniciou-se uma aposta mais específica no âmbito da educação alimentar, com o arranque do projecto-piloto “Matosinhos no Combate à obesidade Infantil”.

A Câmara Municipal de Matosinhos reforçou o investimento na Educação com a perfeita noção de que é um investimento prioritário para o desenvolvimento do concelho e dos cidadãos.

Neste sentido, foi fortalecida a intervenção municipal ao nível da promoção do sucesso escolar, com o projecto da Intervenção Precoce na Aprendizagem da Leitura e Escrita no ensino pré-escolar.

Ainda, neste âmbito, foi assinado o protocolo com a associação EPIS – Empresários pela Inclusão Social, que visa combater o insucesso e o abandono escolar no 3.º Ciclo do Ensino Básico.



As actividades da autarquia nesta área de intervenção prioritária organizam-se em quatro grandes vertentes:

1. Acção Social Escolar
2. Planeamento e Gestão das Instalações e Equipamentos Educativos
3. Mobilização da Comunidade Escolar
4. Projectos



1. Acção Social Escolar

Os apoios sócios – educativos são para a Câmara Municipal de Matosinhos, instrumentos fundamentais, facilitadores na promoção do acesso à educação e ao ensino, sendo também instrumentos de justiça social e de correcção de assimetrias sócios – educativas.

Desta forma a Acção Social Escolar, organizou-se considerando os seguintes critérios de actuação:

1.1. Material Escolar e Manuais aos Alunos Carenciados

A exemplo de anos anteriores e no seguimento de uma política educativa solidária, com o intuito de facilitar o acesso de todos os alunos à escolaridade básica, aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de acordo, com a capitação do agregado familiar instituído por Despacho Ministerial, efectuou através da transferência de verbas para os Agrupamentos de Escolas um investimento de 97.000,00€, que abrangeu cerca de 2500 alunos, e considerados 4 Escalões:

1.º/2º Anos – escalão A=40,00€ /aluno/ano

1.º/2º Anos – escalão B=20,00€ /aluno/ano

3º/4º Anos – escalão A=50,00€/aluno/ano

3º/4º Anos – escalão B=25,00€ /aluno/ano

1.2. Transportes Escolares

A Câmara Municipal assegurou o transporte a um universo de 1334 alunos, fundamentalmente dos 2.º e 3.º ciclos e secundário, que residem a mais de 4 km do estabelecimento de ensino, ou em qualquer situação extraordinária, como por exemplo, em percursos perigosos.

Aos alunos do ensino secundário, pagamos apenas 50% dos custos das deslocações, estão incluídos os alunos dos cursos tecnológicos e de educação e formação, bem como os alunos com Necessidades Educativas Especiais da Educação Pré-Escolar.

Fez-se um investimento total na ordem dos 350.000,00€.

É importante referir também a oportunidade que as escolas tiveram em utilizar o autocarro municipal, que se encontrou diariamente ao serviço da educação e realizou cerca de 75 viagens, ao longo do ano, permitindo a concretização de muitos projectos desenvolvidos pelos professores/alunos.

1.3. Alimentação/Cantinas

Esta acção abrangeu 4300 alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Diariamente foram servidas, em média, 4300 refeições, sendo que, 1000 crianças eram do Pré-Escolar e 3300 alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico. De salientar, que destas refeições, o Agrupamento de Escolas de Perafita, a EB1/JI Quinta de S. Gens e EBI/JI da Barranha assumiram também o fornecimento de refeições, com uma média de 1000 refeições/dia.

A Câmara Municipal assumiu durante este ano, um investimento total na ordem de 821.000,00€/ano.



2. Planeamento e Gestão das Instalações e Equipamentos Educativos

O acompanhamento do reordenamento da rede escolar ao nível do 1.º CEB e dos Jardins-de-Infância, bem como a renovação dos espaços já existentes, com instalações cobertas para a prática da educação física e do desporto, de espaços para a instalação das cantinas, bibliotecas, centros de recursos, equipamentos informáticos e de novas tecnologias de informação e comunicação, foi e continuará a ser uma tarefa prioritária, para que, o processo ensino aprendizagem seja cada vez mais um desafio há implementação e desenvolvimento de boas práticas.



É de salientar as obras de ampliação/reconversão dos seguintes equipamentos:

2.1. Edifícios escolares com obras de requalificação em curso:

- EB1 de Quatro Caminhos, Senhora da Hora;
- EB1 do Corpo Santo, Leça da Palmeira
- JI n.º 1 de Custóias
- EB1 de Cabanelas, Lavra (fornecimento de equipamento de cozinha)

2.2 Abertura de concurso para o fornecimento de projectos para a construção e/ou requalificação dos seguintes edifícios escolares:

- EB1 da Lomba, Guifões
- EB1/JI do Padrão, Leça do Balio
- EB1/JI do Araújo, Leça do Balio
- EB1 de Santiago, Custóias (edifício complementar)
- EB1/JI Quinta de S. Gens, Senhora da Hora
- EB1 das Ribeiras, Perafita
- EB1 Quinta do Vieira, Custóias
- EB1 Passos Manuel, Guifões



2.3. Execução/Aprovação de projectos para a conservação, requalificação e ampliação dos seguintes edifícios escolares:

- EB1 Bairro dos Pescadores, Matosinhos
- EB1 Igreja Velha, S. Mamede de Infesta
- Jardim-de-infância de Angeiras, Lavra
- Adaptação da antiga Escola de Pampelido para Clube da C+S de Lavra

2.4. Adjudicação de projecto de Arquitectura para a ampliação de edifício escolar:

- Jardim-de-infância da Guarda, Perafita

2.5. Conclusão dos Projectos e Abertura de Concursos para a realização de trabalhos de qualificação de edifícios escolares:

- Adaptação de uma sala para ensino de alunos autistas na EB1 da Viscondessa, Santa Cruz do Bispo
- EB1 da Ermida, S. Mamede de Infesta (trabalhos complementares)
- JI de Monte Espinho, Leça da Palmeira

2.6. Reformulação de projecto para a requalificação de edifício escolar (trabalhos complementares):

- EB1/JI da Biquinha, Matosinhos

2.7. Obras em curso para ampliação e requalificação de edifícios escolares:

- EB1/JI 4 Caminhos, Senhora da Hora
- EB1 do Corpo Santo, Leça da Palmeira

2.8. Obras de requalificação e ampliação de edifícios escolares concluídas:

- EB1/JI Cabanelas, Lavra
- EB1 Santiago, Custóias
- Escola de Música Óscar da Silva, Matosinhos (Escola dos Sinos)
- EB1 Padre Manuel Castro, S. Mamede Infesta



2.9. Obras para manutenção/reparação de edifícios escolares que ultrapassam as competências delegadas nas juntas de freguesia (investimento global de cerca de 300.000,00€):

- EB1 da Praia, Leça da Palmeira
- EB1 Passos Manuel, Guifões
- EB1 da Igreja Perafita,
- EB1/JI da Portela, Santa Cruz do Bispo
- EB1 de Gatões, Custóias
- EB1 do Paiço, Lavra
- EB1 do Godinho, Matosinhos
- EB1/JI de Augusto Gomes, Matosinhos
- EB1/JI das Ribeiras, Perafita
- JI das Farrapas, Perafita
- EB1/JI da Amieira, S. Mamede de Infesta
- EB1 do Seixo, S. Mamede de Infesta

2.10. Mobiliário Escolar e Equipamentos de Apoio Educativo Diverso

No sentido de dotar os estabelecimentos de educação e ensino de condições adequadas e melhoradas para o desenvolvimento das actividades educativas, a Câmara transferiu para todos os Agrupamentos de Escolas e 213.000,00€.

Também os parques infantis, instalados nos JI's, considerados como elementos lúdicos de grande interesse pedagógico, foram alvo de atenção especial, já que, foi efectuado em levantamento rigoroso da sua existência, condições de segurança e conservação, tendo em vista, não só a criação de novos parques, mas também, intervenções ao nível do melhoramento e da manutenção/conservação.





2.11. Gestão Corrente dos Jardins-de-infância e das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Foram realizadas transferências de verbas para os Agrupamentos de Escolas e a EBI/JI da Barranha, verbas destinadas ao aluguer de contadores, gastos de água e electricidade, telefone, gás, material pedagógico, material de desgaste, alarmes, visitas de estudo e contratos de manutenção entre outras despesas. O investimento atribuído foi de 950.000,00€

Foram transferidos para as Juntas de Freguesia cerca de 103.000,00€, destinados à gestão corrente dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

2.12. Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar



É da responsabilidade da Câmara Municipal de Matosinhos a colocação de pessoal não docente nos JI's. O Acordo de Cooperação estabelecido com a DREN/ME, previu para 2007 a colocação de 52 Assistentes/Auxiliares de Acção Educativa, no âmbito da Componente Educativa, em 61 salas do Pré-Escolar, e a colocação de 32 Assistentes/Auxiliares de Acção Educativa, no âmbito da Componente Social, em 32 salas com prolongamento de horário.

Esta atitude permitiu a qualificação do serviço de apoio pedagógico e ao mesmo tempo eficácia no serviço e nos constrangimentos existentes.

De salientar também, o apoio a alunos com Necessidades Educativas Especiais.

3. Mobilização da Comunidade Escolar

Tendo como objectivo contribuir para a igualdade no acesso a oportunidades de elevado potencial educativo, foram diversas as acções apoiadas conforme se especifica:

- Educar para melhor Alimentar, um ciclo de conferências, organizado pela DEC que envolveu toda a comunidade escolar;
- Natal nas Escolas, à semelhança de anos anteriores, contou com a oferta de livros e brinquedos. Envolveu cerca de 7600 alunos, distribuídos pelos JI's e EB1's.
- Bolsa de Emparceiramento Rotário (esta bolsa corresponde a um subsídio de 750,00 € a atribuir ao aluno que frequente o ensino superior, com sucesso educativo e apresente dificuldades económicas);
- Um Lema uma Atitude, um projecto inovador do Agrupamento de Escolas de S. Mamede de Infesta, a sua realização constituiu, para a Câmara, um investimento de 1.000,00€;
- Cartão do Aluno, um apoio concedido aos alunos do EB2,3 de Leça da Palmeira, que envolveu, um investimento de 1.500,00 €;
- Concurso Flauta de Bisel, organizado pela EB2,3 de Santiago e EB2,3 Maria Manuela Sá, resultou num investimento de 1.000,00 €.



- Corta Mato, uma actividade organizada pela EB2,3 de Matosinhos contou com a participação de 2.000,00€ por parte da Autarquia.
- Torneios Inter-desportivos, organizados pelas Escolas Secundárias do Concelho, envolveram uma participação da Câmara de 5.000,00€.
- O Dia Mundial da Criança foi, à semelhança de anos anteriores, lembrado com a oferta de um livro. Envolveu cerca de 7 600 alunos, distribuídos pelos JI's e EB1's.

Atendendo às relações institucionais existentes entre a Câmara Municipal e as Associações de Pais do Concelho e considerando o empenhamento e desenvolvimento do trabalho colaborativo destas, com alguns estabelecimentos de ensino, a Câmara disponibilizou em 2007, 4.000,00€ para a concretização de algumas acções.

4. Projectos

Foram vários os projectos desenvolvidos na área do Município de Matosinhos, no ano de 2007. Projectos que contribuíram para o desenvolvimento de uma resposta assente na complementaridade da actividade curricular e cívica, promovendo e potenciando o processo educativo.

Com estes projectos, iniciou-se uma postura de intervenção local assente num conjunto de relações de parceria em que as componentes educativas e pedagógicas assumiram um destaque central.

Por outro lado, as exigências de intervenção destes projectos permitiram a adopção de modelos de acompanhamento, monitorização e avaliação com todos os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Matosinhos, configurando um novo modelo de parceria local, assente na construção de soluções nos domínios organizacional e sócio-pedagógico.





Execução do Plano de Actividades

Juventude

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



No ano de 2007, a CMM definiu como missão, para a área da juventude, a promoção de acções que potenciem a adopção de estilos de vida saudáveis. De forma a cumprir a missão a que se propôs, foram traçados objectivos com vista cumprir as estratégias de intervenção junto da juventude, nas suas várias dimensões. A intervenção foi organizada em grandes áreas, não havendo porém um distanciamento entre estas. Os **Projectos de Intervenção Juvenil** consolidaram a sua acção introduzindo aspectos inovadores, que tornaram a operação cada vez mais centrada no indivíduo.



Na área da **Empregabilidade** foram promovidos workshops, acções de orientação vocacional e experiências em contexto real de trabalho, desenhados de acordo com o nível de escolaridade dos intervenientes, englobando desde jovens com poucas qualificações e índices de abandono escolar elevado, até licenciados ou activos com necessidades formativas complementares e de especialização.

No que diz respeito à promoção da **Intervenção Social e Formação Cívica**, foram organizados encontros, debates e projectos com diversas instituições parceiras, fomentando a troca de experiências e implicando todos os intervenientes (especialmente os jovens), na abordagem das problemáticas e das causas que lhe são próximas. Projectos de Voluntariado, de Educação e Prevenção, de disseminação de informação sobre questões de saúde juvenil e de interesse social – tabaco, álcool, violência, maternidade precoce -, são algumas das formas de intervenção encontradas.

Ao implementar modelos de intervenção de acordo com a estratégia definida, alicerçada em programas de apoio, directo ou indirecto, ao associativismo juvenil, ao desenvolver projectos de orientação vocacional e de apoio e acompanhamento dos jovens e famílias na definição de objectivos e na ocupação de tempos livres, contribuímos para a inclusão, para a integração e para a formação de indivíduos que serão o futuro do crescimento do concelho.



Na área **Cultural**, foi dada continuidade a projectos inovadores, quer conduzidos, até hoje, pela própria Câmara, quer lançando as bases para o seu desenvolvimento futuro pelos parceiros com quem tem trabalhado, a bem sucedida aposta na inovação permitiu percorrer novos caminhos/modalidades, abrangendo os interesses de novas “tribos” juvenis. A opção por oferecer a prática regular de modalidades do agrado dos jovens conjugou-se com um rol de actividades de animação no exterior. Da mesma forma, exploraram-se novos estilos musicais, que alargaram a participação e divulgação de jovens valores.



As novas exigências de horários escolares e parentais e a alteração das dinâmicas familiares, necessitam de modelos alternativos à intervenção escolar e de outras instituições. Os novos processos de planeamento estratégico influenciaram também a forma como se programaram as **actividades lúdicas e de animação**. Abandonou-se a ideia de produzir o somatório de actividades para investir na criação de um fio condutor que interligue e potencie exponencialmente o efeito das acções implementadas. Como caso de sucesso, neste domínio, surge o projecto *Juventude em Movimento* que veio lançar um novo fôlego à organização da agenda de actividades das férias escolares. Esta intervenção tem como base essencial a **formação** e capacitação dos jovens para a participação activa e para uma cidadania consciente.

O trabalho no âmbito do *Conselho Consultivo da Juventude* é disso exemplo, assentando no desenvolvimento de iniciativas e de encontros que influenciam decisivamente a definição da política juvenil do concelho. Paralelamente, foi posto em prática o *Projecto VEM*, dando mais uma oportunidade de desenvolver um trabalho com e para a comunidade. As Casas da Juventude cedem regularmente as suas instalações para a realização de eventos e exposições que pretendam promover os jovens na fase inicial da sua actividade.

Finalmente, será importante referir a elevação dos padrões de qualidade e a introdução de novos métodos de trabalho e de gestão que permitiram certificar a Divisão da Juventude pela norma ISO 9001:2000. Os esforços concertados de todos resultaram no trabalho até então desenvolvido, capacitando a equipa a adoptar estratégias capazes de garantir a **Qualidade** reconhecida dos serviços.

No ano em que a Casa de Matosinhos comemorou dez anos de existência, nunca é demais referir que 2007 constituiu indiscutivelmente um desafio à inovação e empreendedorismo baseado numa equipa forte, preparada e motivada, que fez aumentar o nível de exigência. Exigências de continuidade, mas também de corte com os entraves a uma abordagem saudável da juventude.



PIJ – PROJECTOS DE INTERVENÇÃO JUVENIL

Os Projectos de Intervenção Juvenil congregam em si projectos que pretendem responder a diferentes necessidades detectadas no contacto com jovens, com as suas famílias, professores e restantes profissionais. Trata-se de contribuir para a inclusão dos indivíduos nos seus vários contextos vivenciais.

JUST GIRLS – espaço para desenvolvimento de competências com vista a suprir necessidades de informação/reflexão no seio de um grupo composto por raparigas.

VENCER NA ESCOLA – projecto transversal a vários anos lectivos, visa apoiar os alunos na realização de trabalhos de casa e orientá-los na aquisição de hábitos de estudo e de auto-regulação.

CENTRO DE ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO JUVENIL (CAOJ) - espaço de apoio psicológico individual e orientação vocacional individual ou em grupo. As problemáticas com maior incidência foram dificuldades de aprendizagem e apoio psicoterapêutico às perturbações de comportamento.

CENTRO DE ATENDIMENTO A JOVENS (CAJ) – resulta de uma parceria com a ULS que disponibiliza equipa multidisciplinar, visa orientar ao nível da sexualidade, do planeamento familiar, dos relacionamentos interpessoais, entre outros.



APRENDER A SER – promoção de competências pessoais e sociais em jovens que, pelo seu contexto familiar ou pelas experiências de vida, apresentam deficits a vários níveis.

SALTO PARA O FUTURO – acompanhamento de jovens que necessitam de apoio na procura de emprego e inserção no mercado de trabalho, bem como, na selecção de cursos adequados ao seu perfil escolar e académico.

WORKSHOPS – funcionam como treino de competências para permitir a aquisição de um manancial de estratégias e técnicas de resposta aos desafios da sociedade actual.

CLUBE DA SAÚDE JUVENIL – campanhas de sensibilização sobre malefícios da exposição solar e do consumo de álcool em excesso, com o objectivo de alertar para os riscos de adopção de determinados comportamentos.



FORMAÇÃO, INFORMAÇÃO E EMPREGO

A veiculação de informação e a importância da formação como resposta aos desafios do futuro é uma preocupação sempre presente, impulsionando os jovens para uma maior autonomia.

PROJECTO “ARTE-EDUCAÇÃO” - Com início no ano lectivo 2006/2007, envolve três turmas da escola E.B.2.3. de Matosinhos e visa combater o absentismo e insucesso escolar, através do recurso a actividades como a dança e a dramatização, incluindo visitas de estudo a espaços culturais, idas ao teatro, entre outras, isto tudo, associado às temáticas abarcadas nas aulas.

MÚSICA

A música, revestida de diferentes formas de expressão, é moldável aos vários sub-grupos juvenis. Através desta, é possível transmitir uma multiplicidade de mensagens que contribuem para a formação dos jovens. As actividades musicais desenvolvidas primam pela diversidade e aposta na intervenção junto de novos públicos.

FESTIVAL INTERNACIONAL DE JAZZ DE MATOSINHOS – O concerto de abertura foi protagonizado por João Mendes e Carlos Azevedo Trio. Os dias seguintes foram marcados com actuações dos saxofonistas Benny Golson, Ernie Watts, Roberto Somoza e, David Binney e Mark Turner, dos dois grandes pianistas – Cyrus Chestnut e Benny Green, e da conceituada diva do gospel e soul Liz McComb, no Grande Auditório da Exponor. A presença nacional foi marcada pela Orquestra de Jazz de Matosinhos, Transa Atlântica Project e André Sarbib com Roberto Somoza. Esteve, também, patente a habitual feira do disco e livro, no átrio da Exponor, bem como a animação de Rua e o after hours no B'Flat Jazz Clube. Esteve ainda patente ao público a Exposição de Jazz, no Norteshopping.





FESTIVAL DA JUVENTUDE – a Marginal de Matosinhos esteve permanentemente animada com música, insufláveis, actividades radicais, workshops de percussão e instrumentos musicais e demonstrações de actividades desportivas. Contou com a presença dos “MUNDO SECRETO”, protagonistas do estilo Hip-Hop, o DJ MALBORO com a música Funk Brasileira, e um concurso de KARAOKE.



CONCERTO EZ ESPECIAL – Realizado no dia 14 de Agosto, na Praia da Memória, em Perafita, a banda, no seu estilo Pop, apresentou os vários êxitos alcançados. A primeira parte do concerto esteve a cargo da banda FALLING ÉDEN, vencedora do festival TSUMANI, promovido pela Junta de Freguesia de Perafita.

JAZZ DESCE À CIDADE E JAZZ DO PAI NATAL – com o objectivo de proporcionar a democratização do acesso a momentos musicais diferenciados, pretende a interacção entre artistas e espectadores, numa informalidade predominante, que permitirá o alargamento da massa crítica e captação de novos públicos. O primeiro com periodicidade mensal, proporcionou a actuação de grupos como Quarteto Mariana Zenha, Quarteto ZZAJ, Sexteto Mário Barreiros, Quarteto Fatucha Leite e TGB. O segundo, na época de natal animou zonas comerciais, ruas, cafés e outros espaços públicos.

S. MAMEDE HIP HOP E AO RITMO DA JUVENTUDE – com o objectivo de cumprir o objectivo de descentralização e simultaneamente introduzir dinâmicas culturais nas freguesias, foram realizadas acções, respeitando as características de cada uma, com bandas amadoras de hip hop em S. Mamede – Última Ratio, Versátil B_Kid e Coalizão Urbana e a brasileira “Cheiro do Brasil” em Santa Cruz do Bispo.



FESTIVAL DE CULTURAS URBANAS – apresentou novas manifestações urbanas com uma programação original, como o Parkour, desenho digital, actuação de Dj's e bandas nacionais de música Hip-Hop, Folk, Africana, Rock, House Music e Electrónica. Destaque especial para a actuação dos Mundo Secreto. Simultaneamente, decorreu uma mostra/venda de artesanato e de gastronomia representativas das culturas urbanas.



JAZZ SEM BARREIRAS - Procura direccionar-se para diferentes franjas da população que, pelas suas condições físicas, sociais, étnicas ou outras não acedem facilmente a este género musical. Através de uma “viagem” pela história do Jazz, interpretada por seis elementos da Orquestra de Jazz de Matosinhos, envolveu-se reclusos e cidadãos portadores de deficiência numa dinâmica musical, fazendo fluir a imaginação. As instituições abrangidas foram os Estabelecimentos Prisionais de Santa Cruz do Bispo (feminino e masculino) e de Custóias, ALADI e APPACDM.

20ª EDIÇÃO DO JAZZ VAI À ESCOLA – a Orquestra de Jazz de Matosinhos tem vindo a desenvolver um programa de formação nos estabelecimentos de ensino, com vista a impulsionar hábitos culturais e musicais junto da camada jovem. Envolveu 680 alunos, provenientes das Escolas Sec. da Boa Nova, João Gonçalves Zarco, Sra da Hora e EB 2,3 Santiago de Custóias e Maria Manuela de Sá.



ACTIVIDADES LÚDICO-PEDAGÓGICAS

A ocupação dos tempos livres dos jovens, de uma forma educativa e saudável, apesar do seu carácter lúdico, apresenta-se como uma das principais apostas, levando-nos a criar uma criteriosa e cuidada agenda de actividades que acesse áreas tão diversas como o desporto, a música, as manualidades, a culinária e a ciência.

PARTICIPAÇÃO/FORMAÇÃO CÍVICA

A necessidade de criar espaços privilegiados para o desenvolvimento de uma cidadania activa e de estratégias de desenvolvimento de valores, reflexões e intervenções participantes está na base da criação e desenvolvimento de acções que permitam o envolvimento dos jovens nas questões da comunidade. Permitem a criação de uma consciência cívica de cidadãos em potência, embrenhando-os no processo de decisão e de construção de uma política juvenil no concelho.

CONSELHO CONSULTIVO DA JUVENTUDE (CCJ) – o funcionamento activo deste fórum de participação, com discussão de modelos de intervenção municipal, permitiu a implementação de políticas mais ajustadas, proporcionando um conhecimento mais alargado e concreto de diferentes metodologias de abordagem.

- *Arte Fora do Sítio* - abordagens artísticas em locais e formatos diferentes dos habituais, com artistas ligados à música, artes circenses, dança e poesia.



- **Casting Jovens Modelos** – no âmbito da campanha solar “Desfruta o Verão com Protecção”.



- Boletim Vozes – Foi criado em 1995 com o objectivo de permitir aos jovens a livre expressão de vivências e opiniões e divulgar a acção da política juvenil desenvolvida. É sem dúvida um dos projectos com maior longevidade. Com periodicidade semestral e distribuição gratuita, os números foram dedicados ao “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para todos”, e “10º Aniversário da Casa da Juventude de Matosinhos”.

- Feira de Orientação Vocacional “Escolhas de Futuro” - Cientes de que uma tomada de decisão vocacional implica ganhos, perdas e angústias, a autarquia procurou facilitar as escolhas de futuro dos jovens, proporcionando-lhes uma experiência de confronto directo com o mundo das formações e das profissões. “Escolhas de Futuro” constituiu uma oportunidade de exploração dos investimentos vocacionais, para a adopção de decisões autónomas, responsáveis e inter-relacionadas com as diversas dimensões da sua existência, ajudando-os a construir projectos de vida realistas e coerentes.

DIA DOS NAMORADOS - estimular a criatividade e a imaginação.

VISITA AO ALADI - tem como objectivo fomentar e dinamizar acções que visem a sensibilização para a realidade social em que estão inseridos.

1º ENCONTRO INTERNACIONAL DE CASAS DA JUVENTUDE – integrado nas Comemorações do 10º aniversário da Casa da Juventude de Matosinhos, contou com a presença de responsáveis de diversas Casas da Juventude, a nível Nacional, e uma convidada da Oficina de Informação Europeia para Jovens da Galiza, que em conjunto deram a conhecer as diferentes perspectivas e intervenções, numa troca de experiências bastante enriquecedora.

ANIMAÇÃO

As actividades de animação constituem-se como momentos importantes de convívio entre utentes e como formas de potenciar os recursos e implicar os jovens na realização de acções que lhes digam directamente respeito.

COMEMORAÇÃO DO 10º ANIVERSÁRIO DA CASA DA JUVENTUDE DE MATOSINHOS – Integrada nas comemorações foi realizada uma Gala constituída por vários momentos de moda, música e dança, especialmente seleccionados, em função de grandes temas de atracção para os jovens. Pela passerelle, da tenda montada para esta gala, passaram modelos de jovens desenhadores nacionais, acompanhados com momentos musicais onde se ouviram ao vivo os



FINGERTIPS, bem como os movimentos sempre espectaculares de dança dos *MOMENTUM CREW*. Incluído nesta Gala, foi também atribuído pela APCER – Associação Portuguesa de Certificação, o *Certificado de Conformidade*, relativo ao Sistema de Gestão da Qualidade, segundo a Norma ISO 9001:2000, implementado nas Casas da Juventude. Foi, simultaneamente, lançado o novo *Cartão Matosinhos Jovem*, bem como a 33ª Edição da *Revista Vozes*.



DESPORTO JUVENIL

Conscientes de que a prática do desporto é fundamental para o desenvolvimento físico e intelectual dos jovens, foram promovidas actividades desportivas que reuniram um elevado número de participantes, num variado leque de modalidades.

V EDIÇÃO DOS JOGOS DA JUVENTUDE - realizada em articulação com o Conselho Consultivo da Juventude, com vista a estimular a autoconfiança, a organização, a disciplina e a competição saudável, contou com a participação de 10 equipas representativas das freguesias do Concelho, sob o tema “A Europa”.



VERÃO EM FORMA – aulas em várias modalidades desportivas nas marginais: Hip-Hop, Bodypump, Bodycombat, Bodystep, Aerodance, Tackwondo, Capoeira, K.M.D, Defesa Pessoal e Yoga, e ainda, a estreia de uma nova modalidade em Portugal – Radical Fitness.

CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS, AO ABRIGO DA NORMA 9001:2000

A certificação actua como um factor motivador, ao exigir a participação de todos, e ao estabelecer obrigações na formação dos recursos humanos. O Sistema de Gestão da Qualidade implementado na Divisão *obteve o reconhecimento de conformidade*, que culminou na tão desejada certificação em Novembro de 2007. A avaliação do trabalho realizado no ano de 2007 teve como base os instrumentos criados no sistema implementado, potenciando a capacidade de proceder ao reajustamento de algumas das opções assumidas de forma sustentada, abrindo a possibilidade de desenvolver novas e mais eficazes metodologias, identificando os recursos mais adequados para fazer face às dificuldades encontradas.



PARCERIAS

REDE SOCIAL – Parceira nas Comissões Sociais de Freguesia com contributos para construção do Plano de Desenvolvimento Social - 2007/12. Foram criadas as respostas para situações sinalizadas através dos projectos CAOJ, Aprender a Ser, Vencer na Escola e CAJ.

INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE (IPJ) – Funcionamento da “Loja Ponto Já”, alargando as potencialidades ao nível da informação, contactos europeus, entre outras.

Programa “Escolhas”, em parceria com a Adeima, destinado a trabalhar a prevenção primária em grupos de risco.

FUNDAÇÃO PARA A DIVULGAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO (FDTI) – funcionamento dos Centros Inforjovem instalados nas casas da juventude

LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – campanhas de sensibilização à população

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE – Hospital Pedro Hispano – funcionamento dos Centros de Atendimento a Jovens

INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR – acolhimento de estágios académicos.

VOLUNTARIADO

Ao longo do primeiro ano de implementação, o projecto **Voluntariado em Matosinhos (VEM)** conta já com a adesão de mais de **50 entidades parceiras** que exercem a sua actividade nas mais diversas áreas de acção, desde o apoio social, ao desporto e à juventude, à cultura e património, à educação e exclusão social. Verifica-se portanto que, em apenas um ano, aumentou significativamente a mobilização e sensibilização das instituições para o voluntariado, criando-se espaços de emancipação, cidadania e participação social.

Relativamente aos voluntários, o entusiasmo da procura tem sido revelador, verificando-se que até ao final do ano estavam inscritos cerca de **256** indivíduos interessados em exercer voluntariado.

Muitas das pessoas que se inscrevem apresentam expectativas pouco realistas sobre o que é o voluntariado, razão pela qual se torna fundamental a formação, também assegurada neste projecto, sobre a necessidade de compromisso e responsabilização face a estas práticas. Quatro técnicos da autarquia frequentaram uma acção de formação que os capacitou para conduzir o processo de formação inicial de voluntários, garantindo a sustentabilidade destas acções.





Voluntários	
Inscritos	256*
Não validadas	61
Entrevistas de Selecção	
Realizadas	153
A aguardar	33
Colocados	
Colocados nas Instituições	77
A aguardar colocação	43
Instituições	
Parceiras	54
Potenciais Parceiras	27
Acções de Formação	
9 para Voluntários	126
2 para Gestores de voluntariado	42

* 19 estão integrados no projecto Matosinhos Activo (Voluntariado de proximidade).

No sentido de monitorizar a satisfação do exercício de voluntariado é ainda realizada uma avaliação sistemática das visitas efectuadas, bem como reuniões periódicas com voluntários e gestores de voluntariado. Deste modo pretende-se dar voz a quem está intrinsecamente ligado a estas práticas, de forma a superar constrangimentos, valorizar as acções realizadas e melhorar o voluntariado no concelho. Efectuando um balanço do primeiro ano de intervenção é possível constatar que o objectivo de aumentar a mobilização para as práticas de voluntariado foi alcançado, ainda que o arranque do processo tenha sido um pouco moroso, devido a todo um trabalho de retaguarda fundamental para criar alicerces sólidos com as instituições, os voluntários, e demais parceiros:

- A constituição do **Banco Local de Voluntariado em Matosinhos**, criado pela Comissão Nacional para a Promoção do Voluntariado, constituiu uma mais valia neste plano de projecção e visibilidade.

- Também a partilha de informação sobre o voluntariado no concelho foi uma aposta ganha, já que o site é recorrentemente referenciado como a origem da informação sobre estas práticas no concelho;

- A criação de uma **base de dados on-line**, onde é possível consultar as instituições parceiras bem como as suas necessidades e onde, quer candidatos a voluntários, quer instituições interessadas, podem submeter a sua ficha de inscrição on line;





- O projecto VEM passou a englobar o **Matosinhos Activo**, traduzido no apoio domiciliário a pessoas idosas e/ou dependentes. Aqui, o papel do voluntário passa pelo estabelecimento de um vínculo afectivo, que consiste no acompanhamento destas pessoas, como conversar, ler um livro, ajudar a preparar a medicação, passear, ou simplesmente fazer companhia. Abrange 25 idosos e/ou dependentes;
- Foi criado o **manual de procedimentos** e a brochura de informação sobre o voluntariado de proximidade;
- **II Encontro de Voluntariado** contou com a participação de diferentes oradores que partilharam experiências relatadas na 1ª pessoa, terminando com a entrega de cartões de voluntários e de certificados de formação. Foi possível reflectir sobre o trabalho desenvolvido até ao momento e lançadas novas estratégias para o ano de 2008. Foram visitadas algumas das instituições que integram voluntários, onde se constatou a mais valia que estes representam, e a forma como desempenham o seu trabalho.





Execução do Plano de Actividades

Acção Social e Saúde

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



De acordo com a tipologia da população do Concelho de Matosinhos e dadas as características sociologicamente conhecidas do crescimento urbano em que a pobreza e exclusão podem ter tendência a se acentuar, a Câmara Municipal de Matosinhos organiza a sua intervenção de acordo com as dimensões de vulnerabilidade que se constituem como factores de exclusão social e que definem, simultaneamente, o perfil de uma intervenção integrada e sustentada na rede de parceiros que directamente actuam nestas problemáticas. Tenta-se, aqui, realçar o trabalho desenvolvido no ano de 2007 nas seguintes dimensões de intervenção – Emprego, Educação, Habitação, Saúde, Equipamentos Sociais – definidas no **Plano de Desenvolvimento Social** (elaborado com base nos resultados do Diagnóstico Social do Concelho).

Para além da aposta em dotar o Concelho de infra-estruturas, investe-se também na manutenção e alargamento das parcerias com outras entidades da sociedade civil, aproveitando eficazmente as potencialidades e os recursos locais, na perspectiva de que o “trabalho em rede” permite multiplicar a eficácia de todos os intervenientes.

REDE SOCIAL

Em 2007, o Conselho Local de Acção Social (CLAS) dinamizou diversas actividades, das quais se destaca:

- Realização de 3 Plenários;
- Reuniões do Núcleo Executivo durante todo o ano e acompanhamento sistemático às dez Comissões Sociais de Freguesia (CSF);
- Sessões de trabalho com o CESIS e dinamizadores das 10 CSF, de forma a promover espaços de reflexão sobre o trabalho a desenvolver;
- Realização de uma sessão de trabalho com as instituições da área da Infância sobre a qualificação das instituições;
- Formação na área do Envelhecimento para Técnicos, Dirigentes e Auxiliares da Acção Directa;
- Lançamento do Estudo sobre o Envelhecimento – NESE;
- Emissão de pareceres no âmbito dos equipamentos e serviços sociais, bem como, a análise de propostas, nas reuniões de Núcleo Executivo, sobre projectos a implementar no Concelho, destacando-se o programa PARES e análise das respectivas propostas para novos Equipamentos/Serviços a dinamizar no Concelho.



Rede Social
Matosinhos





ACÇÃO SOCIAL

Articulação / apoio a instituições

Conjuntamente com as Instituições locais e com a Administração Central tem sido promovido pelo Município o alargamento da rede de equipamentos sociais através da construção/ampliação, aquisição, e manutenção de equipamento de instalações. Neste sentido, em 2007 foram apoiadas:

- Cerca de 60 Instituições, das quais aproximadamente 30 IPSSs, cujas actividades estão direccionadas para a Infância, Terceira Idade, Saúde e Deficiência;
- 18 Conferências de S. Vicente de Paulo;
- Clubes de Serviços;
- Banco Alimentar Contra a Fome.

Plano Municipal de Igualdade de Oportunidades

O Plano Municipal de Igualdade de Oportunidades para Todos/as, pretende ser antes de mais, um documento de trabalho reflector das medidas e acções que já se encontram a decorrer, mas também, um importante instrumento orientador de novas iniciativas e medidas que, de forma consistente e integrada, visam sempre a efectiva aplicação da Igualdade de Oportunidades. Desta forma, está prevista formação aos técnicos do concelho ainda no 1.º semestre de 2008.

Apoio à Infância



Nesta área, a dinâmica desenvolvida foi essencialmente dirigida para o reforço da qualidade dos serviços prestados pelas entidades existentes e vocacionadas ao apoio à infância, designadamente Associações sem Fins Lucrativos. Num quotidiano cada vez mais exigente, em que nem sempre é fácil a conjugação da vida familiar com a vida profissional, estas entidades revelam-se retaguardas

essenciais às famílias. A Câmara tem como preocupação apoiar o funcionamento destas Instituições de forma a que elas garantam às suas crianças utentes uma vivência de grande qualidade, aos mais diversos níveis das suas necessidades de crescimento físico-intelectual e emocional, proporcionando-lhes oportunidades diversas de âmbito pedagógico, lúdico, cultural, desportivo e alimentar.

Assim, foram apoiadas para a realização de actividades, obras e aquisição de equipamento as seguintes entidades: Associação de Solidariedade Social da Urbanização do Seixo, Conferência de Jovens de S. João Baptista da Paróquia de Aldoar, Associação Social e de desenvolvimento de Guifões, Associação MAIS – Matosinhos Apoia a Inserção Social, Irmandade de Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos.



Apoio à Terceira Idade

Outra das grandes preocupações no âmbito da Acção Social tem sido o apoio à Terceira Idade: pretende-se constituir uma rede de equipamentos que, por um lado, cubra o território municipal e a sua população e, por outro, assegure a qualidade do atendimento prestado por cada instituição, considerando não apenas a satisfação das necessidades básicas da pessoa idosa mas também, num segundo plano, a promoção da saúde



no idoso através de um conjunto de actividades que, incentivando-os ao exercício físico e mental, promovem o bem estar bio-psico-emocional e social.

Decorrente da articulação estreita com as instituições de perfil social (IPSS e similares), foram criadas as condições para estas desenvolverem as seguintes actividades:

Actividades Regulares	Participantes	Quantidade
Música / Coral	551	1.680 aulas
Folclore, Danças de Salão / Criativa	271	744 aulas
Ginástica	497	1.536 aulas
Ginástica de Reabilitação	134	480 aulas
Hidroginástica	138	768 aulas
Tai-chi / Técnicas de Relaxamento	282	744 aulas
Teatro / Expressão Artística	144	504 aulas
Alfabetização	115	624 aulas
Informática	28	144 aulas
Atelier de Manualidades	66	528 aulas
Intercâmbios Culturais	990	88 saídas

Actividades Sazonais	Participantes	Quantidade
Semana da Primavera	990	7 dias
Colónias Balneares e Dia dos Avós	723	10 dias
Actividades da Quinzena Sénior	981	6 dias
Passeio Anual	6156	1 dia
Celebração do Natal	7770	1 dia



Ainda no decorrer do ano 2007, surgiram iniciativas inovadoras de apoio à terceira idade e consolidaram-se experiências em outras actividades:

- Alargamento da rede de equipamentos sociais: foi atribuído apoio ao ATI (cedência de espaço e apoio financeiro) para a abertura do Centro de Dia do Monte Espinho;

- Manteve-se o **Cartão MATOSINHOSénior**, o qual conta com cerca de 10.000 inscrições activas (num grupo populacional que, de acordo com os CENSUS de 2001, era constituído por 22.000 indivíduos);



- Iniciou-se a prestação do serviço **Matosinhos Amigo** (Pequenas reparações nas casas de pessoas idosas:) em Agosto na cidade de Matosinhos e alargado em Outubro a todo o Concelho, registando-se até ao final do ano 457 pedidos a que corresponderam 1020 intervenções;



- **Teleassistência Domiciliária** - Iniciou-se a instalação das 50 unidades previstas em casa de pessoas idosas isoladas e com baixos rendimentos;

- **Universidades Sénior**: foi prestado apoio logístico e financeiro à instalação e funcionamento das Universidades no Concelho (Leça do Balio, Matosinhos, São Mamede de Infesta);

- **Formação**: foram realizadas Acções de Formação “A Qualidade dos Serviços para Pessoas Idosas”, dirigidas a Dirigentes, Técnicos e Pessoal Auxiliar;



- A feira Normédica/Ajutec, que decorreu entre 24 a 27 de Maio de 2007.



Candidaturas realizadas ao PARES:

Com vista à concretização da apresentação de candidaturas a este Programa foram apoiadas seis IPSS, nomeadamente na elaboração e na obtenção de documentação necessária para a viabilização das candidaturas para financiamento da construção / ampliação de equipamentos sociais na área da Terceira Idade e da Infância:

- APAM – Associação dos Pescadores aposentados de Matosinhos (ampliação do Lar 3.ª Idade);
- Associação de Solidariedade Social Betes da Esperança e Vida (ampliação e remodelação do Lar 3.ª Idade);
- Centro Social de Leça do Balio (ampliação do Lar de 3.ª idade e criação de Berçário);
- Centro Social e Cultural de Custóias (ampliação do Centro de Dia, Centro de Convívio e Apoio Domiciliário e criação de Creche);
- Centro Social Padre Ramos (ampliação de Lar de 3.ª Idade)
- CIVAS - Centro de Infância Velhice e Acção social (aquisição de Lar para a 3.ª Idade).





Atendimento Integrado

O Atendimento Integrado visa aumentar a capacidade e a eficácia da intervenção da(s) rede(s) de parceiros já existentes através da criação/sustentação de uma plataforma de coordenação de acções com vista a uma abordagem integrada junto dos públicos desfavorecidos, concorrendo-se, desta forma, para a procura de novas metodologias de trabalho que apostem na flexibilidade e não na fragmentação de respostas.

Pretende-se que as famílias que recorrem ao atendimento não tenham que se dirigir a diversos serviços sociais e que não haja uma sobreposição de intervenções e um desgaste de recursos humanos, criando respostas coerentes, articuladas e mais céleres. Assenta, assim, numa nova forma de organização dos serviços através da criação de uma plataforma técnica onde está representado um conjunto de entidades, designadamente a Câmara Municipal de Matosinhos, o Instituto de Segurança Social, a ADEIMA, a Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Matosinhos, a ULS de Matosinhos, EPE, o IEPF, o IRS, a DREN, a MatosinhosHabit, as Juntas de Freguesia de Leça do Balio, de Matosinhos, de Perafita, de São Mamede de Infesta e a Associação Baptista Ágape.

Em 2007, a Câmara cedeu instalações, em São Mamede de Infesta, ao Centro Distrital da Segurança Social do Porto, para assegurar o funcionamento do balcão de serviços locais da Segurança Social. No Pólo de Matosinhos (área “Matosinhos Sul”) a técnica da Câmara de Matosinhos assegurou, no ano 2007, 586 atendimentos (com marcação) e no Pólo São Mamede de Infesta - Leça do Balio (lado Poente de São Mamede de Infesta) 514 atendimentos (com marcação).

SAÚDE

Plano Municipal de Combate à Toxicodependência

Uma das prioridades da Câmara, nesta área, continua a ser a Toxicodependência, pelo que se tem apoiado o desenvolvimento do Projecto de Redução de Riscos e Minimização de Danos – “METAS” e o projecto de prevenção primária “Crescer a Brincar”. Por outro lado, no seguimento dos Protocolos assinados entre a Câmara a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCE-UP) e o Centro Regional de Alcoologia do Norte (CRAN), em 2007, foi finalizado e entregue o estudo sobre os padrões de consumo de álcool e outras drogas no Concelho, e foram realizados cursos de formação pelo CRAN para os técnicos do Concelho.



Articulação / apoio a instituições na área da saúde

Durante o ano 2007, foram assegurados diversos apoios a instituições na área da saúde:

- **Associação Portuguesa de Doentes de Alzheimer (APFADA)** – aquisição de imóvel em Angeiras – Lavra para futura instalação do primeiro Centro de Dia não privado do Norte para pessoas doentes de Alzheimer;



- Liga Portuguesa Contra o Cancro: **Programa de Rastreio do Cancro da Mulher – protocolo celebrado, assegurando a realização de mamografias e citologias;**

- **Associação para o Planeamento da Família (APF):** a CMM e a APF estabeleceram um protocolo de cooperação em 2004, com o intuito de ser criado um Centro de Intervenção Comunitária junto da população do bairro da Biquinha, essencialmente orientado para as questões da promoção da saúde sexual e reprodutiva e da prevenção de comportamentos de risco associados à vivência da sexualidade. Anualmente, a CMM tem colaborado com os projectos desenvolvidos pela equipa da APF, tendo em 2007 atribuído uma comparticipação financeira para o apoio ao desenvolvimento das actividades do Projecto.

- **Instituto da Droga e da Toxicoddependência (IDT) e a Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte** - O Projecto Autoestima de Matosinhos encontra-se instituído em instalações cedidas pela Autarquia na freguesia de Matosinhos. Este Projecto, resultante de uma parceria estabelecida entre a CMM, o IDT e a ARS do Norte, tem como principal finalidade, a prevenção do VIH/Sida e de outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) em pessoas que praticam a prostituição (Região Norte). A CMM tem vindo a colaborar com este projecto ao nível de apoios diversos, tendo em 2007, respondido à necessidade de realização de obras ao nível do seu Centro de Aconselhamento.

- **Abraço:** No âmbito da comemoração do seu 15º aniversário, a Abraço desenvolveu um conjunto de actividades para o ano de 2007, que tiveram como principal objectivo, alertar e sensibilizar a comunidade para a importância da prevenção do VIH/Sida. Um dos projectos da Abraço apoiados pela CMM, foi a realização de uma campanha de prevenção realizada junto dos veraneantes de diversas praias do país, designada por “Abraça-me no Verão”. No concelho de Matosinhos, a iniciativa decorreu na Praia dos Beijinhos (Leça da Palmeira) e contou com a dinamização de um conjunto de actividades de carácter preventivo (distribuição de informação, realização de momentos de esclarecimento, distribuição de preservativos...) e desportivo (em articulação com a MatosinhoSport). Paralelamente a esta iniciativa, a CMM apoiou também a realização de uma exposição de T-shirts alusivas aos 15 anos de trabalho da associação a nível mundial, sensibilizando assim a população para esta problemática e dando também a conhecer a evolução da própria associação.





- **Associação Portuguesa de Osteoporose:** À semelhança do que tem vindo a ser realizado todos os anos, a CMM apoiou a Associação Portuguesa de Osteoporose na realização de uma sessão de esclarecimento e rastreio da doença aberta à comunidade, através da cedência de um espaço para o efeito, apoio logístico, divulgação e atribuição de uma comparticipação financeira para apoio ao desenvolvimento das actividades preventivas desta Associação. O Rastreio foi realizado a cerca de 160 pessoas.



- **Associação Portuguesa de Paramiliodose:** Sabendo que em Matosinhos a APP acompanha cerca de 60 famílias que lidam com esta doença, a CMM já tinha atribuído em 2005, um espaço para a implementação da sede da Associação no Concelho. Dado o trabalho especializado desta associação junto dos doentes e seus familiares e a necessidade de dar respostas próximas e adequadas à comunidade, a CMM apoiou a APP através de uma comparticipação financeira para a aquisição de equipamento móvel necessário ao funcionamento das actividades da Associação.



- **Liga dos Amigos do Hospital Pedro Hispano:** Reconhecendo que o internamento hospitalar se traduz na vivência de tempos onde o isolamento e o afastamento das rotinas diárias é uma constante, a CMM apoiou o pedidos da Liga dos Amigos do Hospital Pedro Hispano, através de uma comparticipação financeira para a aquisição de equipamento (televisores) que teve como principal objectivo, minimizar o sentimento de afastamento da vida quotidiana e ruptura face ao mundo exterior, contribuindo para a redução do sentimento de “perda” associada aos períodos de internamento hospitalar.

- **Unidade Local de Saúde de Matosinhos (ULSM)** – no âmbito da comemoração do **Dia Mundial da Saúde**, a CMM apoiou a ULSM na realização de actividades no domínio da Saúde, essencialmente dirigidas aos jovens em idade escolar.



Articulação / apoio a instituições na área da deficiência

Foram apoiadas, através de comparticipações financeiras, para actividades e investimentos as seguintes associações:

- Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – Matosinhos;
- Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual (ALADI)
- Associação Portuguesa de Paramiliodose (APP)
- Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) – Delegação de Matosinhos.

A Câmara realizou, também, diversas reuniões para apoiar a AJUDE – Associação de Apoio à Juventude Deficiente, na construção de residencial e Centro de Dia para deficientes.

Plano Municipal da Saúde

A Autarquia de Matosinhos, atenta às rápidas mudanças sociais e demográficas que tem decorrido ao longo dos últimos anos, tem vindo a colaborar com os serviços de saúde locais e centrais, no sentido de criar e proporcionar melhores respostas às necessidades da população do Concelho. Com a perspectiva de poder dar uma melhor, maior e mais rápida resposta a algumas das necessidades elencadas como prioritárias pela Saúde, foi elaborado e aprovado um plano de intervenção municipal que resultou de uma estreita colaboração com a ULS de Matosinhos.

Este Plano, designado por Plano Municipal da Saúde, pretende facilitar, potenciar e promover o desenvolvimento de novas respostas aos problemas de saúde identificados, de forma a que em conjunto com as diversas entidades parceiras envolvidas, seja possível aproximar os recursos das populações, particularmente de todos aqueles que se encontram em situação de maior fragilidade e vulnerabilidade sociais. Foram identificadas como áreas prioritárias de intervenção: a saúde Oral, a saúde e Educação Alimentar, a saúde da Visão, a saúde Sexual e Reprodutiva, a intervenção na Autarquia e o apoio a a instituições e outras iniciativas pontuais.

Unidades de Saúde Familiares



No sentido de poder dar uma resposta de qualidade e adaptada às necessidades de saúde da população, foi estabelecido um protocolo de cooperação entre a CMM, o Centro Social e Paroquial de Santa Cruz do Bispo e a ULSM que permitiu a cedência, adaptação e instalação provisória de uma Unidade de Saúde Familiar na freguesia de Santa Cruz do Bispo. A CMM, para além de promover as diligências necessárias à viabilização deste projecto, apoiou também

financeiramente a realização das obras necessárias para a instalação da Unidade de Saúde Familiar, bem como à adaptação de instalações para o acolhimento dos idosos que se encontravam nesse espaço.



Anuário da Saúde

Com o intuito de dar a conhecer e divulgar as acções que a CMM tem vindo e pretende vir a desenvolver na área da saúde, foi integrada informação pertinente neste domínio, ao nível de uma edição de âmbito nacional, reconhecida e tutelada pelo Ministério da Saúde, designada por Anuário da Saúde. Com esta edição pretende-se uma maior visibilidade das acções e projectos desenvolvidos pela Autarquia junto do público em geral e das outras instituições na área da saúde e do Poder Local e Central.

SITUAÇÕES DE RISCO

Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Matosinhos



Na continuidade da colaboração habitual entre a CMM e a **CVP – Núcleo de Matosinhos**, e na sequência do aumento de dificuldades financeiras das famílias e das próprias entidades com intervenção social, foi atribuída uma comparticipação financeira pela CMM ao Núcleo de Matosinhos, de forma a colmatar algumas das necessidades da instituição e assim permitir a continuidade do desenvolvimento das suas actividades de carácter social e de saúde junto das populações mais carenciadas.

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Matosinhos (CPCJP-M)

Em 2007, foram acompanhados 596 processos de Promoção e Protecção, correspondentes a 697 crianças/jovens dos quais 267 transitam do ano de 2006, abrangendo 359 crianças e jovens, foram instaurados 312 processos relativos a 315 crianças/jovens e reabriram-se 17 processos correspondentes a 23 crianças/jovens.

A maioria dos processos em acompanhamento, foram sinalizados pelos Estabelecimentos de Ensino (169) seguindo-se em menor escala, mas com um valor significativo, as Autoridades Policiais (101) e a Saúde (77).

As idades compreendidas entre os 6-10 (180 crianças), 13-14 (144 crianças) e 15-17 (155 crianças) são as que apresentam o maior número de crianças/jovens acompanhadas.

As problemáticas mais prementes são a negligência entre os 0 e os 12 anos de idade (227), seguida do absentismo/abandono escolar a partir dos 13 anos (113), isto no âmbito geral de todos os processos acompanhados (instaurados, reabertos e transitados).

Em 2007, surge como a segunda problemática mais sinalizada, os maus-tratos físicos com (50 sinalizações)

- Entre a negligência destacam-se 38 sinalizações por violência doméstica;
- Estes menores residem na sua maioria com a sua família biológica;
- A composição etária do agregado familiar, com quem os menores residem situa-se entre os 35 e os 44 anos de idade;
- Relativamente à escolaridade do agregado familiar verifica-se que a sua maioria possui o 1.º ciclo do ensino básico (584 num universo de 1035). Saliente-se que existe ainda um nº significativo de elementos do agregado familiar que só sabem ler e escrever (131) e mesmo sem qualquer grau de escolaridade (89);



- No que concerne à situação profissional do agregado familiar, a maioria dos rendimentos provêm do trabalho (na sua maioria precário, 467 elementos num universo de 877) seguida dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (216). Registe-se que existe ainda um nº significativo de elementos (73) que não possui rendimentos, ou porque se encontram a aguardar o RSI, ou porque se encontram numa situação de desemprego desprotegido.

Tentando minimizar ou eliminar a situação de risco de 460 crianças/jovens foram aplicadas medidas de Promoção e Protecção a 408 deles, das quais se destaca a Medida de “apoio Junto dos Pais” a 250 menores.

Dos 596 processos acompanhados em 2007 foram arquivados 227.

Foi, ainda, implementado um modelo de articulação entre a CPCJ e a Comunidade Educativa, tendo sido realizadas 11 reuniões com os conselhos executivos dos agrupamentos e criada a figura do Interlocutor e do Professor Tutor, tendo sido criados 17 interlocutores em 10 agrupamentos. Deu-se, igualmente, formação específica na área da Tutoria, formação essa financiada pela Câmara Municipal de Matosinhos, a 40 professores, estando prevista a formação a mais 60 e fez-se a articulação entre a CPCJ e a ADEIMA – Projecto PROGRIDE, que visa o desenvolvimento de competências parentais dos pais de crianças entre os 0 e os 3 anos de idade. Foram acompanhadas 16 famílias, correspondentes a 22 menores.

Fórum Europeu para a Segurança Urbana (FESU)

A Câmara de Matosinhos é membro do Fórum Europeu para a Segurança Urbana (FESU) desde 1995. Durante o ano de 2007 a Autarquia enquanto membro do Comité Executivo do FESU, participou em duas reuniões, Março e Outubro, e na Assembleia-Geral em Julho.

Em 2007 terminou o projecto Democracia, Cidades e Drogas (DC&D), do qual à Autarquia era parceira. Este projecto teve como objectivo reflectir, entre várias cidades Europeias, sobre os efeitos do consumo de drogas nas cidades e suas comunidades. O último momento deste projecto constou da realização de uma conferência e de workshops. Entretanto, o FESU candidatou a continuidade do projecto, DC&D II, aos fundos da Comissão Europeia para o período de 2008 –2010. A Autarquia de Matosinhos irá continuar a ser parceira deste projecto e participou na proposta de candidatura do referido projecto.



Fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana (FOPPSU)

O Fórum Português para a Prevenção e Segurança Urbana (FOPPSU) é uma Associação de Municípios portugueses que se preocupam com as questões da segurança urbana. A Câmara Municipal de Matosinhos é membro fundador deste Fórum que existe desde Setembro de 2005.

Em Maio de 2007 foi realizada, na Câmara Municipal de Matosinhos, a 1.ª Assembleia-Geral do FOPPSU, na qual se deliberou a composição dos órgãos sociais. A Câmara Municipal da cidade de Matosinhos foi eleita Presidente do Fórum para o mandato 2006-2009. Nesta Assembleia-Geral foram ainda aprovadas as actividades gerais a desenvolver neste mandato, bem como a composição de três grupos de trabalho,



nomeadamente a criação de um Observatório Intermunicipal, o desenvolvimento de um Portal e o desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento associativo. A Câmara de Matosinhos, enquanto Presidente, participa nos três grupos de trabalho. Assim foram realizadas duas sessões de trabalho com o grupo do Observatório, uma com o grupo do Portal e uma com o grupo do desenvolvimento associativo. A Câmara de Matosinhos teve ainda à sua responsabilidade a organização da 1.ª Conferência Internacional sobre Segurança Urbana e Toxicodependência do FOPPSU, realizada em Dezembro nos Paços do Concelho.

Trabalho a Favor da Comunidade

No âmbito do Protocolo de Cooperação estabelecido entre a Autarquia de Matosinhos e o Instituto de Reinserção Social (IRS), para a colocação de cidadãos em cumprimento de medidas de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade (TFC), a Câmara respondeu a 9 pedidos do Tribunal colocando os arguidos em diversos serviços da Autarquia (Horto Municipal, Informática, Manutenção e Armazéns Gerais, entre outros) e assegurando os respectivos seguros de acidentes de trabalho.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

A DASS foi envolvida no apoio a várias famílias cujas habitações não ofereciam condições de habitabilidade por apresentarem riscos de ruína, ou terem sido alvo de incêndio, providenciando para tal alojamento provisório.

A DASS foi ainda envolvida nos trabalhos organização e estruturação do Grupo de Logística e Assistência da Comissão Municipal de Protecção Civil, que tem por missão coordenar as actividades de fornecimento de alimentação, agasalhos e alojamento aos sinistrados, enquanto permanecerem desalojados; promover o estabelecimento de protocolos com entidades fornecedoras de bens e géneros para situações de emergência; preparar um sistema de dádivas, e inventariar, controlar e distribuir os voluntários e benévols.

PARCERIA COM A ADEIMA

A Câmara Municipal tem ao longo da última década investido na parceria com a ADEIMA pela versatilidade que esta apresenta para a Intervenção Social, aspectos estes que estão no âmago desta Associação que a própria Câmara coadjuvou a fundar. Esta parceria tem permitido uma Intervenção Social integrada, uma vez que nela se encontram envolvidas diversas entidades, públicas e privadas, que pela sua natureza são intervenientes privilegiadas no desenvolvimento local e promoção social.





O âmbito das acções promovidas distribui-se por cinco áreas:

- **Emprego**

Empresa de Inserção – “Mestre Jardim”

Projecto Matosinhos Activo (Formação / Emprego; Situações de Risco e Equipamentos e Serviços Sociais)

- **Educação**

Centro Novas Oportunidades

Projecto PIEF - Plano Integrado de Educação / Formação

Educação de Adultos / Educação Extra Escolar

- **Saúde**

METAS - Projecto de Redução de Riscos e Minimização de Danos

- **Situações de Risco**

S.P.I.D. – Sente, Participa, Investe e Desenvolve

Projecto Matosinhos Activo

Trampolim

STEP

Chá das 5

- **Equipamentos e Respostas Sociais**

Protocolos Rendimento Social de Inserção

Atendimento Integrado (AI)

Públicos Diferentes. Iguais Oportunidades

Matosinhos Activo



Execução do Plano de Actividades

Apoio às Actividades Económicas

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



A acção municipal deve ter cada vez mais como preocupação central a dinamização da economia local, atraindo novos investimento privados e públicos potencialmente geradores de emprego qualificado para a sua área geográfica, promovendo o empreendedorismo das suas gentes, aumentando o capital humano de que a comunidade dispõe. A abertura **Loja do Emprego** e a Política de **Promoção do Empreendedorismo** tornaram-se duas estruturas basilares dentro desta estratégia.

Matosinhos, pela sua localização e dotação infra-estrutural, apresenta uma grande vantagem competitiva no território regional, um verdadeiro território de oportunidades, elemento preponderante da atracção de investimento empresarial e fixação de novas empresas comerciais e de serviços, mas também para a renovação, internacionalização e modernização do seu tecido produtivo.



Fruto da preocupação central com o comércio tradicional e com o seu futuro bem como do sector do turismo e restauração do concelho, formam lançados os projectos de desenvolvimento integrado de Brito Capelo, Heróis de França e envolventes. Também a requalificação e modernização do **Mercado Municipal de Matosinhos** iniciada em 2007 e a busca de novas funções para o **Mercado de Angeiras** capazes de potenciar ainda mais o seu uso reflectem bem o pensamento e actuação da autarquia nesta matéria.

O objectivo do projecto de reabilitação dos mercados municipais centra-se na sua modernização e competitividade comercial, tornando-os mais atractivos, afirmando os produtos do sector primário do concelho, reforçando uma imagem de qualidade, a diversificação de serviços e a adequação do seu funcionamento às actuais condições sociais e comerciais.





Integrado no processo de devolução de serviços públicos à Rua Brito Capelo, decidiu a CMM instalar, no ano transacto, um conjunto de serviços naquela artéria. O **Centro de Informação Autárquica** ao Consumidor, deixou então de partilhar instalações com o Posto de Turismo e foi deslocalizado para o edifício antiga Câmara onde passou a funcionar, na companhia da nova Loja do Emprego e do Espaço Internet de Matosinhos. Ainda em 2007, foi instalado no mesmo edifício o Tribunal Arbitral de Consumo de modo a alavancar a qualidade da resposta na mediação dos conflitos de consumo junto da principal artéria comercial do concelho. Foram já, igualmente, assinados protocolos de adesão plena à arbitragem de um conjunto de empresas e instituições como a Câmara Municipal, SMAS e MatosinhoSport, EM.





Execução do Plano de Actividades

Turismo

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



Poder-se-á seguramente dizer que o ano de 2007 foi, para o Turismo de Matosinhos, o ano da consolidação de alguns dos vários projectos de divulgação e promoção deste importantíssimo sector.



Desde logo, a **Festa do Mar** que, na sua 2ª edição, se expandiu no tempo e no espaço, e aí está, plena de potencialidades. A Festa do Mar é o exemplo da concretização de uma ideia feliz e simples e que fatalmente tinha de ter sucesso: quando o tempo aquece e as romarias desfilam em Matosinhos, a restauração recebe esplanadas e animação, muita da qual feita pela prata-da-casa: as colectividades da nossa terra. No ano transacto o evento cresceu dos 13 participantes em 2006 para as cinco centenas (37 na freguesia de Matosinhos e 13 em Leça da Palmeira).

Ainda tendo a gastronomia em mente e a marca **O Mar à Mesa** como suporte, o **Congresso de Gastronomia Matosinhos à Mesa**, que arrancou em 2007, e que atingiu os 10 mil visitantes na zona aberta ao grande público, prepara-se para, na 2ª edição em Maio próximo, voar mais alto e interessar eclecticamente ainda mais públicos – numa altura que a alimentação, num sem número de vertentes, está mais do que nunca na ordem do dia.



Voltando ao tema da consolidação de projectos, há que destacar o efeito, o simbolismo e o sucesso dos **Stands do Turismo**. Como que se conseguisse multiplicar, o Turismo de Matosinhos, através dos seus stands, esteve em importantes certames de promoção turística e gastronómica, em feiras de negócio imobiliário e em certames de desporto. Os stands, de 50 a 216 m², são uma espécie de desdobrável gigante, com imagens e palavras, apresentando Matosinhos. Matosinhos enquanto terra de mar e mar, de ancestrais romarias de cariz religioso, profano, histórico e gastronómico; Matosinhos enquanto destino turístico com as mais emblemáticas obras da Nova Arquitectura, dos anos sessenta do século XX: a Casa de Chá da Boa Nova a Piscina das Marés de Siza e outras obras de outros tantos arquitectos da Escola do Porto; Matosinhos da saborosíssima cozinha de peixe, Matosinhos de um património histórico relevante, ...





A esta informação turística âncora, cada novo stand, em cada novo certame, vai tematicamente apresentando outros produtos turísticos consentâneos com os propósitos específicos de cada feira. Houve stands com um pequeno campo de golfe, equipamentos hípicas ou com uma fantástica réplica do famoso submarino alemão U-1277 afundado ao largo da nossa costa.



Mas o stand é também arauto dos novos projectos do concelho, seja o terminal de cruzeiros e o porto de recreio de Leixões, a praça maior à espanhola a instalar na Real Vinícola, o cine-teatro Constantino Nery ou os novos equipamentos da marginal de Souto Moura da praia de Matosinhos, ou a requalificação de toda a extensa orla marítima. A vista panorâmica de Matosinhos, enquadrada pelo Porto de Leixões e a imensidão do mar bem como atendimento pelos Técnicos do Turismo, em vários

idiomas, e os ecrãs LCD com outras imagens têm sido comuns a todos os stands.

Estes foram sem dúvida os eventos mais expressivos em que o Turismo de Matosinhos participou.

De assinalar a informação turística que diariamente é prestada no **Posto de Turismo** do Parque Basílio Teles, 1658 turistas, com maior incidência para portugueses e espanhóis e na primavera e verão - futuramente haverá outro posto atendimento turístico em Leça da Palmeira e o actual será requalificado; e ainda o acolhimento prestado, pelos nossos Técnicos do Turismo, a várias visitas de Guias Turísticos internacionais, que a Matosinhos se deslocaram com o propósito de recolher informação e colocar Matosinhos nos destinos turísticos que propõem.



O ano de 2007 foi, igualmente, marcado pela reorganização interna dos serviços e procedimentos uma vez que o Turismo de Matosinhos entrou num processo de **certificação de qualidade**, processo que deverá culminar com a auditoria de concessão já em 2008.

Igualmente relevante foi a parceria estabelecida com o Instituto Português de Administração e Marketing para a elaboração do **Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Matosinhos** que deverá estar concluído antes do Verão de 2008 e que deverá ser um documento em que através do diagnóstico e análise se deverá estruturar toda a política municipal de promoção turística.

Por último, importa ainda realçar os esforços levados a cabo junto dos STCP para estender até Matosinhos e Leça da Palmeira o **autocarro turístico** com o circuito Porto dos Castelos, o que acabou por se concretizar já nos primeiros meses de 2008 e que significa o reconhecimento do potencial turístico de Matosinhos e mais um importante passo na estratégia de promoção do número de visitantes à cidade.





Participação em Feiras/Certames

BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, Lisboa

Essência do Vinho, Porto

IMOBITUR, Matosinhos

EXPOGALAECIA, Vigo

SIL – Salão Imobiliário de Lisboa, Lisboa

OPP LIVE – Overseas Property Professional Live, Londres

VIDA NATURA, Matosinhos



Outros Eventos/Serviços

Participação nas Festas Senhor de Matosinhos

Congresso de Gastronomia Matosinhos à Mesa

Festa do Mar – Matosinhos e Leça da Palmeira

Concurso Internacional de Bilhar 3 Tabelas – centro Congressos e Desportos

Wine celebration – Marginal de Leça da Palmeira

Concurso de saltos Nacional – Centro Hípico do Porto e Matosinhos

Concurso de saltos Internacional – Exponor

Campeonato mundial de Vela classe Snipes – Leça da Palmeira

Conferência mundial de Salvamento Aquático – Exponor

Semana da Mobilidade





Execução do Plano de Actividades

Cultura e Animação

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



Durante 2007 a Autarquia de Matosinhos manteve, e em muitos aspectos reforçou, o papel de destaque que possui no panorama cultural da Grande Área Metropolitana do Porto.

A um conjunto muito diversificado de iniciativas, destinado a captar e fidelizar em práticas culturais públicos multifacetados, a Autarquia acrescentou no ano em análise o definitivo arranque, na área da Cultura, de grandes projectos estruturais de claro impacto supra municipal, abarcando uma escala regional, nacional e até internacional. Casos, entre outros, da criação, no concelho, do “pólo 2” da Fundação de Serralves, da “Casa da Arquitectura”, do Quarteto de Cordas de Matosinhos, o início da (re)construção do Teatro Constantino Nery, bem assim como o início das obras de regeneração do Museu da Quinta de Santiago.

POLO 2 DA FUNDAÇÃO DE SERRALVES

Foi definitivamente acordado com a Fundação de Serralves a cedência do terreno municipal, localizado na Senhora da Hora, para a edificação desta estrutura museológica que se revestirá de características pioneiras à escala europeia. Foram também envolvidos neste projecto novos parceiros, nomeadamente a Fundação Belmiro de Azevedo, em torno da localização e construção, no mesmo terreno, de um “espaço-memória” dedicado à histórica fábrica têxtil EFANOR (que em 2007 completou um século).

Durante 2007 teve igualmente início o concurso internacional visando a produção e escolha do projecto de arquitectura para o local.

CASA DA ARQUITECTURA

Durante 2007 foi formalmente formada, por iniciativa da Autarquia, e depois de envolvido no processo um grande conjunto de entidades oficiais, particulares, individuais e associativas, a Associação Casa da Arquitectura, presidida por esta Autarquia, que será a principal entidade parceira na concretização deste projecto de inegável impacto nacional: a criação, em Matosinhos de um museu/arquivo dedicado à arquitectura contemporânea portuguesa.

Na sequência da encomenda da Câmara Municipal de Matosinhos, também o Arqtº Álvaro Siza Vieira apresentou durante este ano o projecto para o referido imóvel.





(RE)CONSTRUÇÃO DO TEATRO CONSTANTINO NERY



2007 é marcado, igualmente, pelo início de um projecto que há décadas era desejado pela cidade e seus habitantes: a regeneração do histórico Teatro Constantino Nery.

Com projecto do Arqtº Alves Costa, e financiado pelo POC- Programa Operacional da Cultura, na sequência de uma candidatura apresentada com êxito por esta Autarquia, a remodelação profunda deste espaço cultural permitirá um significativo reforço da futura programação cultural do Município, nomeadamente nas designadas “artes do palco”.

Possuidor de características técnicas únicas, que o tornará igualmente num espaço de referência na região do Grande Porto, as obras deste Teatro vêm sendo acompanhadas, desde já, por iniciativas culturais realizadas no próprio espaço da obra.

REMODELAÇÃO DO MUSEU DA QUINTA DE SANTIAGO



Objecto, também, de uma candidatura apresentada com êxito ao POC- Programa Operacional da Cultura, iniciaram-se profundas obras de conservação e restauro do Museu da Quinta de Santiago, na sequência de uma intensa actividade ao longo de uma década.

As intervenções estendem-se, não só à “casa-museu”, mas também aos jardins e ao imóvel das antigas cavaliças, que serão transformadas num espaço privilegiado de memória (e exposição)

dos gessos de Irene Vilar, mas também num local de significativa utilização por parte dos Serviços Educativos.

QUARTETO DE CORDAS DE MATOSINHOS

Na sequência de um concurso público foi criado em 2007, por iniciativa exclusiva da Câmara Municipal de Matosinhos, o Quarteto de Cordas de Matosinhos. A existência de um quarteto “residente” de uma Autarquia é um projecto pioneiro à escala nacional e veio reforçar, não só o papel ímpar que esta Autarquia possui no panorama da promoção, produção e incentivo da música clássica no nosso país, mas também a própria programação que asseguramos nesta área.



A constituição deste Quarteto, à semelhança, de resto, do que já acontece há alguns anos com a Orquestra de Jazz de Matosinhos, vem permitir igualmente o aparecimento de mais um veículo, de inegável qualidade, promotor e divulgador de “Matosinhos”.



Ao longo de 2007 mantiveram-se e reforçaram-se, também, muitos dos programas, projectos e serviços que a Autarquia assegura na área Cultural. Permitimo-nos, contudo, destacar alguns:

RÉPLICA DA IMAGEM DO BOM JESUS DE MATOSINHOS



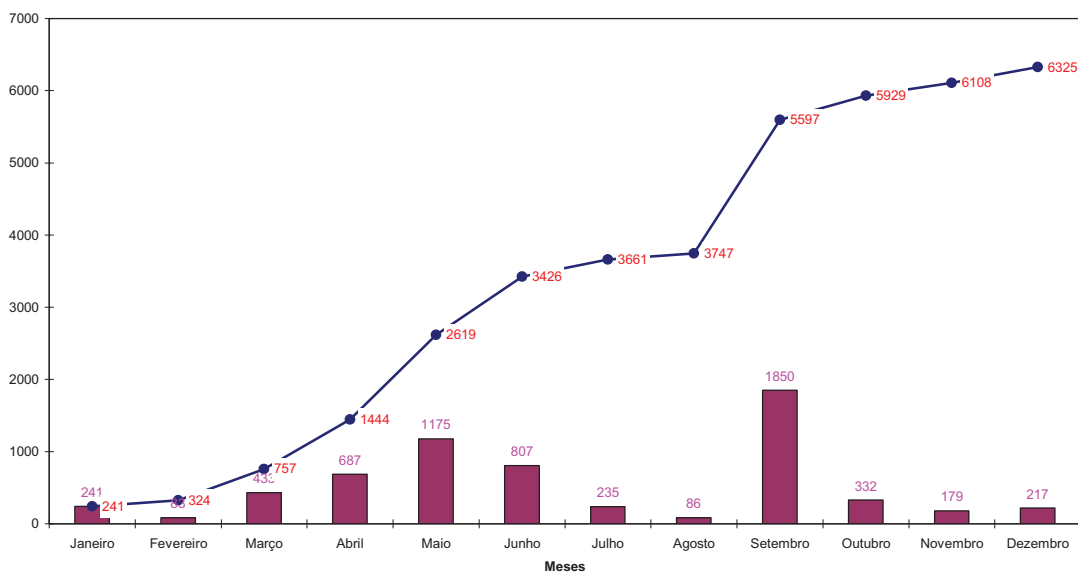
Pela importância patrimonial e simbólica de que se revestiu esta iniciativa da Autarquia, deverá ser, de igual modo, destacado o envolvimento da Autarquia juntamente com a ANCIMA, na produção de uma réplica perfeita da famosa Imagem do Bom Jesus de Matosinhos.

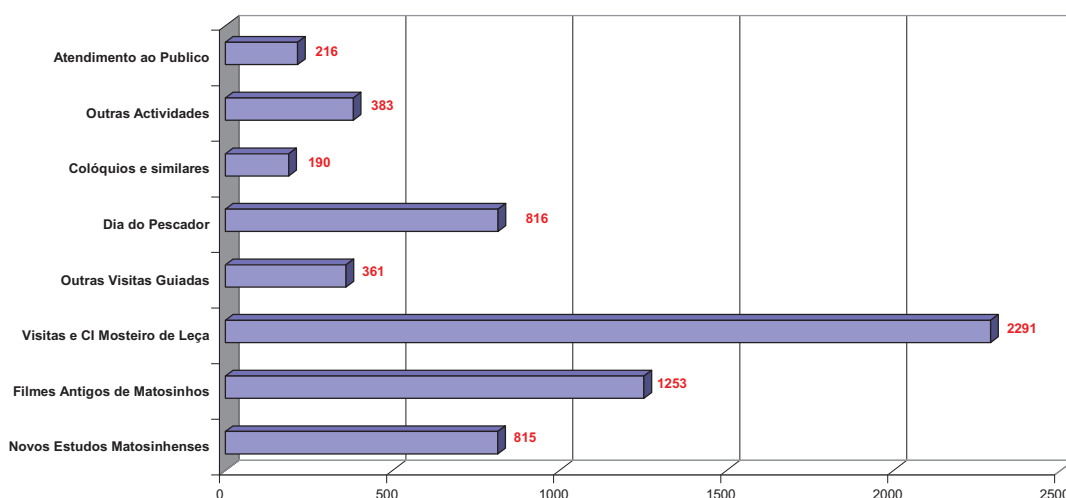
Esta produção, que permitirá não só a sua futura utilização museológica, mas também uma próxima e urgente intervenção de restauro na Imagem original, viabilizou, também, ao fim de 40 anos, uma procissão do Senhor de Matosinhos, acontecimento que extravasou claramente o simples campo religioso.

GABINETE MUNICIPAL DE ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

Para além da produção da réplica do Bom Jesus de Matosinhos, a Autarquia prosseguiu a sua política de apoio técnico e financeiro a diversas instituições concelhias em torno do restauro da arte sacra. Neste âmbito, como noutros da divulgação e salvaguarda do Património Histórico e da Memórias Colectiva do concelho, dever-se-á destacar a acção do Gabinete Municipal de Arqueologia e História que, em 2007, (re)lançou o ciclo de palestras “Novos Estudos Matosinhenses” e organizou o Congresso de Arqueologia do Vale do Leça.

Ao longo de 2007 o total de participantes em iniciativas promovidas pelo GMAH atingiu um total de 6325 participantes, assim distribuídos:





EDIÇÕES



Durante 2007 a Autarquia de Matosinhos continuou a emergir como uma das instituições culturais da região que mais edita. Com efeito, durante o ano foram editados mais de uma dúzia de títulos e co-editadas e/ou apoiadas outras tantas publicações. Como é habitual foram privilegiados os estudos relacionados com a História, o Património e a Memória do concelho. As sessões de lançamento dos livros editados pela Câmara Municipal caracterizaram-se, sempre, por uma numerosa assistência.



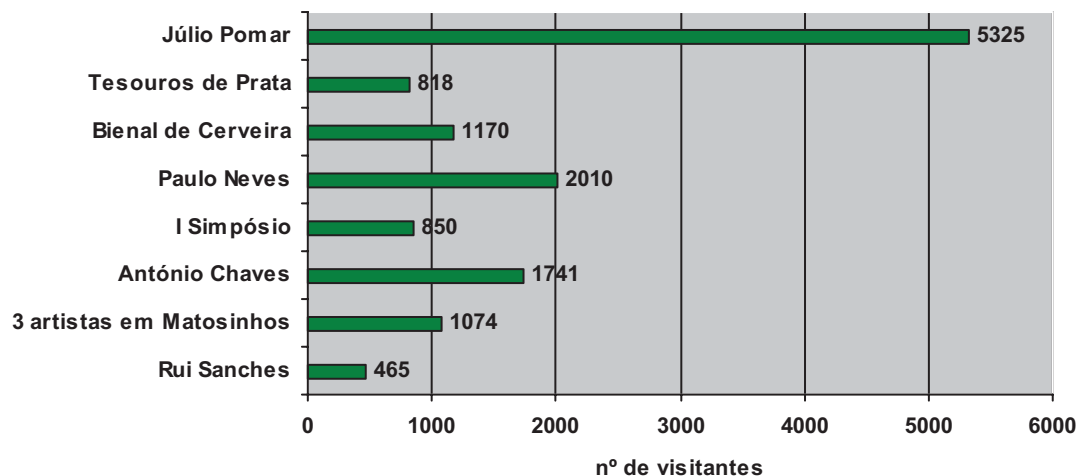


ARTES PLÁSTICAS



Concelho, há já muitos anos, de referência no panorama das artes plásticas, Matosinhos apresentou durante 2007 um conjunto muito significativo de exposições, com destaque para as realizadas na Galeria Municipal, entre as quais nos permitimos salientar a de Júlio Pomar a, em colaboração com a Cooperativa Árvore, o 1º Simpósio de Pintura de Matosinhos.

Estas exposições contribuíram, de igual modo, para uma maior divulgação da Galeria Municipal que apresentou os seguintes números de utilizadores:



Além das exposições na Galeria Municipal, a Autarquia promoveu também outras exposições noutros espaços:

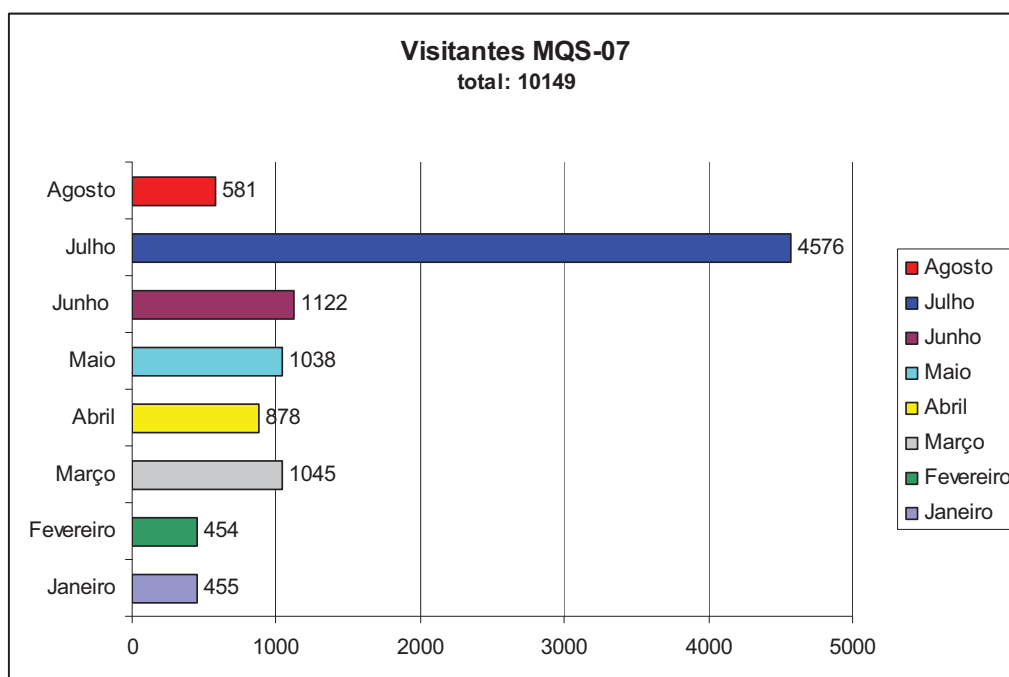
EXPOSIÇÃO	LOCAL	DATA	TIPOLOGIA	Nº VISITANTES	OBS:
"Matosinhos do Leixões 100 anos de conquistas"	Galeria Nave dos Paços do Concelho	19 de Maio a 29 de Julho	Documental	5100	Exposição comemorativa dos 100º aniversário do Leixões Sport Club, integrada nas Comemorações das Festas do Senhor de Matosinhos
"Memórias em Barro"	Centro Cívico de Custóias	07 Julho a 03 de Setembro	Fotografia	1200	Exposição resultante de uma parceria entre a Estank – Agência Fotográfica e a Purpura, Comunicação e Design.



"Esta outra Natureza"	Galeria Nave dos Paços do Concelho	04 de Outubro a 04 de Novembro	Fotografia	900	Mostra fotográfica dos trabalhos realizados pelo Atelier de Fotografia do Pró-fessor
-----------------------	------------------------------------	--------------------------------	------------	-----	--

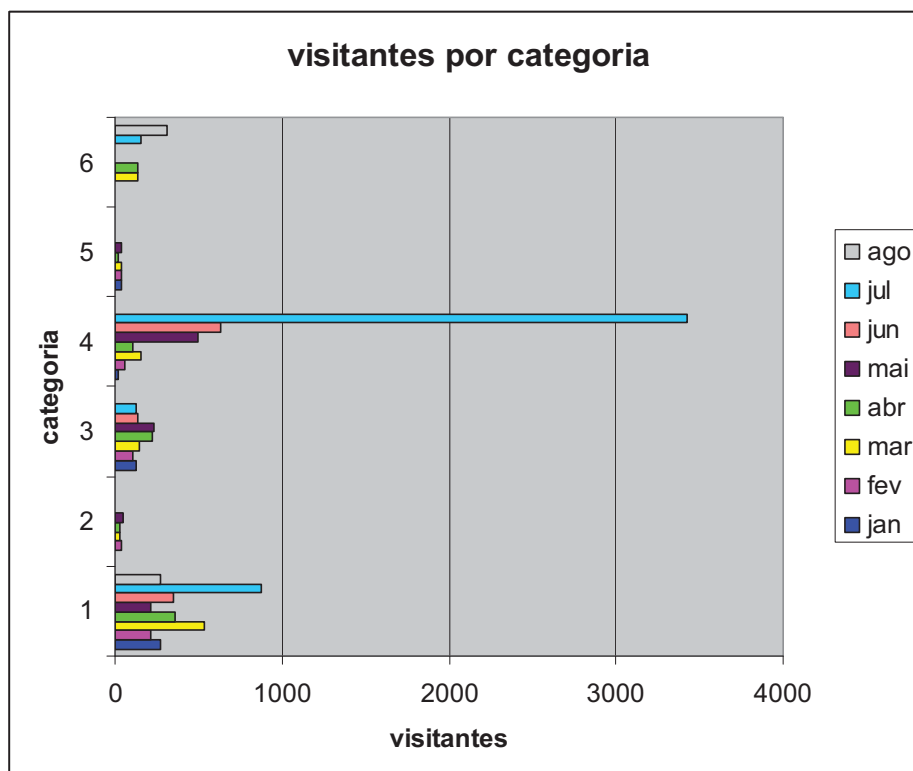
MUSEU DA QUINTA DE SANTIAGO

Em Agosto de 2007 o Museu da Quinta de Santiago fechou para a realização das obras já referidas anteriormente neste documento. Importa, contudo, referir que o número de utilizadores que apresentava à data do seu encerramento (mais de dez mil) colocam este ano como um dos que mais visitantes registou. E o recorde (doze mil em 2005) só não foi batido devido ao encerramento para a intervenção de regeneração. Pela primeira vez, foi realizado um estudo/registo pormenorizado do tipo de visitantes do Museu, que nos permitiu concluir não só da importância das realizações "paralelas" que o Museu pratica, como meio de captar público, mas também que, ao contrário do que se poderia pensar, há ainda muito a fazer na captação e fidelização do público escolar.



Visitantes por categorias:

1. Visitante
2. Público escolar (visitas de escolas e iniciativas de escolas)
3. Cursos do Museu (programação de cursos do MQS)
4. Iniciativas (espectáculos, teatro, salve a língua, visitas organizadas sem serem escolares, e outras iniciativas diversas)
5. Aniversários
6. Ateliers nas Férias Escolares (Aprender com Arte)



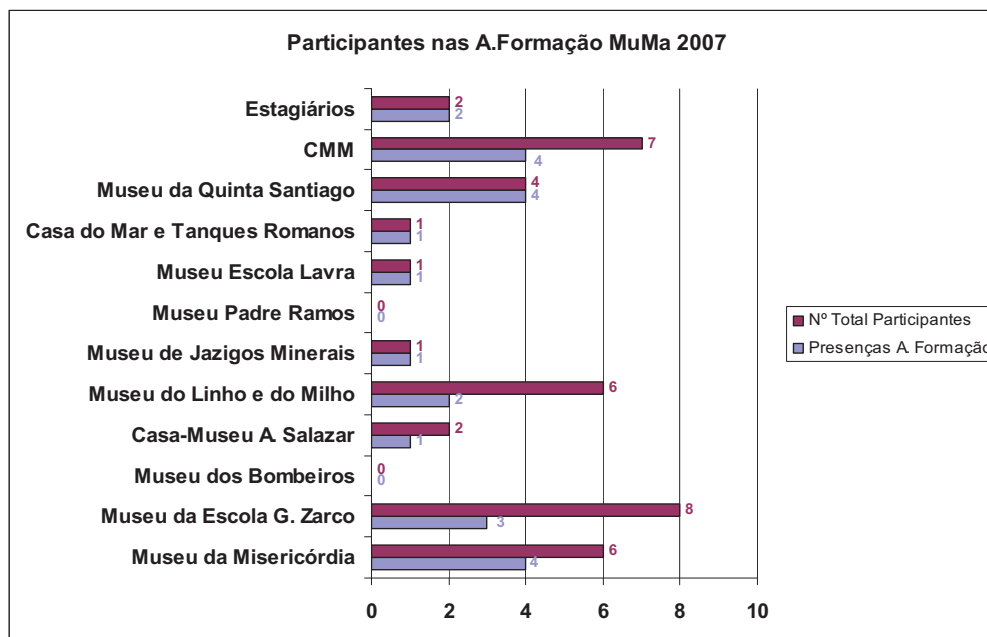
MUMA - REDE DE MEUSEUS DE MATOSINHOS

A política museológica da Autarquia prosseguiu estrategicamente numa clara aposta na afirmação e consolidação da Rede de Museus de Matosinhos. Projecto pioneiro à escala nacional e, através do qual, se pretende requalificar todos os espaços e colecções museológicas existentes no concelho, independentemente da sua tutela. Neste âmbito apostou-se na formação dos responsáveis dos diversos “museus” do concelho e, através dos nossos Serviços Educativos, no assegurar da sua efectiva abertura ao público, com programas e projectos de animação.

Ao longo do ano mais de três centenas de pessoas passaram pelas instalações da Muma ou participaram nas visitas guiadas e/ou ateliês promovidos por este serviço.

Acções de formação promovidas:

A. Formação	Local	Data	Nº Participantes
Workshop Requalificar para Valorizar	Auditório GMAH	16 e 23 de Abril	11
O Serviço Educativo do Museu dos Transportes	Museu dos Transportes	11 de Junho	5
Gestão de Colecções de Arte Sacra	Museu Alberto Sampaio	17 de Setembro	10
A Reserva de Pintura do Museu Soares Reis	Museu Soares Reis	12 de Novembro	12
Total			38



TEATRO E PROJECTO SALVE A LINGUA DE CAMÕES

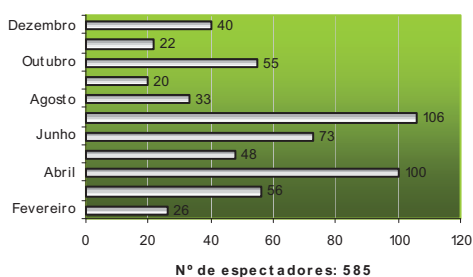
Apesar da inexistência de um palco municipal formal para a prática do teatro (situação que será ultrapassada com a remodelação do Teatro Constantino Nery), nem por isso a Autarquia deixou em 2007 de prestar atenção a esta prática cultural.

Assim, e para lá da realização do ciclo TEM – Teatro em Matosinhos, que decorreu na Galeria Nave e que trouxe até Matosinhos diversas companhias e grupos de teatro, deve-se destacar a realização da 3ª Edição do projecto “Salve a Língua de Camões” que, apesar de ter registado uma pequena redução do número total de espectadores (resultante da mudança de espaço decorrente do encerramento temporário do Museu da Quinta de Santiago), se reforçou significativamente como projecto internacional, tendo envolvido novos parceiros dos

PALOP.



Salve a Língua de Camões! 3ª edição 2007

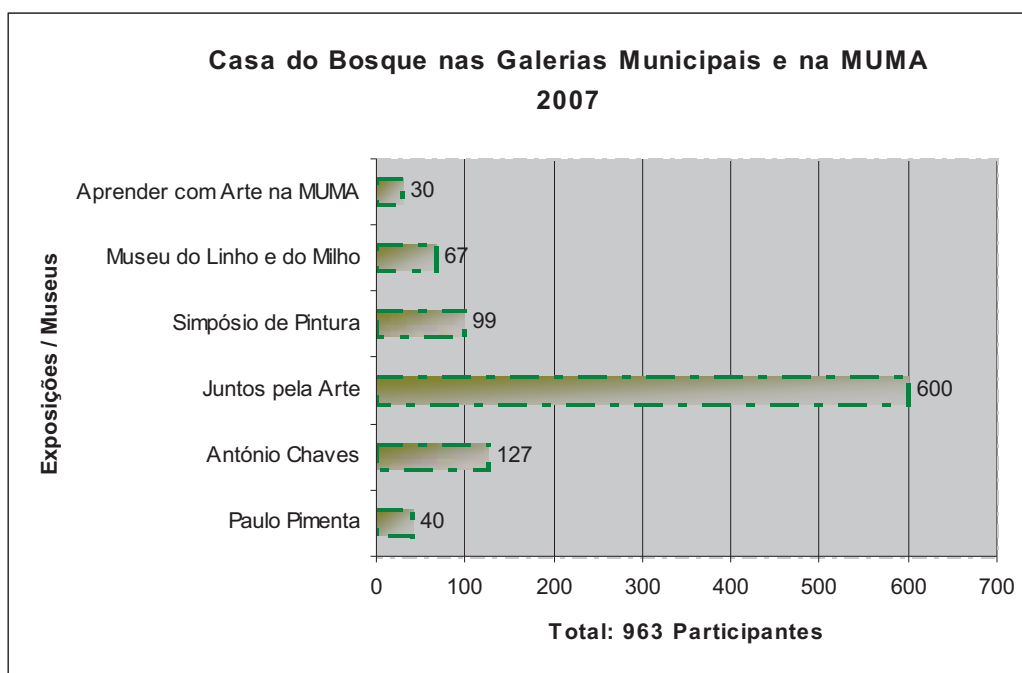


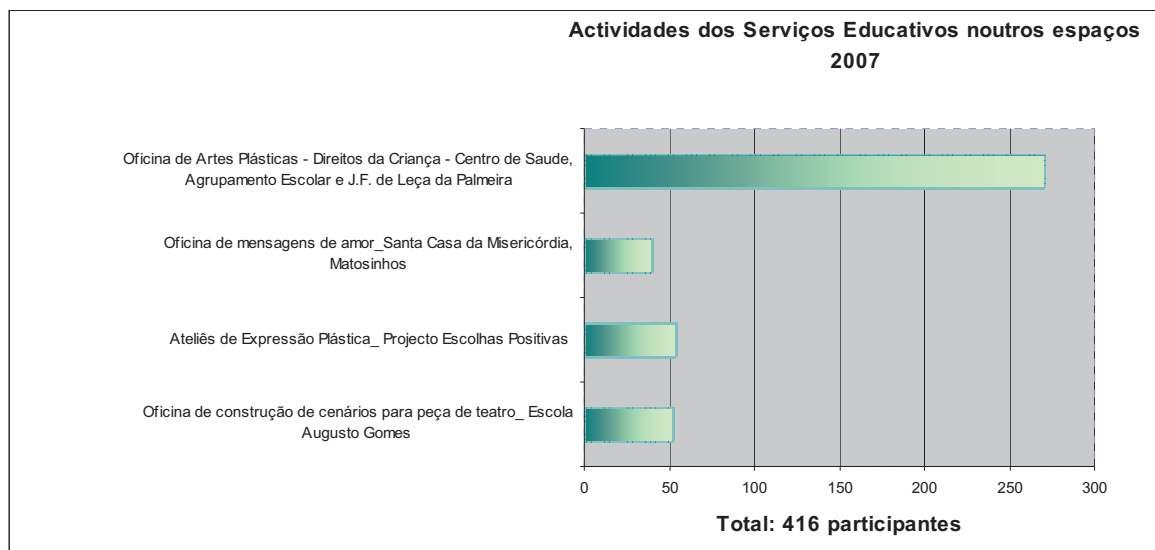


SERVIÇOS EDUCATIVOS



Os Serviços Educativos – Casa do Bosque registaram um crescimento significativo durante o ano em análise. Um reforço dos recursos humanos e uma clara aposta na diversificação dos espaços onde deverá incidir a actuação destes serviços, permitiu o alargar de público, principalmente infanto-juvenil mas também de outras faixas etárias, e uma maior abrangência territorial.





CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ÁLVARO SIZA

Serviço municipal ligado de um modo muito estreito ao projecto da criação da “Casa da Arquitectura”, o Centro de Documentação Álvaro Siza prosseguiu e reforçou de um modo muito significativo, como se poderá constatar nos números e gráficos anexos, a sua actuação em torno da divulgação das obras deste Arquitecto na nossa cidade, nomeadamente através de visitas guiadas.

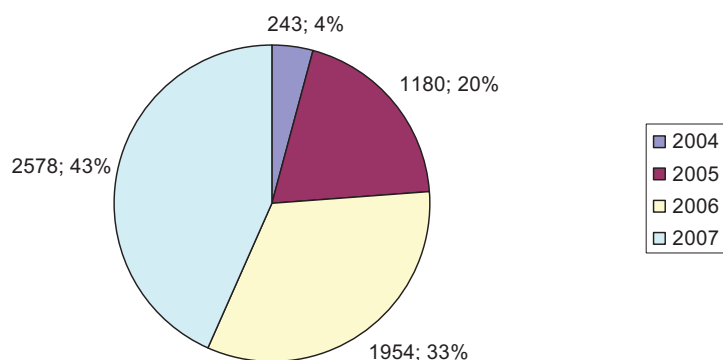
Paralelamente, dever-se-á destacar a realização ou co-organização por parte deste serviço de outras iniciativas em torno da arquitectura contemporânea, nomeadamente em colaboração com outras entidades parceiras, designadamente a Ordem dos Arquitectos.

Comparação de Visitas e Atendimento de 2004/2005/2006/2007

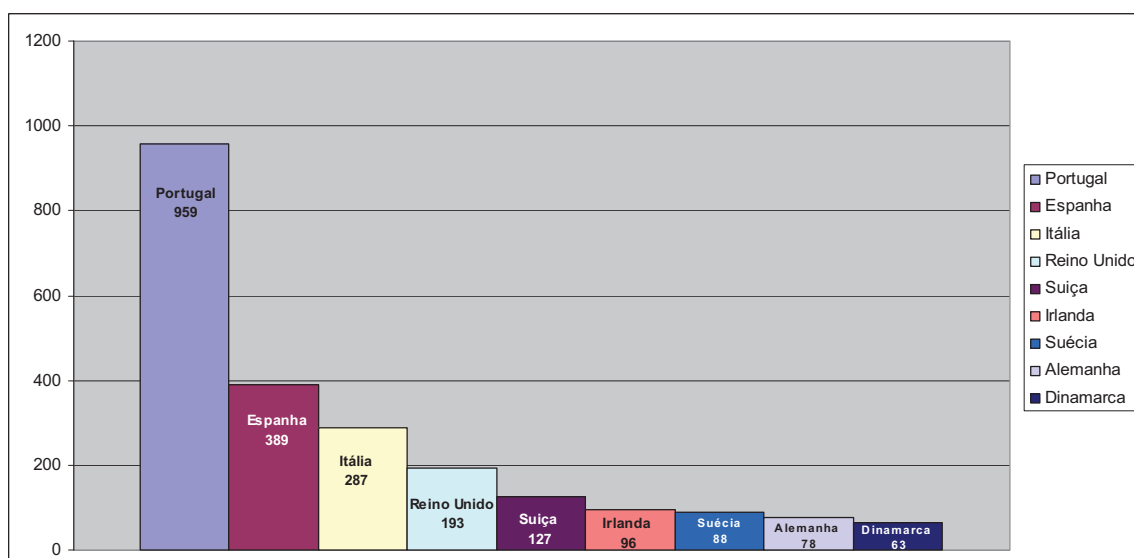
Nº de Visitantes e Atendimentos	2004	2005	2006	2007
	243	1180	1954	2578



Dados Estatísticos Anuais do CDAS 2004/05/06/07
Visitantes e Atendimentos



CDAS – 2007 – Afluência dos visitantes mais frequentes





Rede Concelhia de Bibliotecas de Matosinhos

O ano de 2007 resultou em mais um ano de confirmação para a Rede Concelhia de Bibliotecas de Matosinhos (Biblioteca Municipal Florbela Espanca, Biblioteca Anexa S. Mamede Infesta, Biblioteca Itinerante e Bibliotecas de Praia). Estas, durante este período, contaram com mais de 100.000 utilizadores que as frequentaram, consequência do admirável esforço de todos os seus colaboradores e da política desenvolvida por este executivo no âmbito da promoção do livro e da leitura, das artes e da cultura em geral.



Na senda do ano anterior, a Biblioteca Municipal Florbela Espanca contou em 2007 com um acréscimo considerável de utilizadores e inscrições de novos leitores. Após 13 anos de intensa utilização, a Biblioteca Itinerante, que em 2006 passou a dispor de uma carrinha nova com um acervo bibliográfico completamente renovado, teve igualmente um acréscimo de empréstimos e novas inscrições. A Biblioteca Anexa de S. Mamede Infesta continuou igualmente a crescer em termos de nº de utilizadores. De realçar também a actividade das cinco Bibliotecas de Praia, que funcionaram ininterruptamente durante os meses de Julho a Setembro e que, com o contributo da biblioteca itinerante, alargou a sua área de cobertura a toda costa do concelho, registando um acréscimo de cerca de 3000 utilizadores em relação a 2006.

Foi feito um grande investimento com a aquisição de novos livros e publicações periódicas (jornais e revistas) para a Biblioteca Itinerante, Biblioteca Anexa de S. Mamede Infesta e Biblioteca Municipal Florbela Espanca, no sentido de uma constante actualização dos acervos bibliográficos, bem como, com a aquisição de software de gestão da Internet e impressões que limita, através do cartão do leitor, o tempo de acesso à Internet e possibilita através do posto de consulta da Internet a impressão de documentos.

A Rede de Bibliotecas de Matosinhos desenvolveu no ano de 2007 uma programação regular de diversas actividades destinadas a diferentes públicos.



Durante esse ano realizou-se um leque variado de oficinas nas férias de Natal, Páscoa e Verão, Horas do Conto, visitas guiadas à biblioteca e ateliers de sensibilização para a problemática da deficiência visual, nomeadamente “Ver, não ver e aprender”. Estas actividades destinaram-se sobretudo ao público infanto-juvenil.

Foram ainda desenvolvidos vários espectáculos, como o “Wordsong”, para celebrar o Dia Mundial da Poesia, ou a derivação musical dos poemas de Florbela Espanca intitulado “Um breve olhar Musical Sobre a Poesia de Florbela Espanca”, num concerto no salão nobre da Câmara Municipal, aquando das comemorações do 2º aniversário do novo edifício da Biblioteca Municipal, e que teve por base composições inéditas de vários dos mais consagrados compositores contemporâneos portugueses, nomeadamente: Sérgio Azevedo, Carlos Azevedo, António Chagas Rosa, Eurico Carrapatoso, João Pedro Oliveira, Fernando Lapa, Fernando Bessa Valente, Jorge Prendas, Carlos Marecos, António Sousa Dias, António Pinho Vargas e Alexandre Delgado.

As comemorações do Dia Internacional do Livro Infantil, dia 2 Abril, foram também marcantes no ano de 2007. Nesse dia, a biblioteca contou com a presença de Luísa Dacosta, onde se prestou uma homenagem à autora, através de um conto musicado baseado no seu livro, “o elefante cor de rosa”, feito em parceria com a escola de música Óscar da Silva e com um recital de poemas seus através do reconhecido actor Victor de Sousa, num evento que contou com a presença de centenas de pessoas ao longo do dia.

A Biblioteca Municipal Florbela Espanca foi ainda o palco seleccionado por múltiplos autores para efectuarem os seus lançamentos de livros, no total cerca de 20 apresentações de autores como Paulo B. Faria, Joaquim Pinto da Silva e A., Cunha e Silva, Senel Paz, Leonel Cosme, Iria López Teijeiro, Francisco Camacho, Paulo Nogueira, Sérgio Luís de Carvalho, Fátima Pombo, José António, Ricardo Cayolla ou António Cardal.

Foi também o ano de afirmação do “Literatura em Viagem” que, na segunda edição, contou com a presença de milhares de pessoas entre os dias 21 e 24 de Abril. Este encontro de literatura de viagens materializou-se em mesas redondas, lançamentos de livros, encontros de escritores nas escolas do concelho, exposições e concertos de música, contou com a presença de nomes como Eduardo Lourenço, Ondjaki, Nuno Júdice, Tabajara Ruas, Adolfo



Garcia Ortega, Rao Kyao, Júlio Machado Vaz, Germano Almeida, Mário Cláudio, José Carlos de Vasconcelos, Alcino Soutinho, entre outros vultos da literatura nacional e internacional, e que promovendo o livro e a leitura, o diálogo intercultural, o contacto autores/leitores, colocou definitivamente Matosinhos na rota dos principais eventos internacionais de literatura.



É de realçar também, com primordial destaque, o ciclo de conferências sobre fotografia intitulado *Conversas Objectivas*, durante os meses de Maio, Junho e Julho e que veio contribuir de forma decisiva para um maior debate e conhecimento em torno desta forma de comunicação, tendo contado, ao longo das suas 7 conferências, com centenas de pessoas.

Igualmente, as Bibliotecas de Praia, distribuídas por cinco praias do concelho, Matosinhos/Titã, Leça da Palmeira/Beijinhos, Cabo do Mundo, Memória e Pedras do Corgo, disponibilizaram aos veraneantes um serviço adequado a todas as idades, permitindo consultar e requisitar um tipo variado de obras literárias: da literatura clássica às últimas novidades, passando pela literatura infantil e juvenil; bem como diversos periódicos: dos jornais diários, semanários e desportivos, aos semanários de referência da actualidade, acabando nas revistas de carácter mais lúdico, nada foi esquecido. Como as Bibliotecas de Praia são um projecto dinâmico e interactivo, essencialmente voltado para os mais novos, foi também promovido um conjunto de actividades onde estes tiveram especial destaque: “a hora do conto”; oficinas de escultura e bijutaria, aproveitando e reciclando material apanhado nas praias; acções de sensibilização ambiental e interpretação de dunas e marés com o apoio e colaboração da Fundação Ela (Estação Litoral da Aguda); construção de figuras em gesso; ateliers de escrita criativa, como o «Dicionário do Mar»; e um teatro de fantoches, que pela primeira vez desceu às praias, com a peça «D. Roberto», da companhia *Limite 0*. Para além destas iniciativas, houve também espaço para um atelier de sensibilização para a problemática da deficiência visual, denominado “Ver, não ver e aprender”, bem como, outras actividades como “os azulejos mágicos”, onde se pintaram as ilustrações de um livro em azulejos, ou “os bonecos mágicos”, onde puderam ser construídos fantoches e marionetas tendo por base as personagens de um livro. Estas duas últimas integram paralelamente o projecto Bibliotecas Mágicas. No ano de 2007 e pela primeira vez, a biblioteca Itinerante aliou-se às Bibliotecas de Praia, percorrendo a costa do concelho, promovendo a leitura e outras actividades como atelier de sensibilização para a problemática da deficiência visual em diversas praias do concelho – Marreco, Fontão, Angeiras, Agudela, Leça, entre outras – materializando assim o seu desígnio de “ver ainda mais longe”.

Foi, também, apresentada uma exposição inédita em Portugal, onde a pintora Iku Yamamoto, a partir de reconhecidos poemas portugueses, exibiu a arte milenar da caligrafia ideográfica japonesa – o *Sho*.

Durante o mês de Dezembro, tem sido tradição desta biblioteca homenagear a poetisa Florbela Espanca no dia do seu aniversário e morte, através da sua “Festa da Poesia”. Em 2007, ao longo dos dias 8 e 9 de Dezembro esta festa proporcionou, a um público ávido de experiências novas, encontros com poetas de várias gerações, concertos, exposições, espectáculos de teatro e oficinas de arte. Jorge Palma, JP Simões, Ruy de Carvalho, Leonor Seixas, Alberto Serra, Filipa Leal, João Luís Barreto Guimarães, José Rui Teixeira, José Jorge Letria, Maria do Rosário Pedreira, Casimiro de Brito, Conceição Lima e o poeta moçambicano Luís Carlos Patraquim, são alguns dos nomes que fizeram parte do programa.

O Arquivo Fotográfico e o Arquivo Histórico foram transferidos para o Núcleo Cultural de Matosinhos, passando a dispor de condições especiais em termos de acondicionamento e conservação, e a contar com uma câmara de expurgo para desinfestação de documentos, num assinalável investimento, registaram também durante o ano de 2007 um período importante. É de realçar o restauro de sete cartas régias em pergaminho e de duas em papel, dos reinados de D. Sebastião até ao de D. Maria II, pertencentes a um



espólio adquirido pela autarquia à família Cyrne de Madureira, que deram origem a uma exposição, bem como, a exposição sobre Guilhermina Suggia comemorando o 122º aniversário da violoncelista.

Em matéria de projectos, a Biblioteca continuou as suas parcerias com a DGLB, através do Programa de Itinerâncias 2007 e com a Fundação Calouste Gulbenkian, através do Projecto Bibliotecas Mágicas de Matosinhos.

A Rede Concelhia de Bibliotecas de Matosinhos assumiu-se como um serviço público incontornável da vida cultural de Matosinhos dando, em 2007, efectiva resposta às necessidades de informação, cultura e educação, no pleno respeito pela diversidade humana e segundo os princípios definidos pelo Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas.

Principais actividades

- Encontro Internacional Literatura em Viagens
- Comemoração do dia da Poesia
- Festa da Poesia
- Bibliotecas de Praia
- Actualização constante e intensa do fundo bibliográfico – livros, cd's e dvd's
- Programa Bibliotecas Mágicas de Matosinhos
- Comemoração do segundo aniversário do edifício novo da biblioteca
- Homenagem a Luísa Dacosta
- Exposição de *SHO* – a arte da caligrafia ideográfica japonesa.
- Exposição das cartas régias
- Exposição do 122º aniversário de Guilhermina Suggia
- Ciclo de conferência Conversas Objectivas
- Horas do conto
- Visitas guiadas
- Aquisição da câmara de expurgo

Síntese de dados referentes ao ano de 2007

	BMFE	BASMI	BIM	Bib. Praia
Entrada de público	62301	16656		7029
Consulta Internet	27057	9125		
N.º Empréstimos	23666	1116	9000	7969
N.º Inscrições	1868	85	272	5125
N.º Actividades	387			
N.º Participantes nas Actividades	14743	826*		
Total de utilizadores	77044	17448		7029

*O valor apresentado refere-se ao 3º e 4º trimestres;



Será de salientar que a BIM e as Bibliotecas de Praia, pelo tipo de serviços que prestam, não apresentam dados para alguns dos itens indicados.

O total de utilizadores, no ano 2007, da rede concelhia de bibliotecas, com excepção da BIM, ascendeu a 101.521.

Animação

Nos últimos anos, a Animação em Matosinhos tem tido, como linhas mestras da sua política, a prossecução de objectivos dos quais se realça a divulgação e promoção do património histórico e cultural - numa panóplia de vertentes e de veículos de comunicação cada vez mais ecléctica – junto de cada vez mais destinatários e em locais do concelho cada vez mais descentralizados.



Em boa verdade, poder-se-á dizer que os propósitos foram conseguidos e *Animar Matosinhos* tem vindo a fidelizar públicos e a alargar a adesão de outros, ao nível regional e até nacional. A Galiza está já ao nosso alcance. Público gera mais público até porque é embaixador e divulgador do nosso património cultural e geográfico, das nossas lendárias idiossincrasias. *Animar Matosinhos* integra obviamente o calendário da programação da região norte.

As recriações históricas foram, entre outros eventos, uma aposta interessantíssima. A adesão de um público imenso e multigeracional, logo no primeiro ano de *Os Hospitalários no Caminho de Santiago*, testemunhou o sucesso da iniciativa.

Começámos com *Os Hospitalários no Caminho de Santiago* em cuja génese estão as peregrinações rumo a Santiago de Compostela, nos caminhos de Portugal, e o Mosteiro de Leça do Balio, local de abrigo dos romeiros. Na iconografia desta recriação histórica/feira medieval há música de época, falcoaria, torneios a cavalo, mouraria, artesanato, ceias medievais e tasquinhas, um casamento real – o controverso casamento de D. Fernando com D. Leonor. É ocasião também para comunicações e reflexões históricas, com visitas guiadas ao Mosteiro, conferências, etc.



Em 2007, esta iniciativa atraiu, ao longo dos quatro dias, mais de cem mil pessoas.



Outras recriações históricas se seguiram: Assinalando os 175 anos do acontecimento histórico foi produzido, também, um conjunto de reconstituições históricas sobre o período da implantação do Liberalismo no nosso país, com destaque para a reconstituição do Desembarque do Exército Libertador na Praia da Memória. Dezenas de milhar de pessoas participaram nesta iniciativa.



A Animação também tem uma faceta eminentemente lúdica – é o caso dos concertos e de muitos outros eventos ao longo do ano.

Às vezes, a animação é aparentemente o exercício do efémero e da intangibilidade. Não o é: *Animar Matosinhos* é o exercício de um trabalho diário de divulgação cultural e enaltecimento da nossa Terra, em ambiente de festa, que procura enriquecer a nossa memória colectiva e atrair cada vez mais visitantes.





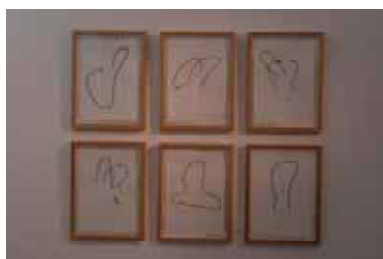
Actividades Animação 2007

Recriações Históricas

- Desembarque das Tropas Liberais
- Hospitalários no Caminho de Santiago

Outros eventos

- Grande Noite de Fado
- Concerto com o "Arco do Bojo"
- Concerto com "Os Azeitonas"
- Concerto com o "Duo Oxalá"
- Beach Party
- III Festival de Andas
- 25 de Abril
- Semana da Páscoa
- O Maior Fim de Ano de Sempre – 3 noites, 3 festas
- Passagem de Ano em Leça da Palmeira
- Dia dos Namorados





Execução do Plano de Actividades

Administração do Território

Relatório de Actividades e de Gestão

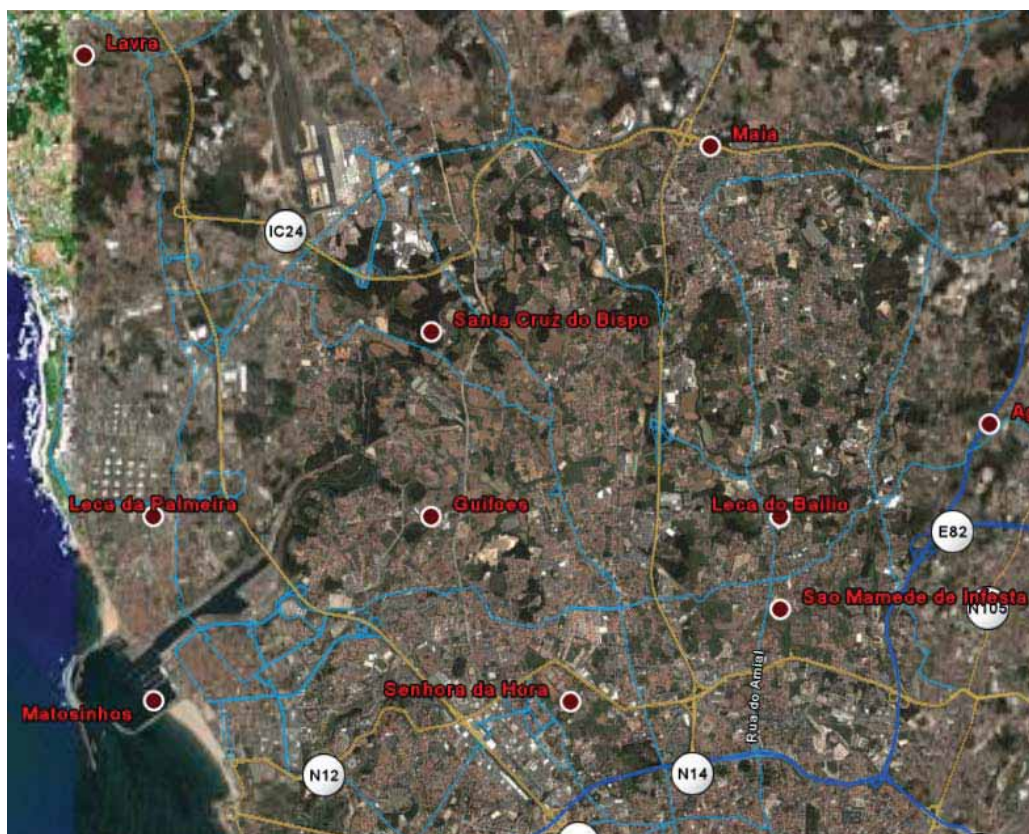
2007



Matosinhos
Câmara Municipal



GESTÃO URBANÍSTICA



A comparação com os anos anteriores

O exercício do Departamento de Gestão Urbanística durante o ano de 2007 representou, até certo ponto, uma viragem relativamente aos anos anteriores, por questões que se prendem com a conjuntura exterior e, também, com factores internos relativos à organização dos Serviços Municipais.

No que diz respeito ao primeiro aspecto – conjuntura externa – voltou a sentir-se uma desaceleração no número de pretensões apresentadas à autarquia, no que diz respeito a construções novas (-14%), tendo, contudo, havido um ligeiro incremento no número de processos de remodelação e ampliação de prédios existentes (+9%). Esta descida no número de pretensões novas inverte a tendência anterior, onde se sentia um ligeiro incremento, concretamente entre os anos de 2005 e 2006.

À diminuição do número de pretensões novas está associado um decréscimo de cubicagem dos novos empreendimentos, sendo as pretensões de muito menor envergadura e de muito menor escala. Foram contudo licenciados em 2007, 334.665m², em comparação com 273.897m², licenciados em 2006 e este acréscimo global resulta, tão só, do licenciamento do centro comercial promovido pela grupo IKEA. A este ligeiro aumento na superfície licenciada, associou-se uma diminuição dos metros quadrados médios por operação urbanística.

Predominam, pois, neste período os pedidos de construção de habitações uni ou bi familiares, e os empreendimentos de habitação colectiva destinam-se, de um modo geral, a um número reduzido de habitações, associadas a comércio e serviços de apoio local, mas em que a vertente habitacional se mantém predominante.



Um novo objecto funcional

A par da diminuição dos pedidos de construção de empreendimentos habitacionais, tem-se verificado uma maior diversificação no tipo de usos propostos, havendo uma maior componente de todo o tipo de equipamentos urbanos (escolas, infantários, creches, consultórios médicos, clínicas, etc.), assentes no princípio do “mix-funcional”, complementando os núcleos habitacionais (quer sejam eles mais centrais, quer correspondam a áreas mais periféricas de expansão urbana), com usos com eles compatíveis.

Por outro lado têm também sido apresentados à autarquia vários projectos de condomínios empresariais, quer na forma de aproveitamento de construções existentes que se encontravam devolutas e em processo de degradação, quer na forma de novas construções, destinadas a actividades económicas produtivas ou geradoras de emprego.

Este incremento das iniciativas condominiais mistas é tão mais importante quanto se sabe que há inúmeras actividades e funções que procuram hoje no mercado espaços infra-estruturados, com dimensionamento adequado para a sua instalação, num princípio de compatibilidade funcional e economia de escala, resultando esses condomínios empresariais em excelentes conjuntos de “poli-função”, em que às actividades produtivas e empresariais se associam prestações de serviços e comércio de apoio local, proporcionando a criação de verdadeiras comunidades, nas quais se desenvolvem diferentes funções complementares e compatíveis entre si.

Muito embora seja patente um abrandamento de iniciativa imobiliária, não se pode falar de uma diminuição na valia dessa iniciativa. Antes pelo contrário! A saturação (pelo menos aparente) do mercado, em termos do produto que tradicionalmente era oferecido, criou uma maior exigência no que diz respeito à inserção urbana dos empreendimentos, à dotação e dimensionamento dos espaços livres de acompanhamento que se geram no seu entorno, na qualidade dos projectos das edificações previstas e até nos materiais utilizados e na sustentabilidade dos processos construtivos utilizados.

É absolutamente certo (e irreversível...) que o mercado evoluiu para a qualidade em detrimento da quantidade, para a adequada proporção entre livre e edificado, para o crescimento planeado, em lugar de ocupação desorganizada em mancha de óleo, existindo uma maior exigência na dotação infra-estrutural dos núcleos e uma procura da adequação dos cadastros aos empreendimentos, em lugar do princípio inverso – a adequação dos empreendimentos aos cadastros, que tradicionalmente contribuía para produzir distorções no espaço urbano, com a criação de espaços exteriores desqualificados e sobrantes.

Entendeu, finalmente, o mercado que a qualidade dos empreendimentos, da proposta urbanística em que assentam, do desenho urbano e dos edifícios, constituem valor acrescentado, sendo inevitável centrar as atenções nessa exigência, sob pena de se continuar a produzir metros quadrados que não se conseguem alienar nem ocupar, e cuja manutenção constitui um insuportável encargo para os promotores, no que diz respeito ao retorno dos seus investimentos, assim como um ónus para a cidade, no que diz respeito, entre outros factores, à segurança.

A melhoria do Serviço Público

Coincidiria este factor externo – a aparente crise imobiliária, com uma determinação municipal de natureza estratégica, que é a melhoria na qualidade do serviço que é prestado e do resultado material desse Serviço, no que ao Ordenamento do Território diz respeito.

Invertendo a ordem destes dois factores, referir-se-á numa primeira fase o papel mais activo que se atribuiu no ano de 2007 ao Departamento de Gestão Urbanística, tendo como objectivo principal um melhor resultado do desenho urbano e uma mais razoável ocupação do território.



A proposta urbanística de iniciativa da autarquia

Assim, dedicaram-se os serviços ao estudo e ao desenho de muitas áreas do Concelho, em escalas muito diversas, mas nalguns casos significativas, com vista à obtenção de soluções de ocupação equilibradas, equitativas e facilmente concretizáveis. Citar-se-ão de seguida os principais estudos desenvolvidos – Lugar do Freixieiro, em Perafita; Terrenos do Lar do Comércio, em Santana; Terrenos a nascente da Rua Passos Manuel, em Guifões; Inisa; Estudo dos terrenos no Lugar de Custiô; Avenida Eduardo Torres, em Matosinhos; Lugar do Seixo; Rua António Ramalho, na Senhora da Hora; Amieira, em S. Mamede Infesta; pequeno estudo dos terrenos no Lugar de Custiô; pequeno estudo na Rua de Antevila, em Lavra; pequeno estudo no Lugar de Santana, em Leça do Balio e pequeno estudo da Rua de Recarei, em Leça do Balio.

A este empenho no desenho do território associou-se, em muitos casos, a negociação com os particulares, promotores ou proprietários dos terrenos envolvidos, que foram chamados a com a autarquia estabelecer parcerias e contratos de urbanização, procurando uma justa e proporcional distribuição dos custos e dos benefícios inerentes a cada uma das operações urbanísticas, com excelentes resultados, no que ao desenho obtido diz respeito.

Ao mediar negociações e acordos entre proprietários vizinhos, ao assumir com eles encargos partilhados na infra-estruturação dos locais, ao obter por antecipação canais infra-estruturados que servirão desde logo a autarquia e, ainda terrenos que permitirão a construção imediata de equipamentos públicos (que no futuro próximo, ou até presente, estarão à disposição de todos), a autarquia funcionou como um motor de compatibilização equilibrada de interesses, cumprindo o desígnio primordial de Serviço Público, num calendário mais adequado ao interesse colectivo, sem prejuízo do benefício particular do investimento privado. São exemplo dessa iniciativa, os acordos estabelecidos com diversos promotores, entre os quais se salienta o IKEA, a Habiserve, a Inisa e a Turisleça, entre muitos outros.

O objectivo – certificação dos serviços

No que diz respeito ao segundo factor atrás enunciado – a melhoria da prestação do serviço prestado – empenhou-se a autarquia durante grande parte do ano de 2007 na Certificação de Qualidade, desenhando um processo de reorganização dos Serviços, que permitirá que seja cumprido esse objectivo estratégico, como atrás se referiu.

A Certificação dos Serviços implicou uma estrutural mudança na distribuição dos Recursos Humanos, uma distinta atribuição de tarefas por todos os recursos disponíveis, prosseguindo o princípio de que se obtém um melhor rendimento com recursos humanos mais motivados e recursos humanos mais motivados com um desempenho mais diversificado de tarefas. Estes princípios de organização obrigaram à formação de equipas, quer na área administrativa, quer na área técnica, que garantem que todos “fazem de tudo”, o que obriga necessariamente a que todos sejam objecto de uma formação muito mais generalista e abrangente, daquela que até hoje se promovia.

Também na área técnica se determinou que todos os técnicos informam todo o tipo de processos, antecipando a fusão das duas Divisões, que agora se operou com a nova Macro-Estrutura dos Serviços, e criando-se, também, por antecipação a figura do “Gestor de Processo”, que agora a Lei 60/07 veio a configurar.

Investiu-se muito na formatação dos documentos de entrada – requerimentos e listas de anexos – na definição dos modelos de informação e dos documentos habilitadores das operações urbanísticas (vulgo, alvarás), de modo a simplificar a conferência da instrução dos processos, a tornar sistemáticas e exaustivas



as informações técnicas e homogéneos os títulos de saída, prosseguindo, neste caso, um objectivo misto de ajuda ao exterior e de uniformização procedimental, no que diz respeito ao interior dos serviços.

Agilizou-se o procedimento de apreciação liminar, logo à entrada e em tempo útil, de modo a que só prosseguissem para análise técnica os pedidos que estivessem instruídos com todos os documentos necessários à sua completa análise e a uma oportuna decisão. Este reforço na exigência veio também a contribuir para que houvesse uma diminuição significativa dos pedidos em análise, pois muitos deles ficam retidos logo à entrada.

A formação contínua

Tendo-se promovido durante este período uma grande revolução no quadro legal que disciplina o exercício urbanístico, desde a alteração de legislação aplicável aos espaços similares hoteleiros (Decreto-Lei 234/07, de 19 de Junho), aos espaços destinados a actividades com riscos para a saúde (Decreto-Lei 259/07, de 17 de Julho), à legislação de enquadramento dos espaços turísticos (Decreto-Lei 39/08, de 7 de Março), ao quadro global de enquadramento de todas as operações urbanísticas (Lei 60/07, que altera o Decreto-Lei 555/99, com alterações do Decreto-Lei 177/01), aplicou-se o departamento de Gestão Urbanística, de uma forma sistemática, na formação dos recursos humanos nestes diplomas, e ainda na actualização das matérias que dizem respeito aos novos Regulamentos de Técnica de Edifícios (Decreto-Lei 80/06, de 4 de Abril; Decretos-Lei 78/06 e 79/06, de 4 de Abril e Portaria 461/07, de 5 de Junho) e de Mobilidade Condicionada (Decreto-Lei 163/06, de 22 de Maio). Espera-se completar este quadro de actualização profissional com a formação na área do novo diploma de Licenciamento Industrial, cuja saída se encontra prevista para breve.

Muito embora não seja de competência estrita deste Departamento a elaboração de Planos, promoveram-se ainda acções de formação do novo diploma dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei 316/07), que também provoca repercussão directa e indirecta nas acções relativas ao exercício urbanístico.

As Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI'S)



No que diz respeito às Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI'S), foram, em 2007, emitidos catorze alvarás de loteamento, deram entrada dez novos processos de legalização de loteamento e estão já identificadas catorze AUGI'S, com processos provisórios. Esta designação diz respeito a núcleos para os quais não foram ainda apresentados projectos de legalização, mas nos quais os proprietários já se encontram organizados (onze) ou estão em vias de organização (quatro).

Há a acrescentar que foram, neste período, constituídas 52 Comissões de Administração Conjunta (CAC'S), quer em núcleos com alvará emitido, quer para núcleos com processos em curso ou processos provisórios. Os Serviços Técnicos dedicaram-se ainda à informação e tramitação de todos os processos de alteração às especificações dos alvarás de loteamento e ainda à apreciação de todos os pedidos de Autorização Administrativa, apresentadas para os núcleos AUGI.



Aplicaram-se ainda no acompanhamento e orientação dos comproprietários, quer no local, em horário pós-laboral e ao fim-de-semana, quer nos Serviços, com vista à organização de compropriedades, quer no que diz respeito às questões administrativas quer urbanísticas, tendo sido realizado um total de 156 reuniões. Esta acção de acompanhamento é supletiva relativamente ao acompanhamento normal, em horários de atendimento (duas manhãs por semana).

Acompanha este Relatório de Actividade, a Carta AUGI, podendo concluir-se que não foram recenseados novos casos de compropriedade não legitimamente constituídos.

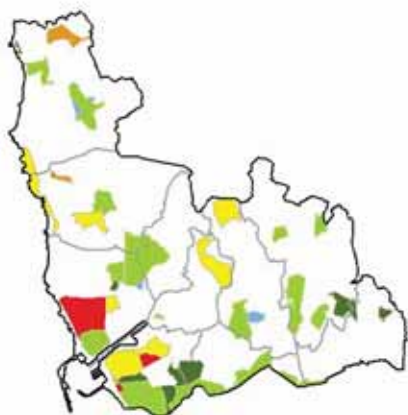
De modo a ilustrar o referido, anexam-se todos os elementos estatísticos relativos às operações efectuadas em 2007 nesta Direcção Municipal.

PLANEAMENTO URBANÍSTICO

Ordenar o território para melhor servir a Comunidade é o objectivo último do acto de pensar e de projectar à escala do Concelho.

Se em termos de objectivos pouco espaço resta para encontrar novos modelos de acção, o mesmo não se passa na complexa trama de caminhos que podemos escolher para alcançar tais desígnios. Mas é aqui, no campo das grandes opções de carácter metodológico, que se diferenciam os níveis de competência. O ano de 2007 veio confirmar que os princípios orientadores que presidem ao desenho do território, à definição dos seus usos e ao modo de ligação física entre as suas partes, e que tinham sido genericamente definidos já durante o ano de 2006, correspondem aos conceitos mais modernos de planear e de gerir em função da melhoria contínua da qualidade do território.

O processo de Revisão do PDM, que envolve múltiplas acções de características diversas, deu um passo muito significativo com vista à sua concretização, tendo já sido concluídos, entre outros, os estudos para a localização de novos equipamentos (nas áreas Social, Desportiva e Educativa), a análise tipológica do edificado e as cartas de caracterização biofísica do Concelho. Neste capítulo actualizou-se a carta das Zonas Sensíveis do Concelho em função da actualização do edificado, bem como do Mapa de Ruído e das áreas agrícolas e florestais, tendo sido iniciada a adaptação da delimitação da REN ao novo normativo legal.



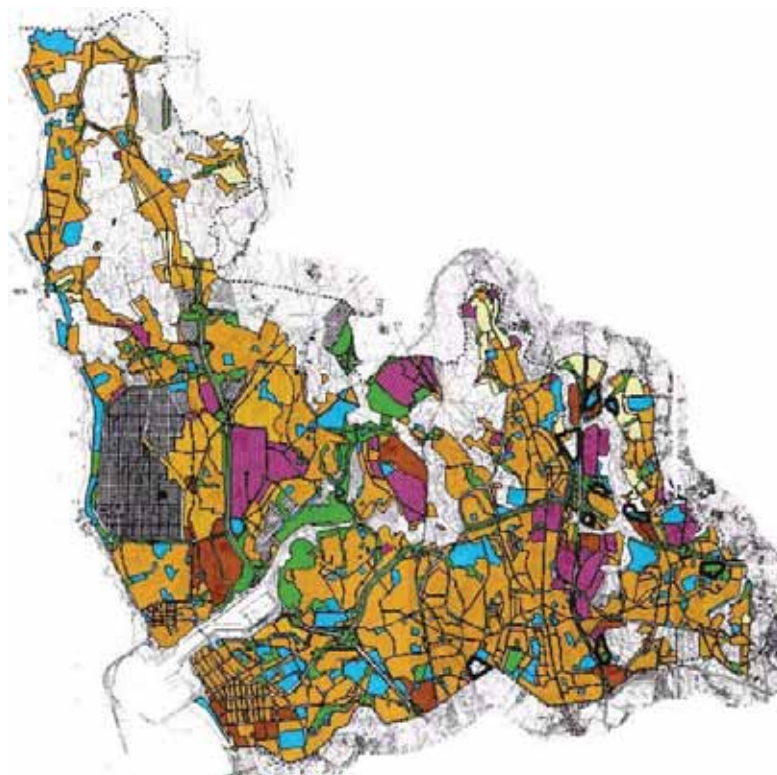
Paralelamente à actividade central de Revisão do PDM, e no seguimento da política estabelecida em 2006, deu-se continuidade à elaboração, dentro dos Serviços, de alguns Planos de Urbanização, tais como o P.U. de Matosinhos Sul, P.U. para o Complexo Desportivo do Mar e sua Envolvente, P.U. para a Nova Centralidade de Perafita, P.U. para a Frente Urbana da Circunvalação da Rua do Alto do Viso à E.N. 14, P.U. para a Frente Urbana da Circunvalação da Rua D. Nuno Álvares Pereira ao IC1, P.U. da Zona Industrial de Leça da Palmeira e Santa Cruz do Bispo, P.U. de Real de



Baixo, P.U. do Centro de Lavra e P.U. para uma zona a sul da Rua Armando Vaz.

De igual modo deu-se o necessário acompanhamento técnico a alguns Planos a executar por equipas externas ao Município, tais como o P.U. para o Novo Centro Urbano de Cabanelas, P.U. para a envolvente da Rua de Recarei, P.U. definido pelas Ruas Cândido dos Reis, Sobreiro, Trás e Nova de S. Gens, em Custóias, P.U. para a Quinta do Chantre e P.P. para o Parque Recreativo/Desportivo Nascente do Concelho. De referir, que, no ano de 2007 foi publicado em Diário da República o P.U. para o quarteirão definido pela Rua Alfredo Cunha, Av. D. Afonso Henriques e Rua da Misericórdia, tendo sido concluído o P.P. para a Zona Urbana da Quinta de Santo António, que aguarda apenas pela conclusão do período de Discussão Pública.

INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA



Relativamente à área da Informação Geográfica e Constituição do SMIG, deu-se continuidade à actualização das bases de dados dos eixos de vias, dos equipamentos do Concelho, da base cartográfica e dos alvarás de loteamento, tendo sido desenvolvidos trabalhos de informação geográfica, de que se destacam:

- Concepção, desenvolvimento e instalação de uma nova plataforma para a disponibilização da informação na Internet e na Intranet (MunisigWeb);
- Desenvolvimento e instalação de sites na Intranet com a disponibilização de informação relativa às Áreas Urbanas de Génese Ilegal, aos Processos de Obras Particulares, à consulta do SIGMA e do SIG, às Plantas de Localização emitidas, aos Alvarás de Loteamento, à Caracterização Demográfica do Concelho, à localização das Farmácias, dos Terrenos Municipais, dos Edifícios com Interesse Arquitectónico, ao Património e às Antenas de Telemóvel;



- Concepção e desenvolvimento das novas aplicações MunisigWeb para o fornecimento das plantas topográficas, gestão de processos, atribuição de números de polícia e gestão de sinalização de trânsito;
- Reestruturação e carregamento da base de dados central;
- Levantamento e criação das bases de dados de toda a informação referente a sinalização horizontal e vertical, rampas e números de polícia do Concelho, de publicidade, ocupação de via pública e outdoors
- Correção da base de dados gráficos e alfanuméricos em formato digital dos terrenos municipais;
- Levantamento de todos os estudos urbanísticos existentes na DMAT com vista à criação das bases de dados de suporte à aplicação de fornecimento de plantas topográficas;
- Levantamento da rede hidrográfica do Concelho e actualização da respectiva base de dados;
- Criação das bases de dados de toda a documentação dos alvarás de loteamento para suporte à aplicação de fornecimento de plantas topográficas, da base de dados gráfica de todos os edifícios do Concelho, da bases de dados gráficas e alfanuméricas de diversos tipos de equipamentos públicos e privados, da base de dados do domínio hídrico, da base de dados dos edifícios com interesse arquitectónico e da base de dados dos traçados dos pipelines na Cidade de Matosinhos.
- Digitalização e georreferenciação da Carta Geológica;
- Georreferenciação dos pedidos de realojamento e actualização da base de dados da habitação social;
- Correção da base de dados da altimetria em função da nova cartografia;
- Conclusão do acompanhamento e georreferenciação do levantamento das actividades económicas efectuado pela FLUP;
- Desenho da Batimétrica dos 30m a partir da nova Carta Náutica;
- Elaboração da Carta das fontes e do risco de contaminação do Concelho;
- Elaboração de cartogramas de apoio a outros serviços municipais;
- Colaboração no Projecto SUDEST;
- Execução de diversos levantamentos cadastrais e topográficos, com importância para a actualização sistemática da carta digital;
- Recepção, completagem, fiscalização, validação e aceitação definitiva de algumas cartas da actualização da cartografia digital da parte poente do Concelho;
- Criação de cartografia temática para os Planos de Emergência Externa de Matosinhos.

MOBILIDADE

No que respeita à área da mobilidade é de salientar o acompanhamento do Estudo de Reordenamento Viário da Av. Serpa Pinto e do Estudo do Reordenamento na Inserção Urbana dos Viadutos de Acesso à Ponte Móvel, bem como o acompanhamento aos dossier do IP4/VRI, IC24/A41, Metro, Via Norte, IC1/A28 e REFER.

Paralelamente foram realizados estudos de que se destacam a Rotunda e arruamento de ligação do IC1/A28 ao centro da freguesia de Lavra, Rotunda na Rua de Sendim, Rotunda de Manhufe, Rotunda para o topo norte da Av. Serpa Pinto, Rotunda na Rua de Augusto Gomes, Rotunda no Largo dos Quatro Caminhos, Estudo para a ligação do IC1 à Rua de Eduardo Torres e desta à Circunvalação, Estudo para a melhoria das acessibilidades à escola EB1/JI da Amieira, à Escola Secundária Abel Salazar e à escola EB1/JI Florbela Espanca, Estudo viário para resolução do cruzamento da Rua Nova de S. Gens com a Rua de S. Gens e a Rua da Estação Velha, e elaboração de Proposta para alteração dos limites “non-aedificandi” relativos ao IP4/A4, VRI e IC24/A41.



Execução do Plano de Actividades

Ambiente

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



As actividades desenvolvidas em 2007 estão agrupadas pelas diferentes áreas de actuação ambiental: Ruído, Água, Orla Costeira e Educação para a Sustentabilidade.

Monitorização Ambiental

Ruído



O Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, aprovou o Regulamento Geral de Ruído (RGR) e revogou o Regime Legal da Poluição Sonora (RLPS) – Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 259/2002, de 23 de Novembro.

Durante o ano de 2007, foi adjudicada uma nova prestação de serviços para a realização de medições de incomodidade tendo-se verificado na generalidade das medições realizadas o incumprimento do disposto no RLPS.



Ao longo do ano de 2007 foram recepcionadas 306 reclamações de ruído das quais 141 foram devidas a actividades ruidosas permanentes, particularmente estabelecimentos de restauração e bebidas. O ruído de vizinhança, isto é, as actividades associadas ao uso habitacional, nomeadamente música, animais, entre outras, esteve na origem de 108 reclamações. As actividades ruidosas temporárias, designadamente obras de construção e festividades foram alvo de 44 reclamações.

Relativamente às actividades ruidosas temporárias foram emitidas 75 licenças especiais de ruído, das quais 51 foram para a realização de festividades (o que corresponde a 68% das licenças especiais de ruído emitidas) e 24 para a execução de obras de construção civil (o que corresponde a 32%).

A maioria das medições de ruído foram realizadas nas freguesias de Matosinhos, com 93 reclamações maioritariamente de ruído permanente, seguindo-se S. Mamede com 63 reclamações maioritariamente sobre ruído de vizinhança. Na Senhora da Hora tivemos 62 reclamações também maioritariamente de ruído de vizinhança e em Leça da Palmeira 50 reclamações maioritariamente sobre ruído permanente.

Indicadores mais significativos:

Actividade	2007
N.º de reclamações	306
N.º de licenças especiais de ruído emitidas	75



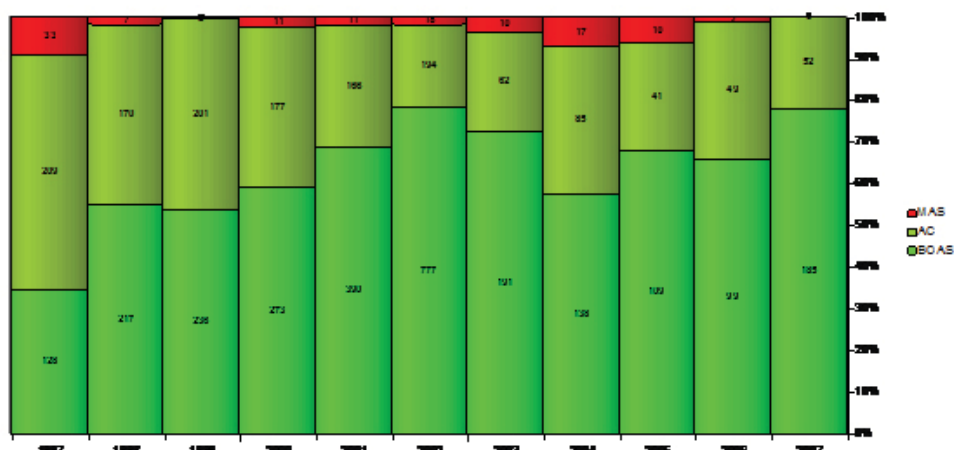
Água

No ano de 2007 foi dada continuidade ao programa de monitorização das linhas de água tendo-se adjudicado uma prestação de serviço para a monitorização de diversas linhas de água nomeadamente nos rios Leça e Onda e nas ribeiras da Riguinha, Carcavelos, Picoutos, Avessas, Boa Nova, Certagem e Joane.

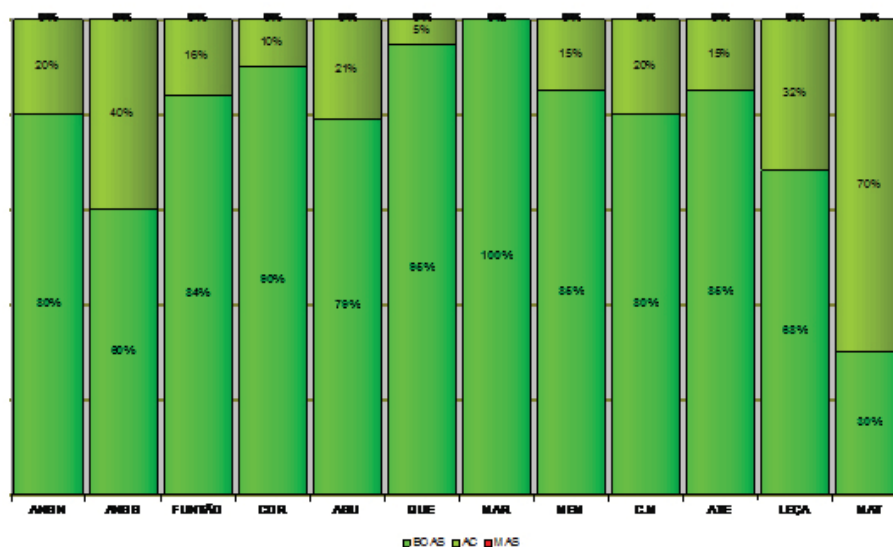
Importante realçar será que a monitorização efectuada às areias das praias galardoadas obteve resultados de boa qualidade.

Procedeu-se, igualmente, à monitorização das águas balneares da orla costeira. Relativamente às 12 zonas balneares designadas, apresenta-se, graficamente, a evolução da qualidade da água desde 1997.

EVOLUÇÃO DAS PERCENTAGENS DO TOTAL DAS ANÁLISES



AValiação da Qualidade do Ano 2007





Orla costeira

O projecto de Requalificação da Orla Costeira de Matosinhos estende-se por 16 quilómetros de praias, cada uma das quais com características singulares. Com este projecto de reordenação costeira, marcado pela implementação de um conjunto de intervenções, pretende-se unificar e interligar as zonas balneares que fazem parte do concelho.



Matosinhos.

A exposição de carácter multidisciplinar “12 PRAIAS 1 PROJECTO”, que se realizou nos meses de Agosto e Setembro, envolveu diversos agentes e integrou várias linguagens que procuraram traduzir as diversas possibilidades de olhar e usufruir da Costa de Matosinhos. Com este programa de comunicação procurou dar-se a conhecer o projecto de requalificação da Orla Costeira que existe para

Em parceria com o “FAPAS – Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens”, continua em funcionamento, na Praia da Memória o Centro de Interpretação e Educação Ambiental do Parque de Dunas, um espaço de descoberta da biodiversidade e da dinâmica associada às áreas dunares.



No âmbito do programa de preservação do Parque de Dunas efectuou-se a substituição de elementos degradados e danificados nos passadiços e construíram-se novos troços.

No ano de 2007 obtivemos o galardão Bandeira Azul para as Praias da Memória e Pedras do Corgo. Estas duas praias são, também, classificadas como praias acessíveis, ou seja preenchem requisitos especiais para a utilização por pessoas com mobilidade reduzida, existindo em ambas cadeiras anfíbias, que permitem o acesso ao banho.

Durante o ano 2007, procedeu-se também à instalação de módulos sanitários em algumas das praias para apoio aos veraneantes.

Educação para a sustentabilidade

Até 2014 estamos na década da educação para o desenvolvimento sustentável. Nesta década, pretende-se desenvolver uma nova visão do mundo, assumindo um quadro orientador de valores que procurem sustentar e inverter a tendência de rotura no ambiente e nas sociedades. O objectivo consiste em integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável nas diferentes formas de aprendizagem, com vista a empreender as transformações necessárias para se atingir uma sociedade mais sustentável e justa.

Num horizonte de continuidade e numa perspectiva de mudança de atitudes, tendente à construção de um desenvolvimento sustentável, realizaram-se actividades abordando temáticas como Resíduos, Consumo Sustentável, Energia, Floresta, Água, Litoral, Agricultura Biológica, Compostagem, Mobilidade, Alterações Climáticas, entre outras, por forma a envolver e mobilizar toda a comunidade.



Em Junho passado, entrou em funcionamento, na Praia de Matosinhos, o **Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental**. Ao abrigo de um protocolo com o CIIMAR – Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental - é já possível ter acesso ao que de melhor se faz ao nível de investigação relacionada com os oceanos. Este espaço está aberto diariamente e dispõe de um programa diversificado de actividades. Decorreu, de Junho a Setembro, a exposição “Para Além da Luz”, exposição essa constituída por descobertas e impressões únicas obtidas em expedições marítimas em mar profundo. De Novembro a Dezembro esteve patente a exposição “Biodiversidade e Poluição: os dois lados da mesma Costa” e, em paralelo, realizaram-se actividades dirigidas ao público escolar.

Continuou-se o trabalho nos programas de educação para a sustentabilidade como os projectos Eco-escolas, Rios e AMB XXI.



Eco-escolas é um programa que está orientado para a implementação da Agenda 21 Escolar a nível local, visando a aplicação de conceitos e ideias de educação e gestão ambiental à vida quotidiana da escola. As acções concretas, desenvolvidas pelos alunos e toda a comunidade educativa, proporcionar-lhe-ão a tomada de consciência de que simples atitudes individuais podem, no seu conjunto, melhorar o ambiente global. O Programa possui uma metodologia própria que envolve a adopção de sete elementos, entre os quais a

auditoria ambiental, o plano de acção, a informação e envolvimento da escola e da comunidade local. Compreende a inscrição, a fase de implementação, a fase de candidatura ao galardão e a atribuição do galardão. O galardão Eco-escolas consiste num certificado e numa bandeira, que é atribuído mediante candidatura da escola com o apoio do município e demonstração de que a escola realizou um programa de educação ambiental de qualidade, seguindo a metodologia geral do Programa Eco-escolas. Neste ano lectivo 2007/2008 o Município conta já com 23 escolas inscritas. Verificando-se que de ano para ano a adesão ao projecto é cada vez maior, de momento encontram-se envolvidos no programa cerca de 2.300 alunos.

O **projecto Rios** é um Programa Internacional que tem como principal objectivo concretizar um plano de adopção de um troço de rio ou de uma linha de água de menor dimensão. Para auxiliar esta tarefa são fornecidos materiais didácticos e várias informações, incluindo metodologias a seguir neste processo. Assim, neste projecto rios é possível aprender a valorizar a sua importância, implementar uma rede nacional através da observação, monitorização, vigilância, visando a conservação e adopção de diferentes troços de rios. Pretende-se, ainda, desencadear um conjunto de actividades experimentais de educação ambiental e participação pública para auxiliar a implementação da Directiva Quadro da Água, colaborar na implementação de reabilitação de rios e ribeiras com o envolvimento e responsabilização de toda a comunidade civil para o desenvolvimento sustentável. Várias escolas tem aderido ao projecto rios, com a vontade expressa de aproximar o meio escolar à realidade local, participando directamente na monitorização de um troço de um rio, podendo realizar experiências práticas num laboratório natural e com



possibilidade de exemplificar com dados concretos os programas curriculares escolares. No ano 2006/07 iniciou-se o programa com a adesão de 5 escolas, em 2007/08 inscreveram-se no projecto 10 escolas.

O **projecto Ambiente XXI**, é um programa de educação para a sustentabilidade que envolve os Centros Sociais das freguesias de Guifões e Lavra. O programa consta de um conjunto de actividades envolvendo, no total, 240 membros dos três Centros Sociais. Com este projecto pretende-se fazer uma ponte de ligação do passado ao futuro através de trocas, vividas e menos vividas, permitindo assim um maior conhecimento entre duas gerações e promovendo-lhes também um maior contacto. Assim, o presente projecto tem como intuito proporcionar uma melhoria da qualidade do ambiente e fomentar um espírito de cidadania.

No programa de sensibilização ambiental **“Verão Azul”** que se realiza, na época balnear, ao longo da orla costeira, realizaram-se oficinas e jogos de carácter ambiental nas diversas praias. Paralelamente, desenvolveu-se variado programa de actividades no Centro de Informação e Educação Ambiental do Parque de Dunas da Praia da Memória, como a realização de um concurso de fotografia, visionamento de filmes, demonstrações de actividades físicas e oficinas diversas. Manteve-se o **Projecto “As Dunas e a Praia”**, que consiste na realização de uma visita guiada ao Parque em que se pretende dar a conhecer a flora e fauna dunar bem como sensibilizar para os cuidados a ter com este ecossistema dunar. Para apoiar este programa efectuaram-se candidaturas ao programa de ocupação de tempos livres do IPJ. Os jovens atribuídos a estas candidaturas realizaram acções de sensibilização ambiental nas diversas praias, sob a orientação de um monitor. As acções desenvolvidas centravam-se na realização de oficinas de reutilização e no jogo “roleta ambiental” onde os jogadores respondem a questões ambientais de compostagem; reutilização; redução; reciclagem; poluição, etc.



Em colaboração com a Agrobio iniciou no dia 27 de Outubro o **Eco-mercado – Feira de Produtos Biológicos**, que se realiza, todos os sábados, no Parque Basílio Teles, das 9h00 às 14h30. No Eco Mercado – Feira de Produtos Biológicos, encontra-se uma grande variedade de saborosos produtos hortícolas de boa qualidade, saudáveis e amigos do ambiente.



Deu-se continuidade ao **projecto Horta-à-Porta**. Este projecto, que visa promover a qualidade de vida da população, através de boas práticas agrícolas passa não só pela criação de espaços verdes dinâmicos, mas também pela promoção do contacto com a Natureza e de hábitos saudáveis, sem esquecer a redução de resíduos. Este projecto disponibiliza talhões de aproximadamente 25 m² a particulares para a prática de agricultura biológica. Neste momento encontram-se em funcionamento as hortas de Custóias e Leça da Palmeira sendo no total 51 talhões já utilizados.

Indicadores mais significativos:

Actividade	2004	2005	2006	2007
N.º de participantes nas actividades	10.000	18.115	18.581	19.634
Nº de locais de desenvolvimento de Educação para a Sustentabilidade	2	3	3	3
Nº de escolas inscritas em programas Educação para a Sustentabilidade	1	6	17	36

Gestão de Resíduos e Limpeza Urbana

No que diz respeito à recolha de resíduos, a Divisão de Qualidade de Vida é responsável por 1/3 do Concelho e varredura na Sr.ª da Hora (Zona a Poente da Linha de Metro Porto/Póvoa), estando os restantes trabalhos afectos a uma prestação de serviços e uma concessão até 30 de Setembro e a duas Concessões de Serviços, a partir dessa data.

No ano 2007, destacou-se o início da **recolha selectiva de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE)**, dando assim cumprimento à legislação em vigor. Esta recolha foi implementada em duas vertentes: recolha através do Ecomóvel, com marcação, e por deposição directa nos Ecocentros do Concelho.

Deu-se, ainda, início à 1ª fase do **Projecto “100 Kg”**, que pretenderá diminuir a produção em 100 kg de resíduos por habitante. Foi realizado um estudo para definição de uma zona piloto, que obedecesse a determinados requisitos, e foram realizados, durante duas semanas, circuitos de recolha específicos para todos os resíduos produzidos na zona piloto, por forma a ser possível realizar uma campanha de caracterização.

Deu-se, igualmente, continuidade ao alargamento do circuito **“Restauroação 5 Estrelas”** através de novo contacto com estabelecimentos que inicialmente não haviam aderido e na pesquisa de novos em áreas próximas das já abrangidas.





No entanto, esta Divisão, actua em diversas outras áreas de serviços. Destas, destacam-se:

- Recolha de resíduos indiferenciados (por baldeação e contentorização) e selectivos (Ecocentros, Ecopontos e Eco serviços);
- Lavagem dos contentores, papelarias, ecopontos e outros equipamentos, que estão colocados na via pública, e das viaturas de recolha de resíduos;
- Substituição e reparação de contentores, ecopontos e papelarias, em várias áreas do Concelho;
- Instalação de Molok's (contentores enterrados de 5.000 L);
- Funcionamento dos Ecocentro do Concelho, melhorando a prestação de serviços que aí se desenvolve, introduzindo melhorias no controlo da qualidade; Os Ecocentros foram geridos pela DQV até 30 de Setembro, passando, a partir dessa data, a gestão a ser assegurada por entidade privada.
- Remoção de montureiras, resultantes da deposição anárquica dos resíduos, por parte da população em geral, limpeza de terrenos, valetas e praias;
- Limpeza de terrenos públicos e particulares resultantes de processos de contravenção;
- Limpeza de valetas na área onde não existe varredura urbana;
- Limpeza de praias, parques de estacionamento em terra batida e pavimentados, antes e durante a época balnear;
- Controlo da *"Prestação de Serviços para a Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do Concelho de Matosinhos – Zona a Nascente da Linha de Caminhos de Ferro Porto/ Póvoa"* – que foi executada até Setembro de 2007;
- Deu-se início à nova *"Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do concelho de Matosinhos – Zona a Nascente da Linha do Metro - Porto/Póvoa – que se iniciou em 1 de Outubro de 2007."*
- Controlo da *"Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do concelho de Matosinhos – Zona a Poente da Linha de Caminho de Ferro Porto/Póvoa e a Norte do Rio Leça."*
- Controlo de diversas Prestações de Serviços;
- Retirada de cartazes da via pública;
- Remoção de toldos, reclusos luminosos, painéis publicitários entre outros;
- Varredura manual e mecanizada em diversos arruamentos, incluindo lavagem;
- Limpezas de grafitis;
- Recolha de resíduos industriais equiparados a urbanos;
- Recolha de Veículos em Fim de Vida, apesar das condicionantes que se põem no estacionamento/guarda dos mesmos, bem como no que respeita ao cumprimento da Legislação em vigor;
- Desenvolvimento administrativo de processos relativos a canídeos;
- Gestão dos Cemitérios Municipais
- Gestão do Canil Municipal



Tratamento de Resíduos

Em 2007, no Concelho de Matosinhos, foram produzidas e tratadas **103.767 toneladas** de resíduos, das quais destacamos:

Tipo de Tratamento	Quantidade (Toneladas)
Deposição no Aterro Sanitário Matosinhos	12.303
Valorização Energética – Lipor II	74.840
Valorização Energética – Lipor II – Caracterização de Resíduos	850
Reciclagem	15.773
TOTAL ANUAL	103.767

Deposição em Aterro Sanitário

Embora se tenha procedido ao encerramento do Aterro Sanitário de Matosinhos, este ainda permitiu que o tratamento de alguns resíduos se continuasse a fazer de um modo eficaz e de acordo com as Normas Europeias.

Assim, em 2007, foram tratadas, através deste sistema, **13.236 toneladas** de resíduos.

Valorização Energética

Na Central de Valorização Energética – Lipor II foram tratadas **75.689.40 toneladas** de RSU's das quais, **24.196,74 toneladas** foram depositadas pelos serviços Camarários, **20.481,58 toneladas** pelo prestador de SOGEA/Serurb – que terminou a sua actividade em Setembro de 2007, **22.587,28 toneladas** pelo prestador de serviços SERURB, Matosinhos SA, e **6.999,06** depositados pelo Concessionário VerdeVista – que iniciou a sua actividade em 1 de Outubro de 2007, **574,56 toneladas** relativas a descargas provenientes dos Mercados Municipais (113,74 – Mercado de Angeiras e 460,82 Mercado de Matosinhos). Foram igualmente facturados os resíduos utilizados para caracterizações, descargas não conformes, madeira e monstros não metálicos.

Recolha de Resíduos Comerciais e Industriais Banais

Em 2007, procedeu-se à Recolha de Resíduos Industriais Equiparados a Urbanos (comerciais e industriais banais – R.I.B.) em diversas empresas, que foram encaminhados para Valorização Energética. Esta recolha, em termos de receita, trouxe aos cofres da Câmara um valor aproximado em cerca de **389.995,73 Euros**.





Reciclagem Multimaterial

Durante o ano de 2007, foram encaminhadas para reciclagem **15.774 toneladas** de resíduos, recolhidas através dos diversos sistemas de recolha selectiva, existentes no Concelho.



Ecocentros – 3.695 Ton

Ecopontos – 6.282 Ton

Porta a Porta – 276 Ton

Circuito Comercial/Industrial Selectivo – 3.248 Ton

Ecomóvel – 2.273 Ton

Recolha Selectiva

	2006 (Ton)	2007 (Ton)	2006/2007 %
Ecocentros	4.083	3.695	-10%
Ecopontos	5.782	6.282	9%
Porta a Porta	266	276	4%
Circuito Comercial/Industrial Selectivo	2.602	3.248	25%
Ecomóvel	1.602	2.273	42%
Total RSU's Reciclagem	14.335	15.774	10,0%

Sistema de Recolhas Especiais (S.R.E.)

Foi ainda efectuado pelos serviços do Município, através do **Sistema de Recolhas Especiais (S.R.E.)**, um conjunto de serviços que visaram essencialmente complementar o Serviço de Recolha de Resíduo Urbanos, nomeadamente;

1 - Recolha de Viaturas Abandonadas e Sucata

Em 2007 deu-se continuidade a este serviço, tendo sido recolhidas **179 viaturas**, das quais **19 foram reclamadas** pelos proprietários, tendo pago no total de taxas **3.216,12 Euros**.

Foram enviadas para destruição 160 viaturas que originaram uma receita de **18.369,50 Euros**.





2- Movimento do Canil/Gatil Municipal

A Gestão do Canil/Gatil, em 2007, esteve a cargo da Serurb, tendo-se assistido ao seguinte movimento:

Designação	Quantidades
Capturados Casa	82
Capturados Rua	336
Entrada Canil	173
Mortos Rua	31
Mortos Estadia	1
Mortos Clínicas	679
Adoptados	8
Cedidos Midas	89
Reclamados	34
Abatidos	488
Restantes	56
Suspeitos	4
Suspeitos Tribunal	0
Gatos	16
Outros Animais	3
Chips Estado	121
Vacinas Raiva	2.124

3- Sistema Complementar de Limpeza (S.C.L.)

Integrado neste sistema, os serviços procederam a um conjunto de limpezas, que visaram, essencialmente, complementar os atrás referidos, nomeadamente:

- **Desinfestação do Concelho**, que se restringiu a diversas acções no âmbito do controle de epidemias e doenças, resultantes do aparecimento de ratos ou outros parasitas. Esta acção desenvolveu-se em escolas, organismos Públicos, arruamentos e outros espaços,



incluindo redes de águas pluviais e saneamento e em locais que se entendeu ser urgente proceder à mesma.

- **Limpeza de Praias**, foi uma acção desenvolvida na época balnear e pontualmente durante o restante ano, em diversas acções de limpeza nas praias.
- **Limpeza de Montureiras** e outros serviços, foi efectuada por brigadas, incidindo em diversos locais, com o recurso a equipamento adequado e máquinas.
- **Limpeza de Valetas e de Terrenos** pertencentes ao Município, bem como particulares objecto de processos de contravenção.
- **Limpeza de Graffitis** em vários locais do Concelho de Matosinhos.
- **Retirada de Cartazes** em vários locais do Concelho de Matosinhos.

4 - Varredura Urbana

Em 2007, no Concelho de Matosinhos, foram varridos **65.841,74 Km** de arruamentos, dos quais:

	Quilómetros Varridos/ano 2007
Concessão de Serviços – SERURB Matosinhos Sa - (Freguesia de Leça da Palmeira) - Contrato N° 16/2000	16.073,10 Km
Concessão de Serviços – SERURB Matosinhos Sa - Aumento de Varredura (Freguesia de Matosinhos) Contrato N° 08 /2004	23.890,92 Km
Prestação de Serviços – SERURB Lda. - (Freguesias de Leça do Balio, S. mamede Infesta, Sr.ª da Hora e Custóias) - (1 janeiro a 31 Setembro) Ajuste Directo SERURB Lda. – Contrato N° 40/2006	13.597,66 Km
Concessão de Serviços (Freguesias de Leça do Balio, S. mamede Infesta, Sr.ª da Hora e Custóias) – VERDEVISTA – Contrato N° 972007	4.901,06 Km
Câmara (Freguesia da Sr.ª da Hora – zona a nascente do IC1)	7.354,00 Km
Juntas de Freguesia	25,00 Km
TOTAL ANUAL	65.841,74 Km



5- Limpeza de Praias

Em 2007, no Concelho de Matosinhos, foram tratados e limpos, **268,27 Km de praias**, desde Leça da Palmeira (Farol) até Angeiras Norte, durante a época Balnear e em intervenções pontuais.



Concessão de Serviços

1. Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do concelho de Matosinhos – Zona a Poente da Linha de Caminho de Ferro Porto/Póvoa e a Norte do Rio Leça – Cont 16/2000.” - Efectuada pelo Serurb, SA.
2. Contrato Adicional da Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do concelho de Matosinhos – Matosinhos e Sr.ª da Hora – Cont 8/2004” - Efectuada pelo Serurb, SA
3. Concessão da Exploração e Gestão do Serviço Público Municipal de Recolha de Resíduos Sólidos e Varredura do concelho de Matosinhos – Zona a Nascente da Linha do Metro Porto/Póvoa e a – Contrato Nº 9/2007” - Efectuada com a VERDEVISTA.



Prestação de Serviços

1. Ajuste Directo da Prestação de serviços de recolha de lixo e varredura do Concelho de Matosinhos, zona a nascente da linha de caminho de ferro Porta/Póvoa

Esta prestação de serviço, assegurada pela Serurb – Serviços Urbanos, Lda. garantia a recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados, recolha dos vidrões, varredura urbana, vedação de terrenos, limpeza de valetas e de montureiras, nas freguesias de Leça do Balio, 2/3 da Sr.^a da Hora, Custóias e S. Mamede Infesta, até Outubro de 2007, altura essa que se deu início à nova Concessão de Serviços



Esta Prestação teve deliberação de Câmara de 28 de Agosto de 2006 – Contrato 40/2006 com início em 2 de Dezembro de 2006 e o seu término em 30 de Setembro 2007.

2. Desinfestação e Desratização do Concelho de Matosinhos

Em 4 de Novembro de 2006, iniciou-se a “Prestação de Serviços para Desinfestação e Desratização do Concelho de Matosinhos” – com Deliberação de Câmara de 3 de Agosto.

3. Prestação de Serviços para Limpeza de Terrenos e Espaços Públicos

Foram limpos, através desta prestação, 70.783,00 m² de terrenos, tendo sido vedados com rede plastificada 80,00 ml.

4. Prestação de Serviços para Movimentação de um Contentor

Esta Prestação destinou-se à remoção de um Contentor de 25 pés para início das obras de remodelação dos Armazéns Gerais.

5. Prestação de Serviços para Regularização dos Arealis das Praias de Matosinhos, Perafita e Angeiras

Esta Prestação de Serviços destinou-se a Regularização dos Arealis das Praias a Norte do Concelho de Matosinhos, preparando-as para a Época Balnear.

6. Prestação de Serviços para Deposição de Resíduos Inertes em Aterro



Esta Prestação de serviços destinou-se a permitir a deposição de inertes, resíduos de entulho, terras e outros materiais similares, provenientes de levantamentos efectuados em obras do Município, da Via Pública e em outros locais. Este Ajuste Directo teve o seu início em 10 de Outubro de 2007, até Outubro de 2008.



7. Prestação de Serviços para Elaboração do Plano Estratégico de Remoção de RSU'S na Zona de Matosinhos, Senhora da Hora e Guifões

Esta Prestação de Serviços, visou proceder ao levantamento de toda a situação inerente aos Resíduos Sólidos Urbanos, a fim do Município ter uma perspectiva global do que se passa nesta área, nomeadamente tipologia de equipamentos a adoptar, métodos de recolha, pessoal afecto, equipamentos e outras variantes, de forma a ser tomada uma decisão em termos futuros quanto a investimentos a serem efectuados nesta área de serviços.

8. Prestação de Serviços para Eliminação de Animais de Companhia – Ajuste Directo

Esta Prestação de Serviços destina-se a proceder à eliminação de Animais de Companhia e outros provenientes de Clínicas e Abandonados na Via Pública que não seja reclamados, de acordo com a Legislação em vigor, tendo totalizado a quantidade de 10.840,00 kg, resultantes de animais que foram sofreram a Eutanásia.

9. Prestação de Serviços para Limpeza em Matosinhos – Área Frontal à Câmara

Esta prestação de serviços teve como objectivo a limpeza das áreas envolventes aos Paços do Concelho, retirando Grafittis, e assegurando a Limpeza e Lavagem de Pavimentos, remoção de Chicletes e outros serviços.

9. Prestação de Serviços para Limpeza de Valetas

Esta Prestação de Serviços destinou-se à limpeza de valetas na Freguesia de São Mamede de Infesta. Em cerca de 10 Km.

10. Aluguer de Viatura de Dupla Funcionalidade para Lavagem e Desinfecção de Molok's e Ecopontos – Freguesias de Matosinhos, Guifões e Sr.ª da Hora – Concelho de Matosinhos



Esta Prestação de Serviços, visou a Limpeza - Manutenção e Desinfecção de Equipamentos Urbanos, incluindo a lavagem dos pavimentos envolventes aos mesmos.

11. Prestação de Serviços para Retirada de Painéis, Toldos, Reclamos e Bandeiras no Concelho de Matosinhos

Esta Prestação de Serviços, destinou-se à remoção de publicidade indevida e que não estava legalizada em termos de pagamento de Taxas respectivas.

12. Prestação de Serviços para Instalação de Sanitários na Quinta da Conceição –

Esta Prestação de Serviços destinou-se à instalação de sanitários na Quinta da Conceição, afim de dar apoio ao Público em geral.

Cemitério Municipais



Uma componente diferenciada dentro desta área é a dos cemitérios. Mas também nesta matéria desejamos inovar. Com o 1º Tanatário Municipal, a construir em Sendim, Matosinhos passa a ser o um concelho servido por estruturas de qualidade. Esta nova estrutura vai subir o patamar de qualidade e exigir ainda mais dos nossos técnicos.

1. Cemitérios Municipais n.º 1 de Matosinhos

N.º de Inumações em Jazigos – 17

N.º de Exumações/Transladações – 10

2. Cemitério Municipal n.º 2 de Matosinhos

N.º de Inumações em Jazigos – 117

N.º de Inumações em Covais – 158

N.º de Exumações/Transladações – ± 150 , das quais foram requeridas ou licenciadas 99

3. Cemitério Municipal n.º 4 – Santos Dias

N.º de Inumações em Jazigos – 2

N.º de Inumações em Covais – 89

N.º de Exumações/Transladações – ± 90 , das quais foram requeridas ou licenciadas 50





Parques e Jardins



Matosinhos é cada vez mais um território verde. São muitos os espaços verdes que podemos descobrir nas nossas freguesias, espaços caracterizados pela diversidade e qualidade. Queremos também aqui estar mais perto das pessoas, pelo que novos projectos foram preparados durante 2006, alguns já implementados, outros em fase de realização.

Requalificação Ambiental e Paisagística da Orla Costeira, Hortas Biológicas, jardins temáticos, são alguns desses bons exemplos. Mas toda esta vertente técnica implica necessariamente o envolvimento de meios humanos e equipamentos. Também aqui Matosinhos inova na gestão, apostando num modelo diferenciado. O modelo suporta-se na administração directa, na prestação de serviços e nos protocolos e parcerias com entidades públicas e privadas de âmbito social.





Merecem destaque os protocolos com o CEFPI, por um lado, através do qual se enquadra no mundo do trabalho pessoas com limitações intelectual, e com a ADEIMA, por outro, possibilitando o enquadramento no trabalho de manutenção de pessoas socialmente marginalizadas.

Também prestam serviço neste Município, ao abrigo do protocolo estabelecido com o Ministério da Justiça, por via da Direcção Geral dos Serviços Prisionais, mão-de-obra prisional no âmbito da reintegração social. Estes são actualmente responsáveis pela manutenção da Quinta da Conceição. Além disso, iniciou-se protocolo utilizando 140 reclusas do Centro Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo, destinadas a apoiar o processo de Requalificação Ambiental e Paisagística da Orla Costeira.

É ainda competência da área de espaços verdes, a construção de jardins, de parques públicos e parques infantis, investimentos que demonstram a vontade política de aproximar os munícipes de espaços de qualidade e promover uma qualidade de vida assente nas componentes ambientais. Destacamos alguns desses investimentos:



- Prestação de Serviços para a Instalação de Parques Infantis nas Escolas do Ensino Básico do 1º Ciclo/ Jardim-de-infância do Concelho de Matosinhos (Sendim, Amieira, Biquinha, Augusto Gomes e Florbela Espanca)
- Prestação de Serviços para a Substituição de Pavimentos de Parques Infantis, no Concelho de Matosinhos
- Construção da Horta à Porta, Rua Bartolomeu Dias, em Leça da Palmeira
- Construção de Canteiros no Jardim da Marginal de Leça da Palmeira
- Ajardinamento de Canteiros Existentes no Cemitério nº 2 de Matosinhos – Sendim
- Construção de Jardins, Cemitério nº2 de Matosinhos – Sendim
- Construção de jardins Envolventes à Av. das Ribeiras em Perafita
- Fornecimento e Montagem de Instalação Eléctrica no Pavilhão de apoio às Hortas e Instalação de mais um Ponto de Iluminação na sua Envolvente, na Travessa Alto do Monte em Custóias
- Beneficiação do Horto Municipal – Automatização de Rega Existente, Construção de Sistema de Rega para Árvores em Vaso, Remodelação da Estufa de Enraizamento
- Prestação de Serviços para a Manutenção Parque de Real – Iluminação em Matosinhos
- Reparação do Sistema de Rega dos Jardins Envolventes à Urbanização de Vilar em S. Mamede de Infesta
- Construção de Jardins – Canteiros da Rua de Agudela, em Lavra.
- Prestação de Serviços para a Remodelação de Caldeiras de Árvores, incluindo Fornecimento de Árvores, no Concelho de Matosinhos.



Execução do Plano de Actividades

Mobilidade e Transportes

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



O ano de 2007 ficou marcado pela introdução de um conjunto de iniciativas relevantes na área da mobilidade. Desde logo os primeiros meses ficaram marcados pela implementação do **Plano de Mobilidade de Matosinhos Sul** que visou ordenar toda a circulação rodoviária naquela zona da cidade, eliminando um conjunto importante de pontos com elevada sinistralidade rodoviária, aumentando em mais de 30% o número de locais disponíveis de estacionamento na via pública e incentivando a utilização da bicicleta através da instalação da primeira ciclovía no concelho, ainda com apenas cerca de 2 quilómetros mas que abre o apetite a muitos matosinhenses para a sua expansão e inclusão numa rede mais vasta e que se espera ultrapassar os 10 quilómetros ainda neste mandato.

Durante 2007, deu-se continuidade às iniciativas de **promoção da segurança rodoviária**, com a continuidade do programa “Pequenas Medidas Grandes Efeitos”, que visa a eliminação de pontos negros em matéria de segurança rodoviária. Especial destaque deverá ser dado à implementação de um plano de sinalização horizontal e vertical na envolvente de todas as escolas do ensino básico do concelho de Matosinhos que prossegue já em 2008 para estabelecimentos de outros graus de ensino.



Ainda no âmbito da mobilidade foram implementadas, com carácter experimental, duas novas rotundas uma no cruzamento da Rua dos 4 Caminhos com a Rua do Sobreiro e outra na Rua de Sendim com a Rua de Sarilhos - cujos projectos entretanto avançaram e que verão a sua concretização em definitivo já durante o ano de 2008. Foi igualmente preparado todo o processo para a substituição do cruzamento semafórico junto ao Tribunal de Matosinhos por uma rotunda melhor distribuidora do trânsito nomeadamente em horas de ponta, obra que deverá iniciar-se em breve.

De modo a cumprir o desígnio de mandato ao nível da promoção da mobilidade para todos, foi preparada, na sequência do programa para a **eliminação de barreiras arquitectónicas**, uma intervenção de modo a ampliar significativamente a área livre de barreiras da freguesia de Matosinhos e que vai abranger as ruas Sousa Aroso, Tomás Ribeiro, Godinho, Álvaro Castelões, Roberto Ivens e Av. Menéres depois de termos alcançado durante 2007 o galardão da Bandeira Prata da Mobilidade atribuído pelo Rede de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos.

Foram elaborados e implementados novos Plano de Circulação baseados em vias de sentido único, para Leça do Balio e Custóias (zona da Arroteia e zona a poente da Rua de Recarei e envolvente às ruas da Fonte Velha e Avilhó) bem como para a freguesia de S. Mamede (envolvente à escola Secundária Abel Salazar e à R. das Laranjeiras).




Em Setembro de 2007 a autarquia decidiu aderir mais uma vez à Semana Europeia da Mobilidade tendo sido apresentados à imprensa os objectivos da política municipal de mobilidade e de estacionamento em parques e na via pública em Matosinhos. Uma das medidas que foi implementada durante esta semana foi o encerramento ao tráfego da zona envolvente ao Castelo de Leça da Palmeira. Esta acção foi acompanhada com um serviço gratuito experimental de Valet Parking, que permitiu que o estacionamento se efectuasse com recurso ao parque de estacionamento da APDL existente em frente ao Castelo de Leça, solução que deverá ser implementada durante o ano de 2008 de forma mais permanente.



Ao nível do Estacionamento, foram iniciados os trabalhos de execução do **Parque de Estacionamento Periférico de Manhufe** (junto ao Cemitério de Sendim), com cerca de 700 lugares e que servirá como alternativa ao estacionamento no centro da cidade uma vez que se pretende integrado na rede de transportes públicos de ligação à cidade e que servirá igualmente como espaço multi-usos para a realização de eventos, sendo o mais significativo a instalação de parte das Festas do Senhor de Matosinhos. foi ainda lançado o concurso para o **Parque de Estacionamento da Marginal de Leça da Palmeira**, com cerca de 500 lugares cuja obra já se iniciou em 2008 e que permitirá melhor acomodar os milhares de veraneantes que nos visitam durante a época balnear bem como melhor ordenar o estacionamento de toda a zona dada a concentração de estabelecimentos de restauração e lazer aí concentrados todo o ano.

Durante o ano transacto, foi ainda dado um grande impulso à pintura de marcas rodoviárias, em especial de lugares de estacionamento para deficientes e zonas de cargas e descargas bem como à colocação de sinalização vertical e placas toponímicas, para além de outros trabalhos relacionados com a sinalização de obstáculos na via pública.





Execução do Plano de Actividades

Qualificação Urbana

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



No âmbito da qualificação urbana, foi dada continuidade ao Programa de Requalificação da rede viária iniciado nos anos anteriores, registando-se a conclusão de algumas importantes obras e o desenvolvimento e/ou o início de outras.

Obras concluídas:

- Requalificação total dos arruamentos e infra-estruturas do Bairro da Biquinha, Matosinhos



- Via de Ligação dos Nós de Freixieiro e de Gonçalves – Sectores A+B, Leça da Palmeira
- Via de Ligação dos Nós de Freixieiro e de Gonçalves – Sectores D+F, Leça da Palmeira
- Repavimentação e infra-estruturas da Rua da Fonte Velha, Custóias
- Construção de Muro de Suporte no novo arruamento de Ligação da Estrada Exterior da Circunvalação e Rotunda das Sete Bicas – Sr.^a da Hora
- Requalificação da Marginal de Leça da Palmeira – Trabalhos Complementares de Arquitectura





- Reabilitação dos Colectores da Rua Godinho Faria, S. Mamede Infesta
- Ligação da Rua Henrique Medina à Rua António Ramalho, Senhora da Hora
- Variante à Rua D. Nuno Álvares Pereira (Eixo Norte/Sul), Matosinhos
- Marginal de Matosinhos/Sul – Reparação de anomalias do pavimento
- Requalificação da Alameda Azenha de Cima, Senhora da Hora
- Ligação do Bairro da Guarda até à Rua Armando Vaz, Perafita
- Pavimentação da Rua Oriental sob a A28, Perafita
- Pavimentação da Rua da Cal, Custóias
- Reforço da Rede de Águas Pluviais na Rua dos Fogueteiros, Senhora da Hora

Obras em execução:

- Qualificação Urbana do Largo da Viscondessa, Santa Cruz do Bispo
- Requalificação da Marginal da Boa Nova (2ª Fase), Leça da Palmeira



Obras com projecto em execução/aprovação:

- Rua da Barranha;
- Rua da Cruz de Pau;
- Abertura da Rua Padre Manuel Bernardes e arranjo envolvente à Igreja do Padrão;
- Rebaixamento e drenagem dos acessos no Conjunto Habitacional de S. Gens;
- Rotunda dos 4 caminhos;
- Rotunda Junto ao Tribunal;
- Rotunda de Sendim.





Entretanto e na sequência do levantamento, freguesia a freguesia, das necessidades de intervenção nesta área realizado em 2006, e tendo em conta o programa de intervenção no âmbito da concessão dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento contratado com a empresa concessionária, para concretização em tempo oportuno, foram desenvolvidas, no âmbito do Programa Qualidade 100%, um conjunto de empreitadas de requalificação de arruamentos e passeios em todas as freguesias do concelho, de que se salientam as seguintes:

- Rua da Mexilhoeira, Lavra;
- Av. de Merignac e Rua Dr. Eduardo Torres, Matosinhos;
- Azenha de cima, Senhora da Hora;
- Alargamento da Rua da Escola Velha Paiço, Lavra;
- Drenagem de águas Pluviais e saneamento na Rua José Domingues dos Santos, Lavra;
- Beneficiação de arruamentos e passeios, Guifões;
- Beneficiação de arruamentos e passeios, Leça da Palmeira;
- Beneficiação de arruamentos e passeios, S. Mamede Infesta;
- Beneficiação de arruamentos e passeios, Leça do Balio;
- Beneficiação de arruamentos e passeios, Perafita;
- Linha de Leixões – Consolidação de talude, S. Mamede Infesta;

Em articulação com as Juntas de Freguesia e com o envolvimento dos serviços municipais, foram feitas várias intervenções de manutenção e conservação de arruamentos, infra-estruturas, edifícios e equipamentos públicos.

- Execução trabalhos de reparação de pavimentos de arruamentos em asfalto – cerca de 5.000 m²;
- Limpeza de 2500m de valetas;
- Correção de 200 sarjetas e caixa interceptoras;
- Reparação de pavimentos em asfalto em edifícios Municipais e escolas;
- Reparação de pavimentos em “Tout-Venant”.
- Execução de reparação de pavimentos de arruamentos em cubo – cerca de 4500m²;
- Reparação de 62 caixas de drenagem de águas pluviais;



- Correção de 450ml de lancis de passeios;
- Reparação de 24 aluimentos de colectores de águas pluviais;
- Reparação de 3670m² de passeios;
- Execução de 18 rampas nas travessias de peões;
- Reparação de 70m de muros;
- Apoio às acções de limpeza na via pública, em épocas de intempérie;
- Execução de trabalhos de reparações na rede de abastecimento de águas e de recolha de águas pluviais em edifícios municipais;
- Execução de trabalhos de manutenção em edifícios municipais e/ou apoio a iniciativas municipais (exposições, palcos, festas, actividades);
- Limpeza e desobstrução de colectores;



Por último a Câmara acompanhou de perto as diversas intervenções de entidades externas na instalação de redes de abastecimento público de energia e sistemas de comunicação.

Salienta-se a implementação de um novo procedimento de recepção dos pedidos de intervenções de entidades terceiras (EDP, PT, Portgás) - via correio electrónico - visando a diminuição do tempo de tramitação dos processos e uma redução do tempo gasto pela secretaria em elaboração e envio de ofícios, passando de 12 para 3 semanas todo o processo de autorização para intervenção na via.

Estiveram envolvidos as seguintes entidades:

- EDP – Foram informados 112 pedidos desta entidade, 92 autorizados de acordo com as condições das informações (ramais), que corresponderão a cerca de 1840 ml de extensão de vala, e 20 autorizados de acordo com as condições das informações (Média Tensão) que corresponderão a cerca de 5000 ml de extensão de vala. Foram ainda efectuadas várias comunicações de anomalias que resultaram no envio de faxes e e-mail, bem como diversas comunicações telefónicas a fim de resolver certas anomalias detectadas;
- Portgás – Foram informados 229 pedidos desta entidade, autorizados de acordo com as condições das informações (ramais), que corresponderão a cerca de 687 ml de extensão de vala, e 28 autorizados de acordo com as condições das informações (Rede Secundária), que correspondem a uma extensão de 3 139 ml de vala, ainda foi informado um pedido de Rede Primária que corresponde a cerca de 140 ml de extensão de vala. Igual número de folha cálculo das taxas a cobrar a esta entidade anexas às informações. Foram ainda efectuadas varias comunicações de anomalias que resultaram no envio vários faxes e e-mail, bem como diversas comunicações telefónicas a fim de resolver certas anomalias detectadas;
- TVTEL – Foram informadas 8 células desta entidade, células essas formadas por cerca de 25 armários e 10 caixas enterradas, que correspondem a 280 armários e caixas distribuídos por uma vasta área do Concelho;



- TvCabo – Foram informadas 3 pedidos de colocação de armários sendo 1 indeferido e os outros dois aprovados com alterações;
- Novis – Foram informados 2 pedidos desta entidade os quais não os realizou;
- ONICOMUNICATIONS – Foi informado 1 pedido desta entidade, que não o executou;
- PT – Foram informados 30 pedidos desta entidade, autorizados de acordo com as condições das informações, que corresponderão a cerca de 300 ml de extensão de vala. Foram ainda efectuadas várias comunicações de anomalias que resultaram no envio de vários faxes e e-mail, bem como diversas comunicações telefónicas a fim de resolver certas anomalias detectadas, foram ainda informados 5 pedidos de instalação de armários distribuição de rede informática e televisão, banda-larga (ADSL);
- Vodafone – Foi informado 1 pedido desta entidade, que corresponde a 20 ml de extensão de vala, em Matosinhos;

Ainda nesta área foram realizadas várias vistorias para efeitos de elaboração de autos de recepção definitiva de obras, nomeadamente as obras de Média Tensão da EDP e de Rede Secundária da PORTGÁS;

Por último, acompanhamos o desenvolvimento das obras de inserção urbana levadas a efeito pela empresa METRO DO PORTO, nomeadamente, Rua Cândido dos Reis, Av.^a Fabril do Norte, Estação de Custóias e parque de estacionamento adjacente, Estação da Fonte do Cuco, Estação de Custiô e parque de estacionamento adjacente, Estação de Araújo e parque de estacionamento adjacente, Estação de Pias e parque de estacionamento adjacente, novo arruamento de ligação da EN 12 à Av.^a Sr.^a da Hora.

Esta acção envolveu a realização de diversas vistorias às obras de inserção urbana da Metro do Porto, com a actualização do documento com a relação geral de deficiências detectadas pela Comissão, composto por quadros com uma listagem exhaustiva seus anexos, nomeadamente fotos e plantas de localização.

Durante este período foram realizadas diversas vistorias, que culminaram com uma vistoria global com o intuito de realizar a recepção das obras pelo Município.





Execução do Plano de Actividades

Segurança e Protecção Civil

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



Constituído por quatro unidades orgânicas (a Polícia Municipal, a Protecção Civil, as Contra-ordenações e a Fiscalização), o DSPC tem como principal objectivo a criação e a manutenção de condições que propiciem qualidade de vida e bem-estar no Concelho de Matosinhos, assente na protecção e na segurança da população. O trabalho do Departamento passa também, para além da sua vertente normativa e de regulação, por uma “missão” formativa, pretendendo-se um diálogo constante com os munícipes, acerca das questões que se prendem com a preservação dessas mesmas condições de qualidade de vida.

A criação, em 2007, do serviço de gestão administrativa veio permitir agilizar procedimentos administrativos, com vista, à desburocratização do sistema. Pretendeu-se ainda libertar operacionais para o trabalho de rua, e rentabilizar dados e informações recolhidos, através da implementação de métodos de trabalho e de gestão da informação que têm vindo a consolidar a organização interna.

As actividades desenvolvidas pelas diferentes unidades orgânicas do DSPC são as que agora se apresentam, de forma resumida.

POLÍCIA MUNICIPAL

O processo de consolidação da organização e funcionamento da Polícia Municipal culminou, em 28 de Fevereiro de 2007, com a publicação em Diário da República, 2ª série nº 42-A do seu Regulamento.



Com vista a assegurar a fluidez do trânsito automóvel no centro da cidade, implementou-se, em 2007, a Campanha “Quem Incomoda, Incomoda-se – Pense em si: respeite a cidade!”, que teve por objectivo sensibilizar a comunidade para a importância do respeito pelas leis e normativos relativos ao estacionamento de viaturas na via pública. A população foi comunicada das situações de infracção visadas pela “tolerância zero”, iniciada a 1 de Março, tendo recebido informação detalhada sobre a Campanha, quer por contacto directo com os agentes da Polícia Municipal, quer através dos desdobráveis distribuídos a todos os munícipes por via postal. Este trabalho de esclarecimento e envolvimento dos cidadãos num projecto comum, constitui uma das principais vertentes do trabalho da Polícia Municipal, cuja presença nas ruas proporciona um contacto diário com todos os que necessitam ser consciencializados acerca das regras de conduta a observar, com vista ao exercício de uma cidadania responsável. O respeito pelo bem comum, lado a lado com a preservação da propriedade individual, asseguram um ponto de partida estruturado para a vivência em comunidade.

Com vista a reforçar a presença da Polícia Municipal nos diversos espaços do Concelho, na convicção de a visibilidade e proximidade dos seus elementos também contribui para a construção do sentimento de segurança nas populações, procedeu-se à abertura de concurso que levou ao recrutamento de 16 novos agentes.

Ainda na perspectiva da necessidade de tornar mais visível a presença dos agentes da Polícia Municipal nas ruas, para além da vontade de os dotar das melhores condições de trabalho possíveis, procedeu-se à



aquisição de fardamento adequado e de carteiras para o cartão de identificação dos agentes da Polícia Municipal. Por outro lado, e dando continuidade e consistência à missão de fazer cumprir as normas inerentes ao estacionamento automóvel, cujo desrespeito é tão penalizador para os munícipes, quer quando são obstruídos passeios, zonas pedonais, locais de estacionamento para cidadãos portadores de deficiência física, quer quando o estacionamento é feito em segunda fila, em cima de rampas de acesso a garagens ou em passeadeiras, assegurou-se também, a manutenção do serviço de reboque, e do sistema de bloqueadores de viaturas.



Durante a época balnear, quando a extensa orla marítima de Matosinhos é, ciclicamente, procurada por colónias de férias, praticantes de desportos náuticos e banhistas, os efectivos da Polícia Municipal asseguraram o patrulhamento das praias, utilizando-se, para além das patrulhas a pé e dos veículos automóveis, os “segways”, afirmação de modernidade e respeito ambiental do Executivo Camarário.

Em eventos de lazer e de cultura a Polícia Municipal esteve presente assegurando funções no âmbito da segurança e coordenação, nomeadamente nas seguintes actividades: “Hospitalários no Caminho de Santiago”, “Os Bravos da Memória, na praia da Memória”, “Festas do Senhor de Matosinhos” e “Festa do Mar”.

Integrado no Fórum Europeu para a Segurança, presidido pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Guilherme Pinto, o DSPC participou em diversas reuniões de trabalho, tanto em Portugal, como no estrangeiro.

A 13 e 14 de Dezembro realizou-se, no Salão Nobre da Câmara Municipal, a Conferência Internacional de Segurança Urbana e Toxicodependência, que contou, entre outras personalidades, com a presença do Ministro da Administração Interna, Dr. Rui Pereira.

Com a publicação em Diário da República, 2ª série nº 42, de 28 de Fevereiro de 2007, ficou criado o Conselho Municipal de Segurança, tendo sido realizadas várias reuniões deste órgão.





Tipo de infracção	N.º total
Venda ambulante	26
Ocupação de via pública	6
Canídeos	26
Lixos	6
Fiscalização a estabelecimentos comerciais	71
Licenças de máquinas de diversão	72
Anomalias via pública/Sinalização	14
Averiguações situações	79
Regularização de trânsito	0
Fiscalização de obras	11
Eventos promovidos pela Câmara	0
Conspuração da via pública	2
Perdidos/achados	1
Indivíduos "sem abrigo"	4
Ruídos	29
Construção do IP4	1
Prédios em ruínas	3
Viaturas abandonadas	261
Desacatos	2
Desobediência	2
Outros	0
Trânsito	217
Ocorrência	16
Queimada	3
Identificação proprietário	0
Avaria de rádio	0
Insalubridade	0
Vizinhos	0
Acidentes de Viação	2
Inundação	1
Remoção Viatura	3
Arrumadores	1
Máquinas de diversão	4
Limpeza de terreno	1
TOTAL	864



Autos de Notícia por Tipo de infracção	N.º total
Falta de licença de esplanada - estabelecimentos	1
Falta de licença de publicidade - estabelecimentos	4
Falta de licença de utilização/ averbamento - estabelecimentos	27
Falta de horário de funcionamento/ não afixação - estabelecimentos	1
Falta de livro de reclamações	1
Venda ambulante	79
Obra sem licença	5
Arrumadores	1
Deposição de lixo na via pública	1
Falta de licença de detenção de canídeos	9
Funcionamento além do horário oficial	1
Trânsito	5
Vandalismo	2
Queimada	1
Desobediência	3
Actividade ruidosa	20
TOTAL	163

PROTECÇÃO CIVIL

As acções de protecção civil desenvolvem-se, fundamentalmente, nos domínios da Prevenção de riscos colectivos, e do Planeamento e Socorro às populações, em situação de acidente grave ou catástrofe, tanto de origem natural como tecnológica.

Em Matosinhos, o trabalho do Serviço Municipal de Protecção Civil no ano de 2007 incidiu, essencialmente, na prevenção e planeamento, sendo que o socorro esteve sempre relacionado com situações que não podemos designar de acidente grave ou catástrofe.

Neste ano, desenvolveu-se, sobretudo, um trabalho de sensibilização das populações escolares mais jovens para as questões da segurança e da protecção civil. Procurou-se motivar as comunidades educativas, envolvendo todos os seus intervenientes, na constituição de Clubes de Protecção Civil, na expectativa de estar, assim, a formar pólos desmultiplicadores da informação respeitante ao tema. Esta aposta do DSPC é consistente com a vertente formativa de toda a sua intervenção. Esse trabalho teve início no mês de Abril, com a apresentação do projecto Clubes de Protecção Civil aos agrupamentos e escolas secundárias, na Biblioteca Florbela Espanca.



Ainda durante 2007, a Escola EB 2/3 Santiago de Custóias, em colaboração com o Serviço Municipal de Protecção Civil, que desenvolveu acções de formação e informação, e prestou apoio logístico e organizacional, implementou o Clube de Protecção Civil, cujas actividades culminaram na apresentação de um espectáculo multimédia.

A iniciativa realizou-se no último dia de aulas e teve o tema “Segurança é Vida”, contando com a presença da Vereadora da Protecção Civil, da Governadora Civil do Porto, da Directora Regional de Educação do Norte, do Comandante Distrital de Operações de Socorro do Porto e de representantes de todos os Agentes de Protecção Civil que colaboraram nesta iniciativa.

O SMPC participou em diversos exercícios simulacros, realizados ao longo de todo o ano e em diferentes instituições (REPSOL, na BP, no Norteshopping, no Hospital Pedro Hispano e em escolas do Concelho), bem como no ensaio dos respectivos planos de emergência, por forma a assegurar as condições de segurança de pessoas e bens, visando uma optimização de atitudes e comportamentos. Destaca-se a realização, em Julho, do simulacro anual na Refinaria da Petrolgal, que serviu para, mais uma vez, testar o Plano de Emergência Interno, assim como a articulação do SMPC com os Agentes de Protecção Civil.

Durante o ano de 2007 deu-se seguimento à actualização do Plano Municipal de Emergência, sendo que desde Novembro de 2007 é possível consultar, na página da Câmara Municipal, uma versão resumida desse plano.

No âmbito do Congresso Mundial de Salvamento Aquático, realizou-se, no final do mês de Setembro, ao largo da Praia de Matosinhos, o exercício “Mar Seguro 2007”. Este simulacro contou com a participação do DSPC, que teve a seu cargo a coordenação das operações terrestres.



Procedeu-se, também, ao levantamento de riscos das escolas básicas e jardins infantis públicos e à verificação das condições de transporte de contentores de matérias perigosas.



No que diz respeito ao socorro às populações, a equipa de intervenção e apoio a situações de emergência, criada em 2006, esteve presente e desenvolveu as suas atribuições em situações como cheias e inundações, aluimentos de terras, incêndios de diferentes tipos, no restabelecimento das condições de circulação nas vias municipais após acidentes ou derrames de óleo.

Descrição de ocorrências da Protecção Civil	2007
Limpeza de pavimento	68
Sinalização de aluimento	50
Incêndios urbanos	16
Incêndios rurais	7
Inundações	14
Vistorias técnicas de risco	40
Exercícios simulacros	15
Derrocadas	11
Queda de árvore	2
Atendimento a Municípes	120
Vedações de situações de risco	69
Explosões em edifícios de habitação	1
Acidentes de viação com autocarro	1
Fugas de gás	3
Limpezas de praia	1
Acompanhamento da manutenção de Pipeline	1
Apoio na elaboração dos Planos de Emergência	14
Pareceres para a emissão da licença especial de ruído para o lançamento de fogo de artifício	11
Vistorias a contentores de matérias perigosas no terminal da CP de Leixões	5
Análise de riscos nas escolas	45
Acções de formação à população	1

Durante o ano 2007, manteve-se o apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho, quer através da comparticipação financeira, quer pela atribuição de distinções honoríficas, durante a comemoração do Dia Municipal do Bombeiro.



Ao longo deste ano concluiu-se o Projecto IMAPS, tendo o DSPC participado nas três reuniões de trabalho que se realizaram em Brest (França), Constanta (Roménia) e Taranto (Itália), onde apresentou trabalhos desenvolvidos e propostas de soluções no âmbito da Gestão Integrada de Riscos e Factores Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável das Áreas Periféricas Portuárias.

**FISCALIZAÇÃO**

A Fiscalização participou em acções preventivas de riscos de salubridade, fiscalizando casas e terrenos abandonados, e accionando os mecanismos legais para a limpeza de terrenos e matas. Prestou também colaboração na Romaria do Senhor de Matosinhos, no controle e ordenamento dos comerciantes/feirantes. A colaboração com outros serviços do Departamento, nomeadamente os Serviços de Protecção Civil e a Polícia Municipal, constitui outra das vertentes desta unidade orgânica.

Durante o ano de 2007, e no âmbito das actividades desenvolvidas pela Fiscalização, é de realçar o peso das questões de índole ambiental: limpeza de terrenos, viaturas abandonadas, edifícios em mau estado de conservação e limpeza, lixos e publicidade, entre outras.

Durante o ano transacto foi ainda possível organizar a inventariação e sistematização dos dados relativos aos terrenos urbanos que habitualmente carecem de intervenção nos termos atrás aludidos, ferramenta de grande importância no futuro.

Igualmente se destacam o total de intervenções em temáticas ligadas ao regime jurídico de urbanização e edificação.

<u>DILIGENCIAS TOTAIS 2007</u>					
Designação	Participações	Autos	Mov.Proc.Adm.	Embargos	Totais
Processos de Contra-Ordenação			157		157
Notificações/Editais C.O.			10		10
Editais Expropriações			3		3
Terrenos Vedar e Limpar	230	108	301		639
Viaturas abandonadas	94		2		96
Edifícios em mau estado	11		70		81
Canídeos		2	12		14
Gatos			1		1
Lixos		2	54		56
Publicidade		246	20		266
Poluição Atmosférica			7		7
Obras Particulares	158	105	171		434
OVPs Obras	1	7	18		26
OVPs diversas	2	8	21		31
utilização do solo		2	0		2
Aterros	2	1	13		16
Utilização de edificações		8	2		10
Antenas de telecomunicações			3		3
Depósitos de Sucata		2	7		9
Águas na via pública			10		10
Galinheiros Insalubridades		1	15		16
Maus cheiros			13		13
Venda Ambulante			1		1



Abate de árvores			1		1
Árvores em queda			3		3
Barracos			0		0
Gás - instalações ou depósito			0		0
Utilização REN			0		0
Linhas de água			0		0
Estaleiros de construção civil			8		8
Anomalias em bens afectos ao domínio público	327	1	14		342
Galinheiros			1		1
Estabelecimentos restauração e bebidas	2	23	26		51
Estabelecimentos ginásio			0		0
Estabelecimentos de Produtos Alimentares		2	2		4
Oficinas		1	4		5
Ruído			21		21
Estabelecimentos industriais			5		5
Avisos de publicitação dos Pedidos de Licenciamento		13	9		22
Licenças de construção emitidas para fiscalização			0		0
Notificações DGU			2		2
Processos DGU(reclamações e solicitações diversas)			362		362
Pedidos de Informação da DMAGF/Taxas e Licenças			451		451
Notificações Taxas e Licenças			60		60
Pedidos de Informação DASU			115		115
Embargos			54	54	108
Notificações DASU			0		0
Outros/diversos	3	2	16		21
OVPs Esplanadas		2	1		3
Obras Municipais			0		0
Livros de Obra			0		0
Horários de estabelecimentos			0		0
Desobediência a embargo	4	1	0		5
Avisos de obra licenciada			0		0
Rampas			0		0
Trabalho administrativo/atendimento			0		0
Armazéns Gerais/ oficina			0		0
Depósitos de combustível			3		3



Lojas de animais ou produtos para animais	1	1	0		2
Cabeleireiros		5	3		8
Ruas sujas com terra			2		2
Grua não autorizada		1	3		4
Vigilância de Embargo			32		32
Intervenções em tribunal			0		0
Posse Administrativa			3		3
Contra Ordenações			0		0
TOTAL	835	544	2112	54	3545

CONTRA ORDENAÇÕES

A este serviço afluem processos das mais diversas procedências no âmbito da fiscalização exercida pelos serviços da Câmara. Para além disso, fizeram parte das atribuições deste serviço as acções de fiscalização do trânsito levadas a cabo pela Polícia Municipal, assim como acções de fiscalização exercidas por entidades externas.

	2007	
PROCESSOS REGISTADOS CO (DIVERSAS)	1512	
PROCESSOS REGISTADOS CO (TRÂNSITO)	8293	
TAXAS VEÍCULOS:	2539	
BLOQUEAMENTOS *		1136
REBOQUES *		825
DEPÓSITO*		578
PROCESSOS ARQUIVADOS CO (DIVERSAS)	1209	
PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO CO (DIVERSAS)	2052	
PROCESSOS EM TRIBUNAL CO (DIVERSAS)	879	
OFÍCIOS:	7340	
CO (DIVERSAS)		2619
CO (TRÂNSITO)		4721



Execução do Plano de Actividades

Desporto

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



Não obstante grande parte da política desportiva da Autarquia ser implementada através da empresa municipal “MatosinhoSport”, importa salientar neste relatório o significativo reforço que a Câmara Municipal promoveu em torno do apoio aos escalões de formação, tendo duplicado com esse desiderato o número de protocolos existentes com Associações e Federações de múltiplas modalidades.



2007 foi também o ano de aprovação e já, em parte, de implementação das novas regras de apoio ao associativismo desportivo no concelho, através do documento “Normas de Apoio ao Associativismo” largamente debatido com todos os agentes desportivos do concelho e, posteriormente, aprovado pela Câmara Municipal.





Execução do Plano de Actividades

Administração Geral

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



No âmbito da Administração Geral, apresentam-se, em moldes sucintos, os indicadores respeitantes às actividades desenvolvidas em cada secção durante o ano de 2007. A análise comparativa face ao ano anterior, permite-nos constatar um acréscimo considerável na expedição de correspondência. Por outro lado, assistimos ao surgimento de uma série de novas licenças, decorrente da regulamentação em sede de actividades diversas. Finalmente, é de assinalar o elevado montante de taxas impugnadas em sede de processos de ocupação da via pública com condutas de produtos petrolíferos e cujo processo de cobrança coerciva se encontra suspenso em virtude de prestação de garantias em instância executiva. No entanto, convém referir que, no ano em apreço, foi efectuado o pagamento, por parte da BP Portuguesa, do processo referente ao ano 2001, no valor de 332.564,15 euros.



EXPEDIENTE

Correspondência	2006	2007
Recebida	19.023	21.956
Expedida	26.432	37.296

TAXAS E LICENÇAS

<i>Publicidade e Ocupação da Via Pública</i>	2006	2007
Processos Novos	533	575
Licenças Emitidas	4.953	4.930
Averbamentos	71	62
Proc. Oficiosos – Lic. não renov. dentro prazo	193	29



Cemitérios	2006	2007
Licenças de Adornos	202	105
Trasladações e Exumações	113	122
Averbamentos de Jazigos	33	34
Enterramentos	388	343
Concessão e revalidação de Ossários	1441	1219
Construção de Jazigos	-	3

Licenças Diversas	2007	2007
Licenças de caça	149	123
Lixos Industriais e Comerciais	255	130

Ciclomotores/Motociclos	2006	2007
Licenças de Condução	268	122
Registos Novos	42	-
Averbamentos	151	-
Emissão de 2ªs Vias	62	26

Assuntos Diversos	2006	2007
Fiscalização Urbanística – Processos oficiosos	73	209
Guias de diversos assuntos	280	410
Guias de Canídeos	-	255
Emissão de Certificado Comunitário	-	50
Emissão de licença de ruído	-	35



<i>Actividades Diversas</i>	2006	2007
<i>Fogueiras e Queimadas</i>	-	2
<i>Realização de Divertimentos Públicos</i>	-	10
<i>Vendedor Ambulante Lotarias</i>	-	1
<i>Registo de Máquinas Diversão</i>	-	16
<i>Licenças de Exploração</i>	-	101
<i>Transferência de Propriedade</i>	-	6

EXECUÇÕES FISCAIS

No que respeita aos processos de ocupação da via pública com condutas de produtos petrolíferos a situação é a seguinte:

EMPRESA	Nº. PROCESSO	VALOR	SITUAÇÃO DO PROCESSO
Cepsa Portuguesa Petroleos S A	12/2000	1.042.537,48 €	Impugnado
	16/2000	1.422.470,85 €	Impugnado
	10/2001	1.463.945,29 €	Impugnado
	22/2002	1.528.409,22 €	Impugnado
	29/2003	1.581.891,60 €	Impugnado
	23/2004	1.634.074,04 €	Impugnado
	54/2005	1.671.649,12 €	Impugnado
	38/2006	1.710.197,12 €	Impugnado/Reclamação
	35/2007	1.763.193,04 €	Impugnado
BP Portuguesa	10/2000	236.862,66 €	Impugnado
	13/2000	323.138,09 €	Impugnado
	09/2001	332.564,15 €	Pago - 26/12/2007
	21/2002	347.202,93 €	Impugnado
	28/2003	359.350,90 €	Impugnado
	22/2004	371.205,34 €	Impugnado
	56/2005	379.741,44 €	Impugnado
	37/2006	388.490,50 €	Impugnado
	34/2007	400.531,96 €	Impugnado
Repsol Portuguesa S A	08/2000	285.222,36 €	Impugnado
	15/2000	389.158,10 €	Impugnado
	12/2001	400.511,40 €	Impugnado
	24/2002	418.146,39 €	Impugnado
	31/2003	432.777,79 €	Impugnado



Repsol Portuguesa S A (cont.)	25/2004	447.053,89 €	Impugnado
	53/2005	457.333,70 €	Impugnado
	40/2006	467.878,19 €	Impugnado
	39/2007	482.377,21 €	Impugnado
Petróleos Portugal Petrogal S A	11/2000	266.379,03 €	Impugnado
	14/2000	363.483,11 €	Impugnado
	76/2000	306.261,91 €	Impugnado
	11/2001	374.093,41 €	Impugnado
	124/2001	315.243,26 €	Impugnado
	23/2002	719.692,02 €	Impugnado
	30/2003	744.879,24 €	Impugnado
	24/2004	769.453,25 €	Impugnado
	55/2005	787.134,62 €	Impugnado
	39/2006	805.269,48 €	Impugnado
	38/2007	830.209,92 €	Anulado (16/04/2007)
	121/2007	830.209,92 €	Impugnado
Portgás - Soc. Prod. E Dist.Gás S A	15/2004 e apensos	982.928,90 €	Impugnado
	99/2004	1.724,54 €	Impugnado
	100/2004	1.116,26 €	Impugnado
	105/2004	2.428,92 €	Impugnado
	116/2004	973,98 €	Impugnado
	132/2004	12.059,19 €	Impugnado
	153/2004	430,26 €	Impugnado/Oposição
	160/2004	298,41 €	Impugnado
	30/2005	23.235,90 €	Envio C.P. Porto (Citação)
	45/2005	20.206,81 €	Impugnado
	57/2005	37.939,40 €	Impugnado (C.P. Porto)
	154/2005	3.151,82 €	Impugnado/Oposição
	164/2005	2.481,15 €	Impugnado/Oposição
	170/2005	428,01 €	Impugnado/Oposição
	176/2005	1.027,79 €	Impugnado
	199/2005	3.587,10 €	Impugnado
	284/2005	7.681,47 €	Impugnado/Oposição
	06/2006	252,47 €	Impugnado
	22/2006	732,11 €	Impugnado
	36/2006	370,70 €	Impugnado
	47/2006	46.739,90 €	Impugnado
	137/2006	5.838,86 €	Impugnado
	141/2006	7.365,00 €	Impugnado/Oposição
	243/2006	3.372,27 €	Impugnado
	244/2006	3.126,36 €	Impugnado



	262/2006	2.066,24 €	Impugnado/Oposição
	300/2006	13.219,13 €	Impugnado/Oposição
	308/2006	447.095,00 €	Envio C.P. Porto (Citação)
	08/2007	742,68 €	Impugnado
	18/2007	75,82 €	Impugnado
	26/2007	1.540,33 €	Impugnado
	36/2007	298.645,16 €	Impugnado

EMPRESA	Nº. PROCESSO	VALOR	SITUAÇÃO DO PROCESSO
Portgás - Soc. Prod. E Dist.Gás S A (cont.)	122/2007	7.776,11 €	Impugnado/Oposição
	124/2007	313,65 €	Impugnado/Oposição
	145/2007	1.346,76 €	Impugnado/Oposição
	150/2007	519,27 €	Impugnado/Oposição
	155/2007	1.913,85 €	Impugnado/Oposição
	187/2007	75,07 €	Impugnado/Oposição
	192/2007	250,56 €	Impugnado/Oposição
	01/2008	1.222,67 €	Impugnado/Oposição
	11/2008	2.018,90 €	Impugnado/Oposição
	14/2008	1.008,75 €	Impugnado/Oposição
Valor Total		28.636.777,39 €	

Quanto aos processos relativos à cobrança de dívidas de outra natureza, o movimento foi o seguinte:

Natureza da dívida	Certidões	Montante
PUBLICIDADE	19	4.887,47 €
OCUPAÇÃO VIA PÚBLICA	40	1.484,26 €
MERCADO	10	377,03 €
METROLOGIA	2	46,03 €
OSSÁRIOS	28	267,63 €
RECOLHA DE LIXOS	2	892,52 €
ARMAZÉNS	4	12.084,46 €
Total	105	20.039,40 €



NOTARIADO PRIVATIVO

Escrituras públicas

Objecto	Nº	Visto Tribunal de Contas
Compra e venda	17	1
Constituição de direito de superfície	5	-
Concessão de exploração	2	2
Constituição de associação	1	-
Hipoteca	1	-

Contratos avulsos

Objecto	Nº	Visto Tribunal de Contas
Empreitada	33	24
Prestação de serviços	23	3
Fornecimentos	2	1
Abertura de crédito	1	1

APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

Reuniões / Sessões

Órgão	2006	2007
Câmara Municipal	30	30
Assembleia Municipal	6	7
Conselho de Administração SMAS	23	23



R

elatório de Gestão

Relatório de Actividades e de Gestão

2007



Matosinhos
Câmara Municipal



1. RESUMO

O ano 2007 ficou marcado, à semelhança do ano anterior, por ter apresentado, quer ao nível da receita, quer ao nível da despesa, uma taxa de execução elevada, de 77,4% e 79% respectivamente. Se desagregarmos as receitas e despesas em correntes e capital, podemos concluir que foram as receitas correntes e as despesas correntes que mais contribuíram para o total do seu agregado, representando respectivamente 95,3% e 67,6% do seu valor total, sendo as receitas correntes superiores às despesas correntes. Desta forma, em 2007, gerou-se uma poupança corrente na ordem dos 23 milhões de euros.

Assim, o montante de receita arrecadada em 2007 ascendeu a 87.467.654,10 euros, contra os 85.273.212,19 euros de 2006, o que corresponde a um aumento de 2,6%, variação esta decorrente do aumento da receita corrente arrecadada ao nível dos Impostos Directos, principalmente do Imposto Municipal Sobre Imóveis e do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas. Também é importante realçar que, a receita própria representa 76,3% da receita total, contra 23,7% da receita alheia e, em comparação com 2006, o contributo da receita própria no total da receita aumentou cerca de 6,6 p.p., o que demonstra o aumento da autonomia financeira da autarquia, ou seja, diminuição da dependência face ao exterior.

No que se refere à despesa total, que ascendeu a 89.179.735,88 euros assistiu-se a um acréscimo da ordem dos 3,1% face a 2006. Existem três capítulos que assumem maior relevância ao nível da despesa, cujo peso naquela grandeza se assemelha: são eles as despesas com pessoal (que representam, em 2007, 22,6% da despesa global), a aquisição de bens e serviços, cujo peso foi de 29,6%, e a aquisição de bens de capital (investimento próprio), que representou um peso relativo na despesa global de 23,2%.

No que concerne à repartição da despesa global paga, no montante de 89.179.735,88 euros, pelos planos e funcionamento, verifica-se que, cerca de 61,7% foi afectada às Grandes Opções do Plano (GOP's), com a distribuição de 23,4% para o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e, 38,3% para o Plano de Actividades Municipais (PAM), ficando apenas 38,3% para as despesas de funcionamento.

Sinteticamente, no que respeita às GOP's, que absorveram cerca de 54 milhões de euros, o destaque vai, à semelhança do ano anterior, para as "Funções Sociais", as quais representaram cerca de 68,5% daquele valor, sendo de salientar a percentagem atingida pelo item "Habitação e Serviços Colectivos", que se demarca claramente de todos os demais, representando cerca de 32,2% dos fundos afectos aos dois Planos (PPI e PAM).

Finalmente, uma referência aos limites legais, endividamento e pessoal, os quais não só se mantêm inviolados, como ainda se situam em patamares relativamente confortáveis.



2. RECEITA

2.1 Execução Orçamental da Receita

O Quadro n.º 1 permite-nos analisar, por um lado, a previsão inicial da receita, que se cifrou no ano de 2007 em 119.917.575,00 euros, a diminuição da previsão da receita, no montante de 6.962.892,95 euros e o grau de execução da mesma. Ao nível da previsão da receita, apesar de se ter assistido a um reforço no montante de 13.854.002,59 euros, devido sobretudo à incorporação do saldo da gerência anterior (no montante de 10.329.999,34 euros) e de 2.410.000,00 euros relativo ao empréstimo contratado com o BPI, em termos globais o orçamento da receita diminuiu pelo facto das deduções terem sido superiores. A dedução da receita, no montante de 20.816.895,54 euros, ficou-se a dever não só à diminuição da previsão do Imposto Indirecto relativo à ocupação da via publica, no montante de 11.900.986,42 euros, como também à diminuição da previsão da venda de bens de investimento (terrenos), das transferências correntes e de capital e da venda de bens e serviços correntes no montante de 5.000.000,00 euros, 3.829.909,12 euros e 86.000,00 euros respectivamente. Relativamente às transferências, a sua redução deveu-se, por um lado, à não aprovação da candidatura efectuada ao POS_C – Escolas do Conhecimento Interactivo e, por outro lado, à aprovação, mas em regime de overbooking, de candidaturas efectuadas ao FEDER para construção de vários arruamentos e equipamentos culturais.

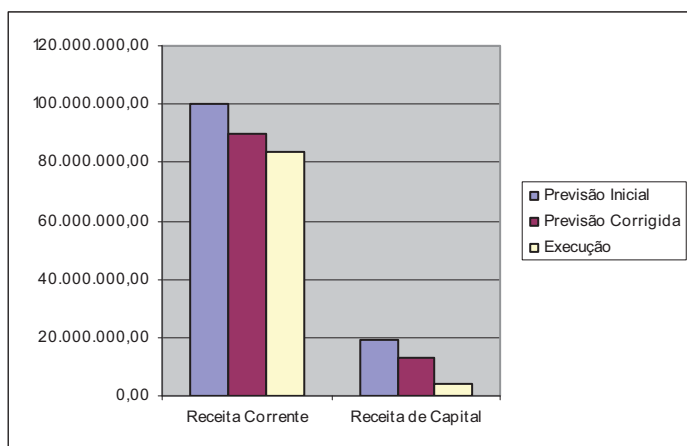
Quadro n.º1
Execução da Receita

Capítulos	Previsão Inicial (a)	Previsão Corrigida (b)	Execução (c)	Desvio (c)-(b)	(Un: Euros)	
					% Exec. (c)/(a)	% Exec. (c)/(b)
Receitas Correntes	100.431.229,00	89.556.616,17	83.364.847,72	-6.191.768,45	83,0	93,1
01 Impostos Directos	41.987.405,00	42.032.405,00	49.886.229,13	7.853.824,13	118,8	118,7
02 Impostos Indirectos	30.010.548,00	18.109.561,58	7.239.866,51	-10.869.695,07	24,1	40,0
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	1.869.496,00	1.869.496,00	1.757.705,78	-111.790,22	94,0	94,0
05 Rendimentos de Propriedade	3.034.262,00	3.034.262,00	3.334.717,52	300.455,52	109,9	109,9
06 Transferências Correntes	14.953.058,00	16.020.431,59	16.717.838,76	697.407,17	111,8	104,4
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	8.376.263,00	8.290.263,00	4.258.041,03	-4.032.221,97	50,8	51,4
08 Outras Receitas Correntes	200.197,00	200.197,00	170.448,99	-29.748,01	85,1	85,1
Receitas de Capital	19.486.344,00	13.068.064,54	4.098.543,95	-8.969.520,59	21,0	31,4
09 Vendas de Bens de Investimento	10.030.009,00	5.030.009,00	69.820,34	-4.960.188,66	0,7	1,4
10 Transferências de Capital	9.450.064,00	5.621.784,54	3.733.473,08	-1.888.311,46	39,5	66,4
11 Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
12 Passivos Financeiros	1,00	2.410.001,00	295.250,53	-2.114.750,47	29525053,0	12,3
13 Outras Receitas de Capital	6.270,00	6.270,00	0,00	-6.270,00	0,0	0,0
Outras Receitas	2,00	10.330.001,34	4.262,43	-10.325.738,91	213121,5	0,0
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	2,00	2,00	4.262,43	4.260,43	213121,5	213121,5
16 Saldo da Gerência Anterior	0,00	10.329.999,34	0,00	-10.329.999,34	0,0	0,0
Total da Receita	119.917.575,00	112.954.682,05	87.467.654,10	-25.487.027,95	72,9	77,4

Um dos primeiros aspectos a ressaltar da análise do quadro anterior, prende-se com o acréscimo da receita arrecadada, face ao ano de 2006, em cerca de 2 milhões de euros, o que expressa uma taxa de crescimento na ordem dos 2,6%. No entanto, apesar de em alguns itens da receita o valor da cobrança efectiva ter sido superior ao inicialmente previsto, em termos globais a receita cobrada foi inferior à previsão, correspondendo a uma taxa de execução de 72,9% face ao orçamento inicial e de 77,4% face ao corrigido.



Gráfico 1



Da análise da execução das **Receitas Correntes** pode-se constatar a excelente performance a nível dos Impostos Directos, Taxas, Multas e Outras Penalidades, Rendimentos de Propriedade e Transferências, todas elas com taxas de execução próximas ou superiores a 100%. O mesmo não se poderá dizer relativamente às rubricas de Impostos Indirectos e de Vendas de Bens e Serviços Correntes, que tiveram uma taxa de execução de apenas 24,1% e 50,8% respectivamente.

O comportamento dos Impostos Indirectos justifica-se pelo facto de não terem sido cobrados, mas debitados ao Tesoureiro, os documentos relativos à Ocupação da Via Pública das petrolíferas e da Portgás, que representam, só no ano de 2007, o valor de 3.787.480,05 euros. Uma vez que a Previsão da receita desta rubrica teve em consideração não só a receita prevista para 2007, mas também parte da dívida acumulada de anos anteriores das empresas petrolíferas, a taxa de execução cifrou-se num valor bastante baixo, já que só se efectivou a cobrança deste imposto, relativamente à dívida da BP referente ao ano de 2001 (332.564,15 euros), apesar de existirem mais acordos do tribunal, favoráveis à Câmara, transitados em julgado..

As **Receitas de Capital** caracterizaram-se por um comportamento antagónico ao das receitas correntes, ou seja, apresentam uma fraca execução, principalmente ao nível da rubrica “Vendas de Bens de Investimento”, o que pode ser visto positivamente, uma vez que não foi necessário recorrer à venda de activos para fazer face à Despesa. Quanto aos Passivos Financeiros, a sua fraca execução, de 12,3% face à previsão corrigida, deve-se à reprogramação financeira das empreitadas que estão na base da contratação do empréstimo, o que fez com que se utilizasse apenas 295.250,53 dos 2.410.000,00 euros contratados. Já as Transferências de Capital tiveram uma execução na ordem dos 66%, inferior à prevista, devido a atrasos nos pagamentos, por parte do FEDER, relativos a comparticipações comunitárias para a Remodelação do Teatro Constantino Nery e do Museu da Quinta de Santiago.



2.2 Estrutura da Receita

2.2.1 Estrutura Primária - Receita Corrente e de Capital

A estrutura da Receita está retratada no Quadro n.º 2, onde se pode constatar, desde já, que 95,3% corresponde a receita correntes, representando as receitas de capital apenas 4,7% do total da receita arrecadada.

Quadro n.º2

Estrutura da Receita

(Un: Euros)

Capítulos	Valor	Peso %
Receitas Correntes	83.364.847,72	95,3
01 Impostos Directos	49.886.229,13	57,0
02 Impostos Indirectos	7.239.866,51	8,3
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	1.757.705,78	2,0
05 Rendimentos de Propriedade	3.334.717,52	3,8
06 Transferências Correntes	16.717.838,76	19,1
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	4.258.041,03	4,9
08 Outras Receitas Correntes	170.448,99	0,2
Receitas de Capital	4.098.543,95	4,7
09 Vendas de Bens de Investimento	69.820,34	0,1
10 Transferências de Capital	3.733.473,08	4,3
11 Activos Financeiros	0,00	0,0
12 Passivos Financeiros	295.250,53	0,3
13 Outras Receitas de Capital	0,00	0,0
Outras Receitas	4.262,43	0,0
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,0
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	4.262,43	0,0
16 Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,0
Total da Receita	87.467.654,10	100,0

Analisando agora as diversas rubricas económicas, podemos verificar que os Impostos Directos são responsáveis pela arrecadação de mais de metade do total da receita, obtendo um aumento do peso, face ao ano de 2006, em 6 pontos percentuais.

Também as Transferências assumem um peso relevante na estrutura da Receita, com uma acentuada vantagem das correntes, mostrando a importância que representam para a autarquia o Fundo de Equilíbrio Financeiro e a participação no IRS (que mais não são do que a participação em impostos do Estado) bem como o Fundo Social Municipal (receita consignada em 2007 às despesas dos municípios com a educação), embora relativamente a este seja em menor escala. Convém ainda salientar que a importância destes Fundos Municipais se revela maior nas transferências correntes do que nas de capital, já que é lá que se enquadram as verbas provenientes da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), no montante de 2.947.301,22 euros, relativas ao “Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar”, “Programa de Generalização do Ensino do Inglês e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico” e “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico”.



Quanto aos Impostos Indirectos, o seu peso no total das receitas arrecadadas tem vindo a aumentar desde 2005 sendo, como se pode ver no Quadro n.º 7, em 2005 de 4,5%, em 2006 de 6,2% e em 2007 de 8,3%

Quadro n.º3

Desagregação dos Impostos Indirectos

(Un: Euros)

Impostos Indirectos	2005	Peso %	2006	Peso %	2007	Peso %	Var. %
Mercados e Feiras	3.362,62	0,08	4.420,78	0,08	4.311,44	0,06	-2,47
Loteamento e Obras	3.476.899,15	86,38	4.759.888,28	90,74	6.342.822,65	87,61	33,26
Ocupação da Via Pública	131.202,64	3,26	99.755,52	1,90	413.582,96	5,71	314,60
Publicidade	278.136,28	6,91	258.872,07	4,94	240.625,20	3,32	-7,05
Outros	135.423,07	0,00	122.600,88	2,34	238.524,26	3,29	94,55
Total	4.025.023,76	100,00	5.245.537,53	100,00	7.239.866,51	100,00	38,02

O aumento de Impostos Indirectos arrecadados deve-se essencialmente, como se pode ver no Quadro n.º 3, à receita proveniente de Loteamento e Obras que em 2007 cifrou-se em 6.342.822,65 euros. Mas o comportamento positivo deste item deu-se também a outro nível, já que no final do ano tinha-se conseguido reduzir o valor da receita por cobrar, no início de 2007, em 75%.

Relativamente à Venda de Bens e Serviços Correntes, o seu peso no total das receitas arrecadadas sofreu uma diminuição, face ao ano anterior, de 1,7 pontos percentuais. Esta diminuição é justificada pela rubrica “Serviços Específicos das Autarquias – Resíduos Sólidos”, onde a autarquia arrecadou em 2007 menos 1.350.091,34 euros do que em 2006, ano este em que os Serviços Municipalizados de Águas pagaram taxas de resíduos sólidos relativas a exercícios anteriores num montante muito semelhante àquele valor.

Em ordem decrescente de contributo, seguem-se os Rendimentos de Propriedade, Taxas, Multas e Outras Penalidade, Passivos Financeiros e Venda de Bens de Investimento com um peso de 3,8%, 2,0%, 0,3% e 0,1%, no total das receitas arrecadadas, respectivamente.

Analisando agora o núcleo essencial da Receita – Impostos Directos – podemos ver que o valor arrecadado aumentou face ao ano de 2006 em 6.367.479,18 euros, tendo sofrido algumas variações a nível do contributo relativo de cada um dos impostos. Neste sentido, podemos constatar que relativamente aos Impostos Abolidos arrecadados houve um decréscimo significativo, face ao ano anterior, com a diminuição da Contribuição Autárquica e do Imposto Municipal de SISA, em 21,97% e 16,35% respectivamente. Quanto ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), ao Imposto Municipal sobre Veículos e à Derrama, apesar do seu peso no total dos Impostos Directos ser semelhante ao de 2006, o valor globalmente arrecadado aumentou em 3.800.667,63 euros. Já o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis assistiu a um aumento do seu peso passando de 30,39% em 2006 para 32,58% em 2007 e a um acréscimo, face ao ano anterior, de 22,91%, sendo um dos impostos, juntamente com o Imposto Municipal sobre Imóveis, que mais contribuiu para o aumento dos Impostos Directos.

**Quadro n.º4**

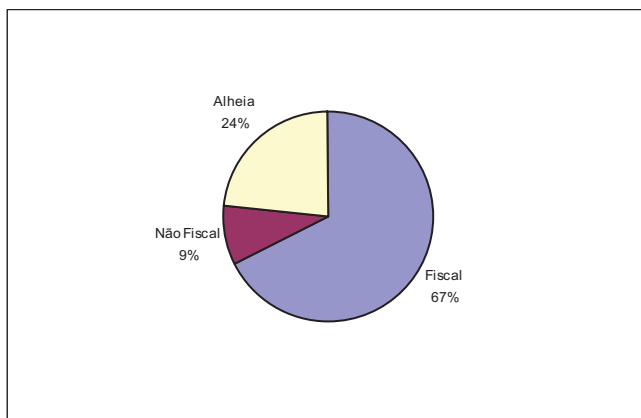
Desagregação dos Impostos Directos

(Un: Euros)

Impostos Directos	2006	Peso %	2007	Peso %	Var.%
Imposto Municipal sobre Imóveis	17.664.916,93	40,59	20.240.124,31	40,57	14,58
Imposto Municipal sobre Veículos	2.374.594,64	5,46	2.536.599,96	5,08	6,82
Imp. Mun. s/ Transm. Onerosas de Imóveis	13.223.566,41	30,39	16.253.169,16	32,58	22,91
Derrama	8.090.511,19	18,59	9.153.966,12	18,35	13,14
Impostos Abolidos					
Contrib. Autárquica	644.447,74	1,48	503.213,32	1,01	-21,92
Imp. Munic. SISA	1.360.564,89	3,13	1.138.123,30	2,28	-16,35
Contribuição Especial	160.148,15	0,37	61.032,96	0,12	-61,89
Total	43.518.749,95	100,00	49.886.229,13	100,00	14,63

2.2.2 Receita Própria e Receita Alheia

Neste ponto pretendemos dar uma visão da autonomia e equilíbrio financeiro da Autarquia. Pela análise do Quadro n.º 5 podemos constatar que os fundos próprios representam 76,3% do total da receita, enquanto que as receitas alheias tem um contributo que se fica pelos 23,7%, o que revela uma autonomia financeira consistente e, em termos percentuais, superior em 6,6 pontos face ao ano 2006, explicada essencialmente pela arrecadação da receita ao nível dos Impostos Directos e Indirectos.

Gráfico 2

Observando agora para a estrutura das receitas próprias, podemos constatar que a receita fiscal contribui em cerca de 88% para aquele agregado, sendo que o peso dos impostos directos é cerca de 75%. Já a receita não fiscal representa cerca de 12% das receitas próprias da Autarquia.

Por outro lado, quer a nível da Receita Total quer a nível da Receita Própria, assistiu-se ao aumento do peso relativo dos Impostos Directos e Indirectos – explicado principalmente pelo aumento das verbas referentes ao Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, Imposto Municipal sobre Imóveis, Derrama e a Loteamento e Obras respectivamente, em mais de 8 milhões de euros – e a uma



diminuição do contributo relativo da Venda de Bens e Serviços Correntes, situação esta que já foi explicada no ponto anterior.

Já no que se refere às Receitas Alheias, apesar de a Autarquia ter recebido menos 5 milhões de euros do que no ano anterior, devido essencialmente ao decréscimo do contributo relativo das Outras Transferências de 39,52% para 22,56% (em 2006 havíamos recebido 2,2 milhões de euros das Estradas de Portugal e 3 milhões da PolisMatosinhos), assistimos a um acréscimo do peso relativo dos Fundos Municipais (de 60,45% em 2006 passaram a representar 76% em 2007).

Quadro n.º5

Receita Própria *versus* Receita Alheia

(Un: Euros)

Receita	Valor	Peso %		
		Rec. Global	Rec. Própria	Rec. Alheia
Própria	66.716.829,30	76,3	100,00	
<i>Fiscal</i>	58.883.801,42	67,3	88,26	
Impostos Directos	49.886.229,13	57,0	74,77	
Impostos Indirectos	7.239.866,51	8,3	10,85	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.757.705,78	2,0	2,63	
<i>Não Fiscal</i>	7.833.027,88	9,0	11,74	
Rendimentos de Propriedade	3.334.717,52	3,8	5,00	
Venda de Bens e Serviços Correntes	4.258.041,03	4,9	6,38	
Vendas de Bens de Investimento	69.820,34	0,1	0,10	
Outras	170.448,99	0,2	0,26	
Alheia	20.750.824,80	23,7		100,00
Fundos Municipais (FEF/FSM/IRS)	15.770.266,00	18,0		76,00
Outras Transferências	4.681.045,84	5,4		22,56
Passivos Financeiros	295.250,53	0,3		1,42
Outras Receitas	4.262,43	0,0		0,02
Total da Receita	87.467.654,10	100,0		

2.2.3 Composição da Receita Alheia

Para financiamento da actividade municipal, além das receitas próprias, os municípios dispõem ainda das transferências do Orçamento do Estado, bem como do acesso aos fundos comunitários/nacionais ou do recurso a empréstimos junto da banca. No ponto 4.1 esmiuçaremos melhor a questão das fontes de financiamento do investimento municipal, limitando-nos por agora, em dissecar e analisar o peso de cada uma das componentes da chamada Receita Alheia.

Observando o Quadro n.º 6, conclui-se que as Transferências absorvem 98,56% das Receitas Alheias, uma percentagem um pouco inferior à verificada em 2006, face ao aumento do peso relativo dos Passivos Financeiros, que passou de 0% em 2006 para 1,42% em 2007, devido à utilização de empréstimo no montante de 295.250,53 euros.



No entanto, se desagregarmos as transferências podemos constatar que a participação no IRS, introduzida pela Nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), constitui a principal fatia da Receita Externa (cerca de 35%), seguida da receita proveniente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, representando cerca de 30% da receita alheia. Segue-se com 14,20% a receita proveniente da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) e com 10,73% o Fundo Social Municipal (receita consignada às atribuições de competências transferidas da administração central para os municípios).

Quanto ao montante comparticipado pela DREN – 2.947.301,22 euros – 1.099.055,07 euros resultam do Programa de Desenvolvimento e Expansão do Acordo da Educação Pré-Escolar (Auxiliares de Acção educativa e Componente Social), 1.618.890,00 euros correspondem ao Programa de Generalização do Ensino do Inglês e Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico, 214.356,15 euros resultam do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico e 15.000,00 euros derivam da candidatura efectuada para a elaboração da Carta Educativa. Relativamente à receita proveniente do Fundo Social Municipal, no montante de 2.226.326,00 euros, em 2007 foi totalmente consignada às despesas correntes da Autarquia com a Função Educação.

Quadro n.º 6

Receita Alheia

(Un: Euros)		
Receita Alheia	Valor	Peso %
<i>Transferências</i>	20.451.311,84	98,56
FEF	6.327.199,00	30,49
FSM	2.226.326,00	10,73
Participação no IRS	7.216.741,00	34,78
Comparticipação Comunitária	1.141.959,21	5,50
DREN	2.947.301,22	14,20
Outras Transferências e Subsídios	591.785,41	2,85
<i>Passivos Financeiros</i>	295.250,53	1,42
Empréstimo	295.250,53	1,42
<i>Outras</i>	4.262,43	0,02
Total da Receita Alheia	20.750.824,80	100,0

A comparticipação comunitária teve um decréscimo, face a 2006, na ordem dos 53%, passando de um contributo de 9,5% na receita alheia, no ano transacto, para um peso de 5,5% em 2007. Esta redução deveu-se, por um lado, ao atraso na aprovação de novas candidaturas e, por outro lado, à aprovação de candidaturas, efectuadas ao FEDER, em regime de overbooking (aguardam a disponibilização de verba).

2.3 Evolução da Receita

Da análise do Quadro n.º 7 podemos, de imediato, verificar que a evolução da receita, no seu cômputo geral, assistiu a um acréscimo de 2,6% face a 2006.


Quadro n.º 7
 Evolução da Receita

(Un: Euros)

Capítulos	2005			2006			2007		
	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %
Receitas Correntes	70.878.162,95	79,5	16,5	70.723.591,34	82,9	-0,2	83.364.847,72	95,3	17,9
01 Impostos Directos	38.969.068,57	43,7	-2,0	43.518.749,95	51,0	11,7	49.886.229,13	57,0	14,6
02 Impostos Indirectos	4.025.023,76	4,5	36,3	5.245.537,53	6,2	30,3	7.239.866,51	8,3	38,0
04 Taxas, Multas e Outras Penalidade	13.060.300,52	14,7	491,6	1.694.699,83	2,0	-87,0	1.757.705,78	2,0	3,7
05 Rendimentos de Propriedade	2.469.969,53	2,8	-18,2	3.083.548,62	3,6	24,8	3.334.717,52	3,8	8,1
06 Transferências Correntes	11.180.947,94	12,5	-4,6	11.306.946,70	13,3	1,1	16.717.838,76	19,1	47,9
07 Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.118.250,46	1,3	10,8	5.608.132,37	6,6	401,5	4.258.041,03	4,9	-24,1
08 Outras Receitas Correntes	54.602,17	0,1	-63,1	265.976,34	0,3	387,1	170.448,99	0,2	-35,9
Receitas de Capital	18.254.601,46	20,5	4,3	14.541.743,40	17,1	-20,3	4.098.543,95	4,7	-71,8
09 Vendas de Bens de Investimento	192.700,00	0,2	0,0	6.075,00	0,0	-96,8	69.820,34	0,1	1.049,3
10 Transferências de Capital	15.735.504,46	17,7	21,4	14.521.905,40	17,0	-7,7	3.733.473,08	4,3	-74,3
11 Activos Financeiros	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
12 Passivos Financeiros	2.322.057,00	2,6	-48,8	0,00	0,0	-100,0	295.250,53	0,3	
13 Outras Receitas de Capital	4.340,00	0,0		13.763,00	0,0	0,0	0,00	0,0	-100,0
Outras Receitas	14.522,81	0,0	-83,6	7.877,45	0,0	-45,8	4.262,43	0,0	-45,9
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
15 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	14.522,81	0,0	-83,6	7.877,45	0,0	-45,8	4.262,43	0,0	-45,9
16 Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
Total da Receita	89.147.287,22	100,0	13,7	85.273.212,19	100,0	-4,3	87.467.654,10	100,0	2,6

As **Outras Receitas** tiveram a evolução “negativa”, face ao ano anterior, se bem que o seu carácter residual e o seu peso diminuto pouco contribuem para a tendência genérica da receita global.

Quanto às **Receitas de Capital** podemos constatar uma variação negativa de 71,8% face ao ano anterior, justificada pela diminuição das Transferências de Capital decorrente da aplicação da Nova Lei das Finanças Locais.

No entanto, apesar da Receita de Capital ter tido uma variação bastante negativa, passando de 14.521.905,40 euros em 2006 para 4.098.543,95 euros em 2007, a tendência da Receita Total foi determinada pela evolução positiva (com um acréscimo de 17,9%) das **Receitas Correntes** que, por serem responsáveis por cerca de 95% daquele agregado, fizeram com que a sua variação fosse positiva (2,6%). Ao analisarmos estas receitas, podemos verificar que apesar das Vendas de Bens e Serviços Correntes e das Outras Receitas Correntes terem assistido a uma variação negativa, de 24,1% e 35,9% respectivamente, a evolução positiva das restantes rubricas, cujo contributo no total das Receitas Correntes é bastante superior, compensou essa tendência.



3. DESPESA

3.1 Análise da Despesa na Óptica Orçamental

3.1.1 Execução Orçamental da Despesa

A análise do Quadro n.º 8 permite-nos, desde logo, analisar a despesa sob a perspectiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas – correntes ou de capital – e, por outro, a sua natureza – aquisição de bens serviços, transferências, despesas com pessoal, etc.

Quadro n.º 8
Execução da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	Dotação Inicial (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	Desvio	% Exec. (c)/(a)	% Exec. (c)/(b)
				(c)-(b)		
Despesas Correntes	70.775.873,70	70.567.347,71	60.263.079,98	-10.304.267,73	85,15	85,4
01 Despesas com o Pessoal	27.775.972,10	20.714.763,29	20.131.254,45	-583.508,84	72,48	97,2
02 Aquisição de Bens e Serviços	32.434.871,83	34.754.630,93	26.364.357,70	-8.390.273,23	81,28	75,9
03 Juros e Outros Encargos	996.404,77	1.084.037,77	1.021.554,82	-62.482,95	102,52	94,2
04 Transferências Correntes	5.379.958,00	7.728.984,77	7.201.485,91	-527.498,86	133,86	93,2
05 Subsídios	2.350.000,00	3.292.650,00	3.015.000,00	-277.650,00	128,30	91,6
06 Outras Despesas Correntes	1.838.667,00	2.992.280,95	2.529.427,10	-462.853,85	137,57	84,5
Despesas de Capital	49.141.701,30	42.387.334,34	28.916.655,90	-13.470.678,44	58,84	68,2
07 Aquisição de Bens de Capital	41.700.785,94	33.519.800,73	20.723.966,89	-12.795.833,84	49,70	61,8
08 Transferências de Capital	3.404.909,00	4.452.071,25	3.900.463,58	-551.607,67	114,55	87,6
09 Activos Financeiros	1,00	150.001,00	150.000,00	-1,00	15.000.000,00	100,0
10 Passivos Financeiros	4.036.004,36	4.265.460,36	4.142.225,43	-123.234,93	102,63	97,1
11 Outras Despesas de Capital	1,00	1,00	0,00	-1,00	0,00	0,0
Total da Despesa	119.917.575,00	112.954.682,05	89.179.735,88	-23.774.946,17	74,37	79,0

Neste sentido, podemos constatar que, a dotação da despesa sofreu alterações significativas com as Modificações Orçamentais realizadas durante o ano, beneficiando as despesas de capital ao nível das rubricas de investimento indirecto, activos financeiros e passivos financeiros e, as despesas correntes relativamente às aquisições de bens e serviços, Juros e Outros encargos, transferências correntes, Subsídios e Outras despesas Correntes.

Ao nível da realização das despesas, em 2007, taxa de execução é um pouco superior à da receita em cerca de 1,6 p.p. – 79% face a 77,4% - se considerarmos como referência a dotação final. O montante pago em 2007, (89.179.735,88 euros) foi superior ao de 2006 (86.483.913,56 euros), no entanto, a taxa de execução de 2007 de 79%, foi semelhante à de 2006 de 80,1%, pelo facto de a dotação final da despesa em 2007 (112.954.682,05 euros) ter sido superior em 5 milhões de euros à de 2006 (107.959.408,36). No entanto, também é interessante constatar que, se tivermos em consideração os compromissos assumidos e não a despesa paga, a taxa de execução nos dois anos foi de 89%.

A análise dos dois agregados da despesa, permite-nos constatar que a execução a nível das despesas correntes foi cerca de 85,4% em contraposição aos 68,2% das despesas de capital. O menor desempenho deste bloco ficou-se a dever ao investimento directo, cuja execução se cifrou em cerca de



62%: apesar da aposta clara na construção e conservação de escolas, instalações sociais, habitação e arruamentos – que tiveram, no seu conjunto, uma taxa de execução superior aos 80% –, o que é facto é que o investimento em outras áreas, nomeadamente em equipamento básico, instalações desportivas, parques e jardins e terrenos, não teve execuções igualmente expressivas.

Do lado das despesas correntes, há que salientar o elevado nível de execução de todas as rubricas, principalmente ao nível das Despesas com Pessoal, Juros e Outros Encargos, das Transferências e Subsídios Concedidos, onde a execução se aproximou ou foi de 100%.

3.1.2 Estrutura da Despesa

O Quadro n.º 9 evidencia a estrutura da despesa paga no ano económico em questão: em 2007, à semelhança do ano anterior, foram as despesas correntes que assumiram maior preponderância.

Quadro n.º 9
Estrutura da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	Valor	Peso %
Despesas Correntes	60.263.079,98	67,6
01 Despesas com o Pessoal	20.131.254,45	22,6
02 Aquisição de Bens e Serviços	26.364.357,70	29,6
03 Juros e Outros Encargos	1.021.554,82	1,1
04 Transferências Correntes	7.201.485,91	8,1
05 Subsídios	3.015.000,00	3,4
06 Outras Despesas Correntes	2.529.427,10	2,8
Despesas de Capital	28.916.655,90	32,4
07 Aquisição de Bens de Capital	20.723.966,89	23,2
08 Transferências de Capital	3.900.463,58	4,4
09 Activos Financeiros	150.000,00	0,2
10 Passivos Financeiros	4.142.225,43	4,6
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,0
Total da Despesa	89.179.735,88	100,0

Também podemos constatar que em 2007, tal como em 2006, o contributo mais elevado para a totalidade das despesas pagas foi ao nível da Aquisição de Bens e Serviços, seguindo-se a Aquisição de Bens de Capital e as Despesas com Pessoal.

As Transferências e Subsídios, no seu conjunto, representam cerca de 16% da despesa paga, sendo que, à semelhança do que aconteceu em 2006, as transferências correntes assumem em 2007, face às transferências de capital, um papel dominante. No ponto 3.2.3 serão abordadas, com maior profundidade, estas duas rubricas, já que todas foram abrangidas por acções do Plano, com excepção das transferências efectuadas para a Área Metropolitana do Porto, no valor de 48.290,83 euros, e para as Juntas de Freguesia no âmbito do recenseamento eleitoral e do referendo nacional, que ascendem a 56.209,35 euros.

Já os Juros e Outros Encargos viram o seu peso diminuir face a 2006 (de 2,3% passaram para 1,1%) uma vez que, em 2006, foi realizado excepcionalmente o pagamento de 1.136.472,21 euros por



ordem da sentença judicial do Tribunal Tributário de 1ª Instância do Porto, relativo ao pagamento indevido da Taxa Municipal de Urbanização paga pela IMO-R em Junho 1995.

3.1.3 Compromissos e Despesas Realizadas (pagas e não pagas)

A leitura do Quadro n.º 8, relativo à execução da despesa, permitiu-nos aferir um nível da execução orçamental na ordem dos 79%. Mas se, em vez de compararmos a despesa paga, compararmos a despesa realizada (facturada) com a despesa orçada, teremos uma percentagem de realização um pouco superior – cerca de 81%. Neste sentido, se compararmos a realização da despesa com a sua execução, tendo em atenção a regra do equilíbrio orçamental, mais não teremos do que uma dívida de curto prazo, no exacto valor dos encargos assumidos e não pagos, que, em 2007, se cifra em 2.025.461,91 euros.

Quadro n.º 10
Fases da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	Compromissos (a)	Despesa Realizada (b)	Despesa Realizada (facturada)		Compromissos por realizar (a)-(b)
			Paga	Não Paga	
Despesas Correntes	65.088.912,22	61.856.981,14	60.263.079,98	1.593.901,16	3.231.931,08
01 Despesas com o Pessoal	20.190.054,34	20.131.415,65	20.131.254,45	161,20	58.638,69
02 Aquisição de Bens e Serviços	31.018.587,10	27.954.048,33	26.364.357,70	1.589.690,63	3.064.538,77
03 Juros e Outros Encargos	1.024.239,67	1.022.524,07	1.021.554,82	969,25	1.715,60
04 Transferências Correntes	7.249.221,96	7.202.870,01	7.201.485,91	1.384,10	46.351,95
05 Subsídios	3.015.000,00	3.015.000,00	3.015.000,00	0,00	0,00
06 Outras Despesas Correntes	2.591.809,15	2.531.123,08	2.529.427,10	1.695,98	60.686,07
Despesas de Capital	35.989.148,79	29.348.216,65	28.916.655,90	431.560,75	6.640.932,14
07 Aquisição de Bens de Capital	27.576.975,29	21.150.450,55	20.723.966,89	426.483,66	6.426.524,74
08 Transferências de Capital	4.119.948,07	3.905.540,67	3.900.463,58	5.077,09	214.407,40
09 Activos Financeiros	150.000,00	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
10 Passivos Financeiros	4.142.225,43	4.142.225,43	4.142.225,43	0,00	0,00
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Despesa	101.078.061,01	91.205.197,79	89.179.735,88	2.025.461,91	9.872.863,22

O quadro n.º 10 para além de mostrar, por económica, quais os valores em dívida transitadas para o exercício de 2008, isto é, os montantes relativos a despesa realizada mas não paga, mostra também o montante dos encargos comprometidos no ano de 2007, nos termos das respectivas contratualizações, e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização ou finalização da actividade correspondente. Esse valor ascendeu a 9.872.863,22 euros. Se as actividades tivessem decorrido de acordo com o cronograma inicialmente previsto, poderia o montante da despesa executada (paga) ter sido superior em 11.898.325,13 euros, correspondente aos compromissos não facturados mais a despesa facturada e não paga.

Cabe-nos, ainda, mencionar que, analogamente ao que se verificou em 2006, a dívida a fornecedores concentrou-se fundamentalmente ao nível das Aquisições de Bens e Serviços e de Bens de Capital. Em 2006 estas duas rubricas foram responsáveis por 99,31% dos encargos assumidos e não pagos e em 2007 esta percentagem é de 99,54%.



3.1.4 Evolução da Despesa

Comparando o Quadro n.º 8 com o Quadro n.º 11 podemos concluir que, apesar da execução da despesa em 2007 de 79% ser análoga à de 2006 de 80,1%, ela apresenta um crescimento de 3,1% face ao ano anterior a que corresponde um acréscimo, em termos absolutos, de 2.695.822,32 euros.

Enquanto que as Despesas de Capital assistiram, no seu cômputo geral, a uma diminuição de 4,2%, as Despesas Correntes, influenciadas quer pelas Despesas com Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços e Transferências Correntes, tiveram uma variação positiva de 7%, variação essa que consegue compensar o decréscimo das Despesas de Capital.

Quadro n.º 11
Evolução da Despesa

(Un: Euros)

Capítulos	2005			2006			2007		
	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %	Valor	Peso %	Var. %
Despesas Correntes	48.938.122,46	51,0	18,0	56.303.717,17	65,1	15,1	60.263.079,98	67,6	7,0
01 Despesas com o Pessoal	17.045.634,78	17,7	5,0	18.994.155,75	22,0	11,4	20.131.254,45	22,6	6,0
02 Aquisição de Bens e Serviços	21.188.216,04	22,1	16,4	22.976.694,45	26,6	8,4	26.364.357,70	29,6	14,7
03 Juros e Outros Encargos	832.923,49	0,9	-13,4	1.959.158,60	2,3	135,2	1.021.554,82	1,1	-47,9
04 Transferências Correntes	5.733.469,64	6,0	27,5	6.401.253,84	7,4	11,6	7.201.485,91	8,1	12,5
05 Subsídios	1.150.000,00	1,2	31,1	3.479.245,74	4,0	202,5	3.015.000,00	3,4	-13,3
06 Outras Despesas Correntes	2.987.878,51	3,1	315,9	2.493.208,79	2,9	-16,6	2.529.427,10	2,8	1,5
Despesas de Capital	47.096.340,66	49,0	34,7	30.180.196,39	34,9	-35,9	28.916.655,90	32,4	-4,2
07 Aquisição de Bens de Capital	34.596.882,01	36,0	49,9	22.298.760,23	25,8	-35,5	20.723.966,89	23,2	-7,1
08 Transferências de Capital	7.667.576,02	8,0	-10,5	4.052.159,90	4,7	-47,2	3.900.463,58	4,4	-3,7
09 Activos Financeiros	590.000,00	0,6	0,0	0,00	0,0	-100,0	150.000,00	0,2	0,0
10 Passivos Financeiros	4.241.882,63	4,4	27,5	3.829.276,26	4,4	-9,7	4.142.225,43	4,6	8,2
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
Total da Despesa	96.034.463,12	100,0	25,6	86.483.913,56	100,0	-9,9	89.179.735,88	100,0	3,1

Dentro das **Despesas de Capital** é importante referir que a rubrica que mais contribui para este agregado – Aquisição de Bens de Capital – com 23,2%, assistiu a um decréscimo na ordem dos 7,1%, justificado pela diminuição do investimento da Autarquia em Terrenos, Habitação, Construções Diversas e Bens do Domínio Público, cuja execução, em termos globais, de 13.802.683,69 euros, em 2006, passou para 10.107.888,91 euros, em 2007.

Relativamente às Transferências de Capital verifica-se um decréscimo, em relação ao ano 2006, na ordem dos 3,7% que se deve essencialmente à diminuição da atribuição deste tipo transferência para os Agrupamentos de Escolas do Concelho e Instituições sem Fins Lucrativos. No entanto, o apoio a estas entidades foi consubstanciado através das Transferências Correntes, que assistiram a um crescimento de 12,5% face ao ano anterior.

Já em relação aos Passivos Financeiros (amortização de empréstimos) assistiu-se a um aumento de 8,2%, de 2006 para 2007, devido a erros nos avisos de lançamento do Banco B.P.I. durante o ano 2006, que atrasaram o seu registo contabilístico, em termos orçamentais, para o ano 2007.



Quanto aos Activos financeiros, durante o ano de 2007, é de realçar que o Município acorreu à participação como Membro Fundador da Fundação de Serralves e da Fundação da Casa da Música.

Olhando agora para as **Despesas Correntes**, não podemos deixar, desde logo, de reparar no crescimento, em 14,7%, das Aquisições de Bens e Serviços devido sobretudo ao aumento da aquisição de serviços de publicidade, limpeza e higiene, encargos de instalação e trabalhos especializados.

Quanto aos Subsídios concedidos, verifica-se um decréscimo de 13,3% face aos atribuídos no ano transacto, que tiveram como único destino a empresa municipal Matosinhosport., no montante de 3.015.000,00 euros, conforme contrato-programa aprovado pelo órgão executivo, ao abrigo do artigo 64.º, n.º 4, al. b) da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei N.º 5-A/02 de 11 de Janeiro.

As Despesas com Pessoal assistiram a um crescimento de 6%, face a 2006, embora o seu peso, face à Despesa Total, tenha aumentado apenas em 0,6 pontos percentuais. As Outras Despesas Correntes tiveram, de 2006 para 2007, uma variação positiva de 1,5%, principalmente ao nível da rubrica de Impostos e Taxas.

A análise da execução e variação das Transferências Correntes e de Capital é remetida para o ponto 3.2.3.



3.2 Análise da Despesa na Óptica do Plano

3.2.1 Execução das Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta as intervenções levadas a cabo pelos vários pelouros, organizada por objectivos, programas, projectos e acções. O Quadro n.º 12 espelha a execução das GOP's por funções, permitindo obter informação sobre o esforço financeiro prosseguido pela autarquia nas diversas áreas de intervenção.

Quadro n.º 12

Execução das GOP's

(Un: Euros)

Classificação Funcional	Dotação Inicial (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	Desvios		% Execução
				(b)-(a)	(c)-(b)	
1. Funções Gerais	8.176.094,79	6.940.459,19	3.538.321,43	-1.235.635,60	-3.402.137,76	50,98
1.1.0 Serviços Gerais da Administ. Pública	7.258.593,79	6.116.791,34	3.074.662,86	-1.141.802,45	-3.042.128,48	50,27
1.1.1 Administração Geral	7.258.593,79	6.116.791,34	3.074.662,86	-1.141.802,45	-3.042.128,48	50,27
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	917.501,00	823.667,85	463.658,57	-93.833,15	-360.009,28	56,29
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	546.501,00	580.166,85	371.591,85	33.665,85	-208.575,00	64,05
1.2.2 Polícia Municipal	371.000,00	243.501,00	92.066,72	-127.499,00	-151.434,28	37,81
2. Funções Sociais	51.852.421,13	49.970.338,15	37.689.684,01	-1.882.082,98	-12.280.654,14	75,42
2.1.0 Educação	6.510.118,32	7.983.746,03	6.456.219,83	1.473.627,71	-1.527.526,20	80,87
2.1.1 Ensino não superior	5.042.866,32	6.312.111,51	5.361.594,05	1.269.245,19	-950.517,46	84,94
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	1.467.252,00	1.671.634,52	1.094.625,78	204.382,52	-577.008,74	65,48
2.2.0 Saúde	200.002,00	225.902,00	225.900,00	25.900,00	-2,00	100,00
2.2.1 Serviços individuais de saúde	225.902,00	225.900,00	225.900,00	-2,00	0,00	100,00
2.3.0 Segurança e acção sociais	3.988.720,51	6.155.065,42	5.677.456,87	2.166.344,91	-477.608,55	92,24
2.3.1 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2 Acção Social	3.988.720,51	6.155.065,42	5.677.456,87	2.166.344,91	-477.608,55	92,24
2.4.0 Habituação e serviços colectivos	30.071.277,35	23.770.560,52	17.709.324,27	-6.300.716,83	-6.061.236,25	74,50
2.4.1 Habituação	4.357.002,00	2.802.948,33	2.305.499,52	-1.554.053,67	-497.448,81	82,25
2.4.2 Ordenamento do território	4.502.721,35	3.725.409,42	2.446.673,33	-777.311,93	-1.278.736,09	65,68
2.4.3 Saneamentos	210.002,00	105.157,45	104.949,48	-104.844,55	-207,97	99,80
2.4.4 Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5 Resíduos Sólidos	10.953.400,00	10.620.836,48	8.871.040,84	-332.563,52	-1.749.795,64	83,52
2.4.6 Protecção do meio ambiente	10.048.152,00	6.516.208,84	3.981.161,10	-3.531.943,16	-2.535.047,74	61,10
2.5.0 Serviços Culturais, recreativos e religiosos	11.082.302,95	11.835.064,18	7.620.783,04	752.761,23	-4.214.281,14	64,39
2.5.1 Cultura	4.219.286,95	6.138.728,97	3.691.137,78	1.919.442,02	-2.447.591,19	60,13
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	6.863.016,00	5.696.335,21	3.929.645,26	-1.166.680,79	-1.766.689,95	68,99
2.5.3 Outras actividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Funções Económicas	11.917.317,02	11.085.033,53	7.213.578,00	-832.283,49	-3.871.455,53	65,07
3.1.0 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.0 Indústria e energia	590.000,00	760.001,00	551.893,25	170.001,00	-208.107,75	72,62
3.3.0 Transportes e comunicações	8.712.060,02	6.561.654,88	4.001.701,90	-2.150.405,14	-2.559.952,98	60,99
3.3.1 Transportes rodoviários	8.712.060,02	6.561.654,88	4.001.701,90	-2.150.405,14	-2.559.952,98	60,99
3.3.2 Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3 Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.0 Comércio e turismo	2.174.454,00	3.080.575,65	2.209.769,98	906.121,65	-870.805,67	71,73
3.4.1 Mercados e feiras	820.202,00	413.202,00	59.032,41	-407.000,00	-354.169,59	14,29
3.4.2 Turismo	1.354.252,00	2.667.373,65	2.150.737,57	1.313.121,65	-516.636,08	80,63
3.5.0 Outras funções económicas	440.803,00	682.802,00	450.212,87	241.999,00	-232.589,13	65,94
4. Outras Funções	6.025.602,00	7.327.248,24	6.593.662,99	1.301.646,24	-733.585,25	89,99
4.1.0 Operações da dívida autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0 Transferências entre administrações	5.208.500,00	6.385.021,84	6.000.505,26	1.176.521,84	-384.516,58	93,98
4.3.0 Diversas não especificadas	817.102,00	942.226,40	593.157,73	125.124,40	-349.068,67	62,95
Total	77.971.434,94	75.323.079,11	55.035.246,43	-2.648.355,83	-20.287.832,68	73,07



O valor que inicialmente havia dotado as Grandes Opções do Plano foi deduzido, especialmente pela revisão, tendo-se atingido uma dotação final de 75.323.079,11 euros, o que corresponde a 66,7% da Despesa Total. Daqui se infere a importância atribuída aos investimentos e às actividades com interesse e relevância para a autarquia.

No entanto, apesar de em termos absolutos, face a 2006, se tenha assistido a um acréscimo dos pagamentos em cerca de um milhão de euros, a taxa de execução diminuiu cerca de 4 pontos percentuais.

Podemos, através da análise do quadro, perceber que as Funções Sociais e as Outras Funções foram as que mais corresponderam, em termos de execução, ao que tinha sido planeado. Já as Funções Gerais ficaram aquém do previsto.

Uma vez que cada uma das quatro principais funções encerra em si diversas áreas de intervenção, com taxas de execução díspares, convém esmiuçar um pouco algumas delas, embora a perspectiva geral tenha sido já dada no ponto 3 deste relatório.

Dentro das **Funções Gerais**, podemos observar que ao nível da Segurança e Ordem Pública, enquanto que a Polícia Municipal obteve uma taxa de execução muito baixa – de 37,81% –, o que se explica pelo facto de a construção da sede ter sido adiado, a função Protecção Civil e Luta Contra Incêndios obteve uma execução de 64,5%, derivada principalmente da atribuição de subsídios aos Bombeiros Voluntários do Concelho. Por outro lado a Administração Geral, que abarca quase todas as Direcções Municipais, apresenta uma taxa de execução apenas de 50,27%, principalmente explicada pelos atrasos das empreitadas para construção e conservação dos edifícios municipais.

Nas **Funções Sociais**, podemos constatar, ao nível da Educação, uma taxa de execução na ordem dos 81%, superior à do ano anterior. Durante o ano 2007 foram construídas escolas novas, reparadas escolas antigas e adquirido mobiliário e equipamento para o funcionamento desses estabelecimentos de ensino, assim como atribuídas comparticipações às escolas para a realização de actividades e investimentos. Relativamente à Saúde e segurança e Acção Social a taxa de execução foi de 100% e 92,24% respectivamente e, aqui deve-se dar um especial relevo à aquisição do Lar de Terceira Idade de Leça da Palmeira, às comparticipações concedidas no âmbito da terceira idade e às actividades desenvolvidas, pela Autarquia, com os jovens do Concelho.

No que concerne aos Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos podemos constatar que a taxa de execução em 2007 foi de 64,39%, inferior em cerca de 15 pontos percentuais à do ano anterior, devido à débil execução das rubricas do Plano relativas à Construção, Aquisição e Conservação de Equipamentos/Monumentos Culturais. Nesta função também se verifica um decréscimo, em termos de execução, face ao ano anterior dos investimentos municipais ao nível do desporto, recreio e lazer.

No entanto, é de notar que, dentro das Funções Sociais, a Habitação e Serviços Colectivos é aquela que apresenta um maior peso, devido sobretudo ao contributo dos Resíduos Sólidos e da Protecção do Meio Ambiente.

No que às **Funções Económicas** respeita, podemos constatar que a rubrica de maior peso é a dos “Transportes Rodoviários” que representa 55% do seu valor, devendo aqui entender-se as intervenções a



nível de acessos e vias de comunicação. A esta segue-se o “Comércio e Turismo” que ano após ano tem vindo a aumentar o seu contributo dentro das Funções Económicas.

As **Outras Funções**, por outro lado, assistiram a uma taxa de execução na ordem dos 90%, fruto da concretização de transferências para diversas entidades, nomeadamente, as Juntas de Freguesia, a Lipor, Matosinhosport e MatosinhosHabit.

3.2.2 Estrutura das Grandes Opções do Plano

Analisando agora a repartição de consumos entre o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Actividades Municipal (PAM), através do Quadro n.º 13, podemos constatar que a maior parte dos consumos, analogamente ao ano anterior, ocorreu ao nível do PAM. De facto, enquanto que o PPI absorveu 27,71% da execução das GOP's, o PAM garantiu a execução dos restantes 45,35%. A este facto não são alheios os montantes despendidos ao nível dos Resíduos Sólidos, responsáveis por 8.871.040,84 euros de despesa, o que corresponde a 16,12% do total das GOP's e a cerca de 10% da despesa paga em 2007.


Quadro n.º 13
 Estrutura das GOP's

(Un: Euros)

Classificação Funcional	PPI		PAM		Total	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
1. Funções Gerais	1.348.617,49	6,46	2.189.703,94	6,41	3.538.321,43	6,43
1.1.0 Serviços Gerais da Administ. Pública	1.344.715,24	6,44	1.729.947,62	5,06	3.074.662,86	5,59
1.1.1 Administração Geral	1.344.715,24	6,44	1.729.947,62	5,06	3.074.662,86	5,59
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	3.902,25	0,02	459.756,32	1,35	463.658,57	0,84
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	574,75	0,00	371.017,10	1,09	371.591,85	0,68
1.2.2 Polícia Municipal	3.327,50	0,02	88.739,22	0,26	92.066,72	0,17
2. Funções Sociais	14.693.349,23	70,39	22.996.334,78	67,32	37.689.684,01	68,48
2.1.0 Educação	3.212.773,44	15,39	3.243.446,39	9,49	6.456.219,83	11,73
2.1.1 Ensino não superior	3.212.773,44	15,39	2.148.820,61	6,29	5.361.594,05	9,74
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	0,00	0,00	1.094.625,78	3,20	1.094.625,78	1,99
2.2.0 Saúde	225.900,00	1,08	0,00	0,00	225.900,00	0,41
2.2.1 Serviços individuais de saúde	225.900,00	1,08	0,00	0,00	225.900,00	0,41
2.3.0 Segurança e acção sociais	1.712.897,16	8,21	3.964.559,71	11,61	5.677.456,87	10,32
2.3.1 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.2 Acção Social	1.712.897,16	8,21	3.964.559,71	11,61	5.677.456,87	10,32
2.4.0 Habituação e serviços colectivos	5.322.094,10	25,50	12.387.230,17	36,26	17.709.324,27	32,18
2.4.1 Habitação	2.237.594,70	10,72	67.904,82	0,20	2.305.499,52	4,19
2.4.2 Ordenamento do território	2.191.063,40	10,50	255.609,93	0,75	2.446.673,33	4,45
2.4.3 Saneamentos	104.949,48	0,50	0,00	0,00	104.949,48	0,19
2.4.4 Abastecimento de água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5 Resíduos Sólidos	0,00	0,00	8.871.040,84	25,97	8.871.040,84	16,12
2.4.6 Protecção do meio ambiente	788.486,52	3,78	3.192.674,58	9,35	3.981.161,10	7,23
2.5.0 Serviços Culturais, recreativos e religiosos	4.219.684,53	20,22	3.401.098,51	9,96	7.620.783,04	13,85
2.5.1 Cultura	2.081.695,88	9,97	1.609.441,90	4,71	3.691.137,78	6,71
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	2.137.988,65	10,24	1.791.656,61	5,24	3.929.645,26	7,14
2.5.3 Outras actividades cívicas e religiosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Funções Económicas	4.487.190,17	21,50	2.726.387,83	7,98	7.213.578,00	13,11
3.1.0 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.0 Indústria e energia	551.893,25	2,64	0,00	0,00	551.893,25	1,00
3.3.0 Transportes e comunicações	3.796.172,44	18,19	205.529,46	0,60	4.001.701,90	7,27
3.3.1 Transportes rodoviários	3.796.172,44	18,19	205.529,46	0,60	4.001.701,90	7,27
3.3.2 Transportes aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3 Transportes fluviais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.0 Comércio e turismo	139.124,48	0,67	2.070.645,50	6,06	2.209.769,98	4,02
3.4.1 Mercados e feiras	40.445,46	0,19	18.586,95	0,05	59.032,41	0,11
3.4.2 Turismo	98.679,02	0,47	2.052.058,55	6,01	2.150.737,57	3,91
3.5.0 Outras funções económicas	0,00	0,00	450.212,87	1,32	450.212,87	0,82
4. Outras Funções	344.810,00	1,65	6.248.852,99	18,29	6.593.662,99	11,98
4.1.0 Operações da dívida autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0 Transferências entre administrações	0,00	0,00	6.000.505,26	17,57	6.000.505,26	10,90
4.3.0 Diversas não especificadas	344.810,00	1,65	248.347,73	0,73	593.157,73	1,08
Total	20.873.966,89	100,00	34.161.279,54	100,00	55.035.246,43	100,00

Analogamente ao verificado em 2006, também este ano foram as **Funções Sociais** as que mais sobressaíram: representando cerca de 68,5% da execução total das GOP's e, em termos absolutos, obteve um acréscimo de 3 milhões de euros, face ao ano 2006. Dentro destas funções, a "Habituação e serviços colectivos" assume um papel determinante, representando 25,5% a nível da execução do PPI e 36,26% a nível do PAM. Esta área de intervenção é responsável por 32,18% do desempenho das Grandes Opções do Plano.



3.2.3 Transferências Concedidas

Os apoios financeiros concedidos deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica (responsáveis, como já vimos, em 2007, por cerca de 16% do total da despesa) revelando o acentuado intervencionismo do município no processo de desenvolvimento urbano com o objectivo de propiciar condições de incremento aos sectores cultural, desportivo, educacional e de acção social, e com vista à renovação e integração urbana.

Por outro lado, de forma a garantir a transparência e objectividade, o processo de atribuição destes apoios tem sido objecto de enquadramento normativo interno, através de protocolos ou Contratos-Programa.

O classificador económico desagrega as transferências efectuadas pelos municípios em três rubricas: Transferências Correntes, Transferências de Capital e Subsídios. Em Transferências Correntes registaram-se todas aquelas que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas Instituições com interesse municipal. Inscrevem-se também nesta rubrica as transferências para as freguesias, quer se destinem a apoiar o seu funcionamento quer se destinem à concretização de protocolos celebrados com o município (estas últimas tem a sua inscrição no Plano), e para os Agrupamentos de Escolas.

Em Subsídios registam-se todos os fluxos monetários não reembolsáveis transferidos para as empresas, nomeadamente municipais, e que se destinem a despesas de funcionamento.

Finalmente, em Transferências de Capital são registadas todas as transferências que tenham como objectivo o financiamento de despesas de capital das entidades beneficiárias, incluindo as empresas municipais.

O Quadro n.º 14 espelha a natureza e montante das transferências efectuadas no ano em análise, sendo as transferências para as freguesias objecto de discriminação no Quadro n.º 15.

Quadro n.º14

Transferências e Subsídios Concedidos

(Un: Euros)

Transferências e Subsídios Concedidos	Compromissos	Despesa Realizada	
		Paga	Não Paga
Transferências Correntes	7.249.221,96	7.201.485,91	47.736,05
Transferências para freguesias	1.518.400,02	1.505.209,62	13.190,40
Área Metropolitana do Porto	48.290,83	48.290,83	0,00
Outras	5.682.531,11	5.647.985,46	34.545,65
Assoc. Hum. dos Bombeiros Voluntários do Concelho	318.735,52	318.735,52	0,00
Escolas do Concelho	1.374.886,80	1.374.886,80	0,00
Outras	3.988.908,79	3.954.363,14	34.545,65
Transferências de Capital	4.119.948,07	3.900.463,58	219.484,49
Lipor	1.180.000,00	1.073.233,42	106.766,58
Matosinhos Sport	285.000,00	285.000,00	0,00
Matosinhos Habit	277.362,49	277.362,49	0,00
Outras	2.377.585,58	2.264.867,67	112.717,91
Assoc. Hum. dos Bombeiros Voluntários do Concelho	52.496,69	33.455,12	19.041,57
Escolas do Concelho	266.494,90	266.494,90	0,00
Outras	2.058.593,99	1.964.917,65	93.676,34
Subsídios	3.015.000,00	3.015.000,00	0,00
Matosinhos Sport	3.015.000,00	3.015.000,00	0,00
Total	14.384.170,03	14.116.949,49	267.220,54



No ano em análise, a Autarquia transferiu para diversas entidades 14.116.949,49 euros, mais 184.290,01 euros no que no ano 2006. Foram as Transferências Correntes que obtiveram a maior dotação e execução, representando quase o dobro das de Capital.

No que respeita às **Transferências Correntes**, verifica-se um aumento no montante concedido em 2007 face a 2006 em 800.232,07 euros. Da verba transferida para as diversas entidades, importa referir as três principais áreas abrangidas: a Educação, Acção Social e Cultura, Recreio e Desporto que receberam, em termos globais, 4.947.165,19€.

As transferências para as freguesias, no âmbito dos protocolos realizados, ascenderam a um valor de 1.505.209,62 euros.

Dentro das **Transferências de Capital**, a Matosinhosport e a MatosinhosHabit receberam, respectivamente, 285.000,00 euros e 277.362,49 euros. O apoio dado à LIPOR aumentou, passando de 1.068.602,93 euros, em 2006, para 1.073.233,42 euros, em 2007. Também as Outras Transferências apresentaram uma variação negativa de 10%, relativamente 2006. Dos 2.264.867,67 euros concedidos em 2007, as Escolas receberam 266.494,90 euros, as instituições de caridade social receberam 989.447,45 euros e as instituições de carácter cultural, recreativo e desportivo receberam 766.470,20 euros.

Finalmente, olhando agora para os **Subsídios**, cabe apenas a referência de que o valor atribuído à Matosinhosport, para subsidiar despesas de funcionamento, passou de 2.472.600,00 euros, em 2006, para 3.015.000,00 euros, em 2007.

Nos termos da alínea s) do n.º 2 do artigo 53.º e artigo n.º66 da Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro, que estabelece o quadro de competências dos órgãos dos municípios e das freguesias, foi autorizado à Câmara Municipal delegar competências próprias nas Juntas de Freguesia, mediante a celebração de protocolos onde figurem os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios financeiros, técnicos e humanos.

Assim, em 2007, à semelhança do que tem sido prática corrente dos últimos anos, foram celebrados protocolos, onde se definiram domínios de intervenção, que deram origem à distribuição, por freguesias, das verbas indicadas no quadro seguinte.

**Quadro n.º15**

Transferências para as Freguesias

(Un: Euros)

Transferências para freguesias	Compromissos							Despesa Realizada	
	Delegação Competências	Educação	Ação Social	Referendo	Verba STAPE Recenc. Eleitoral	Outros	Total	Paga	Não Paga
Custóias	169.905,14	0,00	2.500,00	4.998,01	214,27	16.381,32	193.998,74	185.808,34	8.190,40
Guifões	110.025,39	0,00	5.000,00	3.969,51	244,89	0,00	119.239,79	119.239,79	0,00
Lavra	119.565,42	0,00	6.250,00	3.949,00	232,10	0,00	129.996,52	129.996,52	0,00
Leça do Balio	261.224,40	0,00	7.500,00	4.144,22	153,62	0,00	273.022,24	273.022,24	0,00
Leça da Palmeira	51.264,27	0,00	2.500,00	5.295,37	183,00	0,00	59.242,64	59.242,64	0,00
Matosinhos	81.508,50	0,00	35.900,00	10.404,63	362,59	0,00	128.175,72	128.175,72	0,00
Perafita	252.106,08	102.641,20	20.000,00	4.214,53	185,86	0,00	379.147,67	374.147,67	5.000,00
S. Mamede Infesta	63.034,33	0,00	5.000,00	7.353,44	293,35	0,00	75.681,12	75.681,12	0,00
S.ta Cruz do Bispo	93.621,73	0,00	5.000,00	2.119,98	225,63	0,00	100.967,34	100.967,34	0,00
S.ra da Hora	45.012,89	0,00	6.250,00	7.362,74	302,61	0,00	58.928,24	58.928,24	0,00
Total	1.247.268,15	102.641,20	95.900,00	53.811,43	2.397,92	16.381,32	1.518.400,02	1.505.209,62	13.190,40

Para além desses montantes, foram ainda transferidas, conforme podemos ver no Quadro n.º 15, verbas provenientes do Ministério da Administração Interna – STAPE (Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral) –, em que o Município funcionou como mero intermediário, referentes ao recenseamento eleitoral e às despesas com o referendo nacional.

3.3 Despesas de Funcionamento

A desagregação da Despesa Total pode obedecer a vários critérios, nomeadamente à classificação económica, à classificação funcional ou à classificação orgânica, tendo sido os dois primeiros objecto de análise neste relatório. Podemos ainda desagregá-la, verticalmente, em despesas inscritas nas Grandes Opções do Plano e Despesas de Funcionamento, de acordo com o quadro seguinte.

Assim, pela análise do Quadro n.º 16, vemos que as despesas afectas ao PAM e as de Funcionamento têm pesos iguais no cômputo da Despesa Total – de 38,3%; já o peso do PPI, analogamente ao ano anterior, é inferior – representa 23,4% da totalidade da despesa.


Quadro n.º 16
 Despesas de Funcionamento

(Un: Euros)

Capítulos	PPI	PAM	Desp. Funcionamento	Total
Despesas Correntes	0,00	30.260.815,96	30.002.264,02	60.263.079,98
01 Despesas com o Pessoal	0,00	145.866,98	19.985.387,47	20.131.254,45
02 Aquisição de Bens e Serviços	0,00	19.924.534,63	6.439.823,07	26.364.357,70
03 Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	1.021.554,82	1.021.554,82
04 Transferências Correntes	0,00	7.096.985,73	104.500,18	7.201.485,91
05 Subsídios	0,00	3.015.000,00	0,00	3.015.000,00
06 Outras Despesas Correntes	0,00	78.428,62	2.450.998,48	2.529.427,10
Despesas de Capital	20.873.966,89	3.900.463,58	4.142.225,43	28.916.655,90
07 Aquisição de Bens de Capital	20.723.966,89	0,00	0,00	20.723.966,89
08 Transferências de Capital	0,00	3.900.463,58	0,00	3.900.463,58
09 Activos Financeiros	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
10 Passivos Financeiros	0,00	0,00	4.142.225,43	4.142.225,43
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Despesa	20.873.966,89	34.161.279,54	34.144.489,45	89.179.735,88

Se, às despesas de funcionamento, retirarmos os encargos relacionados com o serviço da dívida (Juros e Outros Encargos e Passivos Financeiros), uma vez que os empréstimos em causa servem exclusivamente para financiar despesas de investimento e não despesas de funcionamento, chegaremos a uma estrutura ligeiramente diferente: já que os encargos financeiros são responsáveis por 5,78% do total da despesa, os encargos de funcionamento teriam apenas um peso de 32,5%.

3.3.1 Despesas com Pessoal – Limite Legal

Nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84 de 6 de Abril, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/85 de 13 de Setembro, as despesas efectuadas com o pessoal do quadro não poderão exceder 60% do valor da receita corrente arrecadada no ano anterior. Paralelamente, o *plafond* imposto para as despesas com pessoal em qualquer outra situação é de 25% do limite atrás apontado.

A Lei n.º 11/2003 de 13 de Maio, que estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das comunidades intermunicipais de direito público e o funcionamento dos seus órgãos, veio determinar, no seu artigo 33.º, que as despesas efectuadas com o pessoal do quadro próprio ou outro relevam para efeitos do limite estabelecido na lei para as despesas com pessoal do quadro dos municípios associados.

Da conjugação das duas leis anteriormente mencionadas, depreende-se que os custos que relevam para aqueles limites não são apenas os do pessoal do município, mas também os dos funcionários da LIPOR, de acordo com a forma de imputação deliberada pela assembleia intermunicipal.

Refira-se, também, que, atendendo às características jurídicas específicas do Serviços Municipalizado das Águas, tal limite deverá ser aferido de uma forma global, incluindo na base de cálculo, quer para as receitas, quer para as despesas, os montantes relativos ao município e aos SMAS.



O Quadro n.º 17, inclui os encargos suportados pela Autarquia, SMAS e pela LIPOR, na quota parte da participação da Câmara – que para o ano de 2007 foi de 17,41% – e os respectivos limites, apurados com base na receita corrente, do município e SMAS, do ano económico de 2006, 86.770.739,67 euros. Em qualquer uma das situações ficamos muito aquém dos limites: os custos com pessoal do quadro representam apenas 30,5% do 1º limite, e os custos do pessoal em qualquer outra situação representam 9,3% do 2º limite.

Quadro n.º 17

Limite das Despesas com Pessoal

(Un: Euros)

Class. Económica	Câmara	SMAS	LIPOR	Total
Custos com Pessoal do Quadro	12.790.252,89	2.803.618,10	290.431,66	15.884.302,65
010103 - Pessoal Quadro - Regime da Função Pública	10.143.689,03	2.197.639,35	201.864,71	12.543.193,09
010104 - Pessoal Quadro - Reg. Contrato Individual de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00
010108 - Pessoal aguardando aposentação	8.792,87	18.693,22	500,49	27.986,58
01011002 - Gratificações - Pessoal do Quadro	0,00	0,00	0,00	0,00
01011301 - Subs. Refeição - Pessoal do Quadro	827.065,04	195.006,88	33.814,39	1.055.886,31
01011401 - Subs. Férias e de Natal - Pessoal do Quadro	1.810.705,95	392.278,65	54.252,07	2.257.236,67
(A) Limite = 60% Receitas Correntes 2005				52.062.443,80
Custos com Pessoal em qualquer outra situação	1.038.616,57	15.137,46	158.870,21	1.212.624,24
010105 - Pessoal além dos Quadros	0,00	0,00	50.518,49	50.518,49
010106 - Pessoal contratado a termo	545.150,56	0,00	70.336,25	615.486,81
010107 - Pessoal em regime de tarefa ou avença	253.685,20	15.137,46	38.015,47	306.838,13
010109 - Pessoal em qualquer outra situação	95.174,18	0,00	0,00	95.174,18
01011002 - Gratificações - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
01011302 - Subs. Refeição - Pessoal em qualquer outra situação	85.699,27	0,00	0,00	85.699,27
01011402 - Subs. Férias e de Natal - Pess. qualquer outra sit.	58.907,36	0,00	0,00	58.907,36
Limite = 25% de (A)				13.015.610,95

Nota: Como a LIPOR não consegue desagregar os Subsídios de Refeição, Férias e Natal entre pessoal do quadro e o outro pessoal, optamos por considerar o valor total desses subsídios sujeitos ao limite (A), que é o mais restritivo.

Finalmente, o artigo 62.º da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro, nova Lei das Finanças Locais, prevê que “Até 2009, a Lei do Orçamento de Estado pode fixar limites anuais para as despesas com pessoal, incluindo as relativas a contratos de avença, tarefas e aquisição de serviços a pessoas singulares”. No entanto, refira-se que na Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro (diploma que aprovou o orçamento de Estado para 2007), não foi consagrado qualquer limite anual para as despesas de pessoal das autarquias locais.



4. FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO

4.1 Poupança Corrente, Investimento Municipal e suas principais Fontes de Financiamento

O princípio do equilíbrio orçamental (ex-ante), consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, determina que o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. Não exige qualquer igualdade substancial, ou seja, a cobertura de certos tipos de despesa com certo tipo de receita, nem refere o equilíbrio ex-post, conforme era imposto no anterior enquadramento da Contabilidade Pública Autárquica.

No entanto, esta norma manteve-se presente na execução orçamental desenvolvida pela autarquia, permitindo, assim, a formação de poupança corrente, com vista à sua aplicação na despesa de investimento.

De facto, em termos previsionais corrigidos, ao apresentar-se uma Receita Corrente de 83.364.847,72 euros, e uma Despesa Corrente de 60.263.079,98 euros, está-se a propor uma poupança corrente de cerca de 23,1 milhões de euros.

Quadro n.º 18

Investimento e suas Fontes de Financiamento

(Un: Euros)

Designação	Valor
Investimento (a)	24.774.430,47
1 - Receitas de Capital	4.098.543,95
Vendas de Bens de Investimento	69.820,34
FEF (Capital)	2.530.880,00
Fundos Comunitários	1.141.959,21
Outras Transferências de Capital	60.633,87
Recurso ao Crédito	295.250,53
Outras Receitas de Capital	0,00
2 - Poupança Corrente	23.101.767,74
3 - Rep. não abatidas aos pagamentos	4.262,43
4 - Saldo da Gerência Anterior	10.329.999,34
Total Fontes de Financiamento (1+2+3+4)	37.534.573,46
Investimento/ Fontes de Financiamento (%)	66,00%

(a) Investimento directo + indirecto (transferências de capital para outras entidades)

Pela análise do quadro anterior, podemos verificar que o Investimento absorveu 66% das receitas provenientes das diversas fontes de financiamento, sendo que a Poupança Corrente e o Saldo da Gerência Anterior aparecem com os maiores contributos.

No entanto, é talvez importante lembrar que o Investimento directo e indirecto não traduz a globalidade dos esforços realizados pelas autarquias locais nesta área, uma vez que não reflecte, nomeadamente as verbas despendidas através de obras realizadas por administração directa.



4.2 Mapa dos Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos durante a gerência de 2007, aparece reflectido no Quadro n.º 19, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 91.724.199,99 euros – 87.467.654,10 euros provenientes de receitas orçamentais e 4.256.545,89 resultantes de Operações de Tesouraria –, mais cerca de 2,5 milhões de euros do que no ano de 2006.

Desta forma, sendo a Despesa Global (89.179.735,88 euros) superior em 1.712.081,78 euros à receita efectivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 10.925.511,62 euros, o saldo transitado para a gerência seguinte será de 9.291.208,10 euros. Este saldo poder-se-á decompor em 8.617.917,56 euros como saldo de operações orçamentais e 673.290,54 euros como saldo de operações de tesouraria.

Quadro n.º 19

Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior	10.925.511,62	Despesas Orçamentais	89.179.735,88
Execução Orçamental	10.329.999,34	Correntes	60.263.079,98
Operações de Tesouraria	595.512,28	Capital	28.916.655,90
Receitas Orçamentais	87.467.654,10	Operações de Tesouraria	4.178.767,63
Correntes	83.364.847,72	Saldo para a Gerência Seguinte	9.291.208,10
Capital	4.098.543,95	Execução Orçamental	8.617.917,56
Outras	4.262,43	Operações de Tesouraria	673.290,54
Operações de Tesouraria	4.256.545,89		
Total	102.649.711,61	Total	102.649.711,61

Talvez seja útil referir que são consideradas Operações de Tesouraria as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros. São operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objecto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O Quadro n.º 20 apresenta estas movimentações de fundos agrupadas por destinatários, com a inclusão do saldo da gerência anterior e a obtenção do saldo para a gerência seguinte.

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2007, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 4.256.545,89 euros, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 4.178.767,64 euros.

**Quadro n.º 20**

Detalhe dos Fluxos de Operações de Tesouraria em 2007

(Un: Euros)

Descrição	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
Cobranças para o Estado	123.909,07	1.684.383,67	1.674.205,08	134.087,66
Contribuições para a Segurança Social	169.015,73	1.717.171,43	1.802.957,80	83.229,36
Cobranças para Sindicatos	3.094,10	37.845,65	37.735,88	3.203,87
Cobranças para Administração Autárquica	19.212,55	354.439,01	352.411,96	21.239,60
Cobranças relativas a quotizações	4.168,81	87.279,84	82.523,89	8.924,76
Outras	276.112,02	375.426,29	228.933,02	422.605,29
Total	595.512,28	4.256.545,89	4.178.767,63	673.290,54

4.3 Contas de Ordem

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. São objecto de registo nestas contas: as garantias e/ou cauções tituladas a favor da autarquia; as garantias tituladas pela autarquia a favor de terceiros; e a cobrança de receita virtual (os chamados recibos para cobrança).

O Quadro n.º 21 reflecte os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

Quadro n.º 21

Movimentação das Contas de Ordem em 2007

(Un: Euros)

Saldo da Gerência anterior	27.337.725,13	Garantias e Cauções accionadas	0,00
Garantias e Cauções	2.082.487,55	Garantias e Cauções devolvidas	667.143,31
Recibos para cobrança	25.255.237,58	Receita Virtual Cobrada	358.936,32
		Receita Virtual Anulada	830.878,76
Garantias e Cauções prestadas	442.583,36		
Receita Virtual Liquidada	4.655.931,99	Saldo para a Gerência seguinte	30.579.282,09
		Garantias e Cauções	1.857.927,60
		Recibos para cobrança	28.721.354,49
Total	32.436.240,48	Total	32.436.240,48

No início do ano de 2007, a autarquia detinha 25.255.237,58 euros de recibos para cobrança (receita virtual), a que acresceu durante o ano o montante de 4.655.931,99 euros. No entanto, 358.936,32 euros foram transformados em receita efectiva e 830.878,76 euros foram anulados, pelo que transitou para 2008 um valor de débitos ao tesoureiro que ascende a 28.721.354,49 euros.

Por outro lado, para 2008 transita um valor de fundos caucionados de 1.857.927,60 euros, resultante de um saldo inicial de 2.082.487,55 euros, a que acresceu a prestação de cerca de 442.583,36 euros, deduzida da libertação de cauções em cerca de 667.143,31 euros.



5. ANÁLISE PATRIMONIAL

5.1 Evolução da Situação Económica e Financeira

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património da autarquia à data de encerramento de um exercício, dando a conhecer, por um lado, o Activo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

5.1.1 Análise do Balanço

5.1.1.1 Estrutura e Evolução

Quadro n.º 22

Balanço

(Un: Euros)

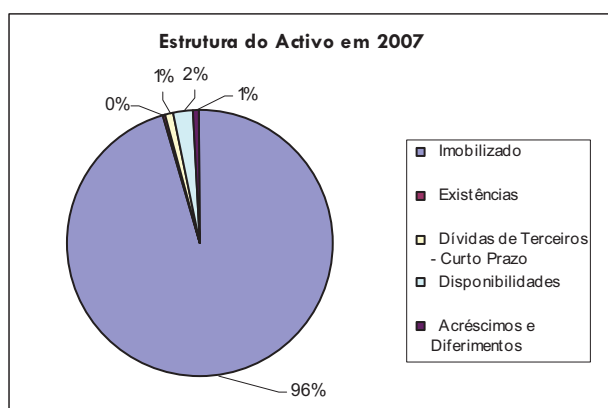
Descrição	2006		2007		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
ACTIVO						
IMOBILIZADO	475.971.822,98	94,6	490.678.888,45	95,6	14.707.065,47	3,1
Bens de Domínio Público	140.515.743,25	27,9	134.458.943,45	26,2	-6.056.799,80	-4,3
Imobilizações Incorpóreas	691.522,61	0,1	777.721,35	0,2	86.198,74	12,5
Imobilizações Corpóreas	330.642.295,23	65,7	351.169.961,76	68,4	20.527.666,53	6,2
Investimentos Financeiros	4.122.261,89	0,8	4.272.261,89	0,8	150.000,00	3,6
CIRCULANTE	27.396.848,03	5,4	22.428.263,34	4,4	-4.968.584,69	-18,1
Existências	696.173,38	0,1	437.683,23	0,1	-258.490,15	-37,1
Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	9.426.995,02	1,9	6.785.167,74	1,3	-2.641.827,28	-28,0
Títulos Negociáveis	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Disponibilidades	13.007.999,18	2,6	11.149.135,71	2,2	-1.858.863,47	-14,3
Acréscimos e Diferimentos	4.265.680,45	0,8	4.056.276,66	0,8	-209.403,79	-4,9
TOTAL DO ACTIVO	503.368.671,01	100,0	513.107.151,79	100,0	9.738.480,78	1,9
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
FUNDOS PRÓPRIOS	390.744.429,25	100,0	402.207.282,70	100,0	11.462.853,45	2,9
Património	377.768.879,24	96,7	382.442.448,28	95,1	4.673.569,04	1,2
Reservas de Reavaliação	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Reservas Legais	1.739.023,76	0,4	1.871.123,64	0,5	132.099,88	7,6
Reservas Livres	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Subsídios	2.901.726,91	0,7	2.901.726,91	0,7	0,00	0,0
Doações	1.601.656,76	0,4	1.601.656,76	0,4	0,00	0,0
Resultados Transitados	4.091.145,03	1,0	3.768.159,71	0,9	-322.985,32	-7,9
Resultado Líquido do Exercício	2.641.997,55	0,7	9.622.167,40	2,4	6.980.169,85	264,2
PASSIVO	112.624.241,76	100,0	110.899.869,09	100,0	-1.724.372,67	-1,5
Empréstimos a Médio e Longo Prazo	53.340.177,45	47,4	49.606.021,41	44,7	-3.734.156,04	-7,0
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	5.302.345,58	4,7	6.210.360,39	5,6	908.014,81	17,1
Acréscimos e Diferimentos	53.981.718,73	47,9	55.083.487,29	49,7	1.101.768,56	2,0
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	503.368.671,01	100,0	513.107.151,79	100,0	9.738.480,78	1,9



Pela análise do Balanço resumido acima apresentado, constata-se que enquanto que o Activo assistiu a um aumento de 1,9%, já os Capitais Próprios tiveram um crescimento de 2,9% e o Passivo teve um decréscimo de 1,5%.

Através da análise da estrutura do **Activo**, podemos constatar que houve uma queda significativa do peso relativo do Activo Circulante, particularmente das Dívidas de Terceiros de curto prazo e da disponibilidades, e um ligeiro aumento do peso do Activo Fixo, apesar da diminuição dos Bens de Domínio Público, concretizado nas Imobilizações Corpóreas.

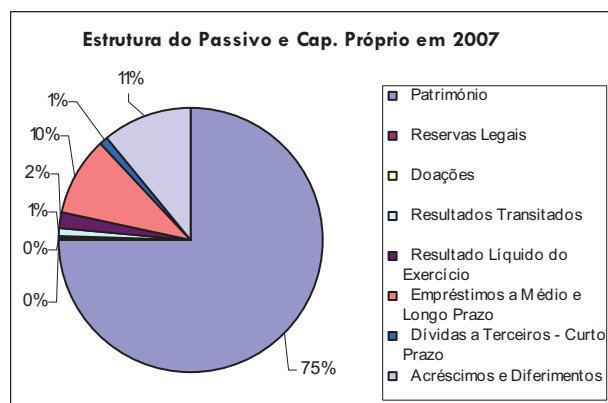
Gráfico 3



No que diz respeito à estrutura do **Passivo**, notamos uma diminuição do peso dos Empréstimos a Médio e Longo Prazo e, um aumento das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo e dos Acréscimos e Diferimentos, que se traduziu, em 2007, numa diminuição do Passivo em 1.724.372,67 euros.

Já a estrutura dos **Fundos Próprios** representa no final do exercício 402.207.282,70 euros, sendo que 95,1% deste valor corresponde ao Património do Município. Também, dentro deste agregado e comparativamente a 2006, verifica-se um aumento do contributo dos Resultados Líquidos do Exercício, de 0,7% para 2,4%. A evolução ascendente desta componente do Balanço, que entre 2006 e 2007 cresceu 2,9%, fica a dever-se à contribuição positiva das rubricas Património e Resultado Líquido do Exercício, cifrando-se respectivamente em 382.442.448,28 e 9.622.167,40 euros, apesar da diminuição dos Resultados Transitados, no mesmo período, em 7,9%.

Gráfico 4





5.1.1.2 Apreciação das principais contas

O **Imobilizado**, no seu cômputo geral, apresenta um crescimento de 3,1% face ao ano de 2006, a que corresponde um acréscimo de 14.707.065,47 euros. Apesar do acréscimo do imobilizado, em termos brutos, ter sido na ordem dos 34 milhões de euros, as amortizações e reintegrações do exercício absorveram 19,2 milhões de euros. Quanto aos Bens de Domínio Público podemos constatar que o seu valor, face a 2006, diminuiu 6.056.749,80 euros, correspondendo a uma variação negativa de 4,3%, uma vez que o valor das amortizações foi superior ao acréscimo verificado nesta rubrica do imobilizado.

No que concerne às **Dívidas de Terceiros**, que são exclusivamente de curto prazo, podemos constatar que o seu peso no total do Activo diminuiu cerca de 0,6 p.p., o que corresponde a uma variação negativa de 28% face ao ano de 2006, variação esta que fica a dever-se, principalmente, à anulação do direito a receber do montante de 4.139.026,42 euros, relativo a depósitos efectuados pela autarquia em Instituições de Crédito, por ordem do Tribunal, de processos judiciais de expropriação de terrenos, entretanto concluídos, por contrapartida da conta de Imobilizado.

À semelhança das dívidas de terceiros, as **Disponibilidades** também diminuíram cerca de 14%, totalizando 11.149.135,71 euros, dos quais 10.840.980,69 euros eram constituídos por depósitos em instituições financeiras e 308.155,02 euros por valores em caixa. Em termos económicos, 2.531.218,15 euros dizem respeito a operações de tesouraria lato sensu, constituindo os restantes 8.617.917,56 euros o saldo de gerência orçamental.

Quanto aos **Acréscimos e Diferimentos**, pela análise do Balanço verificamos que o seu peso no Activo manteve-se, face a 2006, no 0,8%, apesar ter sofrido um decréscimo do seu valor absoluto. Este decréscimo ficou-se a dever essencialmente à diminuição dos Acréscimos de Proveitos referentes ao Imposto Directo - Impostos Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e Imposto Municipal de SISA.

O aumento do **Património** decorreu não apenas da proposta de aplicação dos resultados de 2006, aprovada em deliberação da Assembleia de 26 de Abril de 2007, mas também pela inclusão neste agregado de bens móveis e imóveis já pertencentes à Autarquia, na altura da elaboração do inventário inicial, mas que não tinham sido inventariados (como se pode ver no ponto 8.2.28 dos Anexos às Demonstrações Financeiras, na explicação da conta 51.1).

Também a conta de **Reservas Legais** revelou um acréscimo decorrente da aplicação dos resultados de 2006, que, por imposição do ponto 2.7.3.5 do POCAL, foi reforçada em 5% do Resultado Líquido do Exercício, o que correspondeu a um acréscimo de 132.099,88 euros.

A conta do **Resultado Líquido do Exercício** será objecto de análise no ponto seguinte.

Em relação aos **Resultados Transitados**, podemos constatar que sofreram uma diminuição de 7,9%, relativamente ao ano anterior, explicada essencialmente pelos lançamentos contabilísticos rectificativos, na conta 59.03 – Alterações Patrimoniais (como se pode ver no ponto 8.2.28 dos Anexos às Demonstrações Financeiras, na explicação da conta 59.03).



No que se refere às **Dívidas a Terceiros** de médio e longo prazos, elas resumem-se aos empréstimos contratados pela autarquia, que sofreram uma queda de 0,7% decorrente de uma utilização de capital inferior, em 3.734.156,04 euros, às amortizações do ano (como iremos ver na análise do Quadro n.º 23). Assim sendo, o peso destas dívidas no total do passivo, face a 2006, diminuiu 2,7 p.p..

Relativamente às **Dívidas a Terceiros**, mas de curto prazo, podemos, pela análise do Balanço, constatar que sofreram um aumento de cerca de 17,1%, explicado, essencialmente, pelo volume de facturas em recepção e conferência no final do ano de 2007, fruto do envio tardio por parte dos fornecedores desses documentos.

Quanto aos **Acréscimos e Diferimentos** podemos verificar que sentiram um aumento de 2% que, apesar da queda em 11,6% dos **Acréscimos de Custos** (custos reconhecidos em 2007 mas que só vão originar despesa em 2008), é explicado pelo aumento em 2,92% dos **Proveitos Diferidos**, uma vez que este item contribui com cerca de 95% no total deste agregado. Dentro do Proveitos Diferidos foram os Subsídios para Investimento que contribuíram para o aumento do seu valor, justificado pela homologação de Candidaturas de Fundos Comunitário (FEDER), para a construção de Infra-estruturas em S. Mamede Infesta e Leça do Balio, no montante de 992.587,49 euros, e remodelação do Teatro Constantino Nery, no montante de 1.755.059,29 euros.



5.1.2 Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade da autarquia em gerar fluxos de caixa.

Quadro n.º 23

Demonstração de Resultados

Descrição	(Un: Euros)					
	2006		2007		Variação	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	%
CUSTOS E PERDAS						
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	1.209.673,26	1,5	1.002.209,54	1,2	-207.463,72	-17,2
Fornecimentos e Serviços Externos	22.246.367,85	27,3	25.802.362,44	29,6	3.555.994,59	16,0
Custos com o Pessoal	19.369.631,68	23,7	20.174.016,74	23,2	804.385,06	4,2
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	9.893.101,78	12,1	10.180.956,51	11,7	287.854,73	2,9
Amortizações do Exercício	17.458.073,47	21,4	19.166.220,24	22,0	1.708.146,77	9,8
Provisões do Exercício	3.413.270,09	4,2	3.337.564,07	3,8	-75.706,02	-2,2
Outros Custos Operacionais	194.995,24	0,2	261.644,75	0,3	66.649,51	34,2
(A) Custos e Perdas Operacionais	73.785.113,37	90,4	79.924.974,29	91,8	6.139.860,92	8,3
Custos e Perdas Financeiros	3.033.472,48	3,7	2.357.942,14	2,7	-675.530,34	-22,3
(C) Custos e Perdas Correntes	76.818.585,85	94,1	82.282.916,43	94,5	5.464.330,58	7,1
Custos e Perdas Extraordinários	4.816.153,50	5,9	4.778.510,93	5,5	-37.642,57	-0,8
Total dos Custos e Perdas	81.634.739,35	100,0	87.061.427,36	100,0	5.426.688,01	6,6
PROVEITOS E GANHOS						
Vendas e Prestações de Serviços	3.703.746,07	4,4	3.764.704,67	3,9	60.958,60	1,6
Impostos e Taxas	52.953.073,34	62,8	61.561.175,19	63,7	8.608.101,85	16,3
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	20.429.108,38	24,2	18.840.362,43	19,5	-1.588.745,95	-7,8
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,74	0,0	0,24	0,0	-0,50	0,0
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	77.085.928,53	91,5	84.166.242,53	87,1	7.080.314,00	9,2
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.619.943,85	1,9	2.044.662,92	2,1	424.719,07	26,2
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	78.705.872,38	93,4	86.210.905,45	89,2	7.505.033,07	9,5
Proveitos e Ganhos Extraordinários	5.570.864,52	6,6	10.472.689,31	10,8	4.901.824,79	88,0
Total dos Proveitos e Ganhos	84.276.736,90	100,0	96.683.594,76	100,0	12.406.857,86	14,7
Resultados Operacionais: (B) - (A)	3.300.815,16		4.241.268,24		940.453,08	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-1.413.528,63		-313.279,22		1.100.249,41	
Resultados Correntes: (D) - (C)	1.887.286,53		3.927.989,02		2.040.702,49	
Resultados Extraordinários:	754.711,02		5.694.178,38		4.939.467,36	
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	2.641.997,55		9.622.167,40		6.980.169,85	

Podemos verificar, pela análise de Quadro n.º 23, que se assistiu a um aumento quer de custos quer de proveitos, entre 2006 e 2007, embora os primeiros tenham sofrido um aumento inferior aos segundos, traduzindo-se num aumento significativa do Resultado Líquido do Exercício.

A estrutura da Demonstração de Resultados sofreu algumas alterações, senão vejamos: relativamente aos custos, o peso dos custos e perdas financeiros e extraordinários desvalorizou-se a favor dos custos e perdas

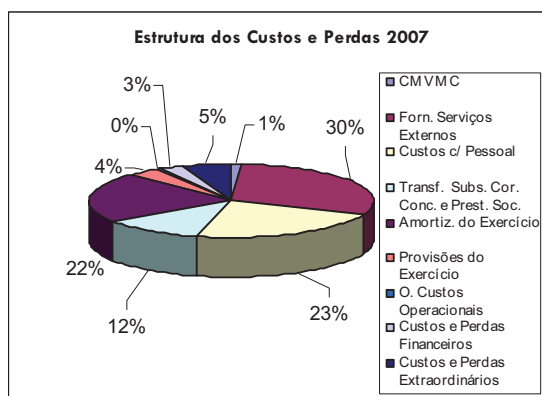


operacionais, ao contrário dos proveitos e ganhos onde o peso dos financeiros e dos extraordinários aumentou face à diminuição dos operacionais. No entanto, são os proveitos e ganhos operacionais que mais contribuem para o total dos proveitos, o que releva a capacidade da autarquia em gerar rendimentos a partir da sua actividade principal, principalmente ao nível dos impostos directos e indirectos cobrados pela autarquia.

Analisando a estrutura dos **Custos e Perdas**, podemos constatar que a sua estrutura se alterou um pouco face a 2006. De facto, assistimos a um aumento do contributo dos Fornecimentos e Serviços Externos, das Amortizações do Exercício e dos Outros Custos Operacionais, ao contrário de todas as outras naturezas.

Do lado dos **Proveitos** assistimos a uma diminuição do peso das Vendas e Prestações de Serviços bem como das Transferências e Subsídios Obtidos, o que revela um decréscimo nos Proveitos Operacionais da autarquia. Convém ainda salientar um crescimento importante a nível dos Proveitos Extraordinários, bem como dos Proveitos Financeiros.

Gráfico 5



5.1.2.1 Evolução das principais rubricas

Os **Fornecimentos e Serviços Externos** aumentaram em cerca de 16%, nomeadamente ao nível da prestação de serviços de varreduras e recolhas, publicidade, trabalhos especializados, rendas e alugueres, encargos de instalação e outros fornecimentos e serviços.

Os **Custos com Pessoal** tiveram uma variação positiva de cerca de 4,2%, decorrente do aumento dos custos relativos a vencimentos do pessoal do quadro, dos encargos sobre remunerações e seguros de saúde.

Por outro lado, as **Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais** assistiram a um pequeno acréscimo de 2,9%, a que corresponde um valor de 287.854,73, fruto, essencialmente, do aumento das transferências para as freguesias e para as instituições particulares sem fins lucrativos.

Quanto às **Provisões do Exercício**, o valor de 3.337.564,07 euros corresponde ao reforço das provisões para cobranças duvidosas, para fazer face à eventual incobrabilidade das dívidas.

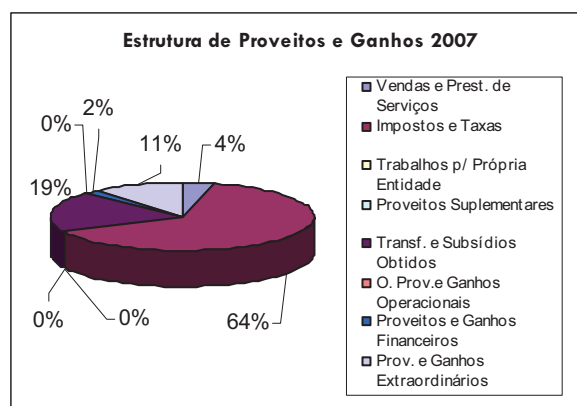


Relativamente às **Amortizações do Exercício** houve um acréscimo face ao ano anterior de 9,8%, o que não é de admirar face ao aumento líquido do imobilizado verificado na gerência em análise.

Pela análise da Demonstração de Resultados, podemos ainda verificar um decréscimo dos **Custos e Perdas Financeiras** de 22,3%, em relação ao ano anterior, justificado pelo pagamento excepcional de 1.136.472,21 euros à IMO-R em 2006, relativo à sentença judicial do Tribunal Tributário de 1ª Instância do Porto, por cobrança indevida da Taxa Municipal de Urbanização em Junho 1995.

Também os **Custos e Perdas Extraordinárias** tiveram uma quebra de 0,8%, que apesar de ser pouco significativa representou uma perda de 0,4 pontos percentuais no contributo desta conta para o total dos custos.

Gráfico 6



Ao nível dos **Proveitos**, dever-se-á referir que as **Vendas e Prestações de Serviços** tiveram um aumento de 1,6%, apesar do seu peso em relação ao total dos proveitos ter diminuído, devido essencialmente ao aumento do valor arrecadado de concessão do direito de superfície.

A rubrica de **Impostos e Taxas** teve um aumento quer em termos do seu peso na receita total, quer em termos de variação face a 2005, de 16,3%, resultante, por um lado, da variação positiva dos Impostos Directos, sobretudo do Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e, por outro lado, devido ao aumento dos Impostos Indirectos relativos ao Loteamento e Obras e à Ocupação da Via Pública.

Ao nível das **Transferências e Subsídios Obtidos** assistimos a um decréscimo de cerca de 7,8%, que se consubstanciou em 1.588.745,95 euros, resultante da redução da atribuição de subsídios para investimentos provenientes dos Serviços e Fundos Autónomos, especificamente das Estradas de Portugal.

Por outro lado, assistimos a um acréscimo de 26,2%, face ao ano anterior, dos **Proveitos e Ganhos Financeiros**, que é justificado pelo aumento dos juros obtidos de depósitos bancários e da bonificação de juros relativa a empréstimos que financiam a construção de habitação social.

Os **Proveitos e Ganhos Extraordinários**, como vimos atrás, assistiram a um aumento do peso no total dos proveitos, a que não foi alheio o enorme crescimento de que foram alvo – passaram de



5.570.864,52 euros, em 2006, para 10.472.689,31 euros, em 2007. A explicação aqui reside na subconta Ganhos em Imobilizações, responsável pelo acréscimo de 6.629.910,78 euros neste agregado.

5.1.2.2 Análise dos Resultados Líquidos

Procedendo a uma análise genérica, podemos concluir que, embora os resultados financeiros tenham tido uma evolução negativa (resultante de um crescimento de custos superior ao dos proveitos), o mesmo não aconteceu com os resultados operacionais e extraordinários, cujo acréscimo suplantou, em larga escala, a diminuição desses resultados, reflectindo-se num aumento significativo do Resultados Líquidos do Exercício.

5.2 Dívida do Município

5.2.1 Evolução da Dívida e do Serviço da Dívida

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

Apesar da receita efectiva ter aumentado em 2,6%, relativamente ao ano transacto, como já vimos no ponto 2.3, o recurso ao crédito revelou-se uma importante estratégia para fazer face às crescentes despesas de investimento do nosso município.

Quadro n.º 24

Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2004	2005	2006	2007
1- Dívida de Médio Longo Prazo no início do período	58.105.118,18	59.310.729,03	57.390.910,03	53.340.177,44
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	4.532.108,11	2.322.057,00	0,00	295.250,53
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	3.326.497,26	4.241.882,63	4.047.714,75	4.029.406,57
5 - Rectificação de anos anteriores		6,63	3.017,84	
Dívida no final do período (1+2+3-4)	59.310.729,03	57.390.903,40	53.340.177,44	49.606.021,40
Taxa de Crescimento da Dívida	2,1%	-3,2%	-7,1%	-7,0%

O quadro anterior espelha a evolução da dívida, referente ao Município, nos últimos quatro anos. Embora a tendência tenha sido ascendente até 2004, em 2005 essa tendência inverteu-se, uma vez que a dívida passou, nos quatro últimos anos, de 59.310.729,03 para 49.606.021,40 euros. Convém, no entanto, referir que, no caso de Matosinhos, este facto não se prende com a imposição legal da restrição do recurso ao crédito, já que, como veremos mais adiante, a capacidade de endividamento está longe de ser atingida.



Analisando agora o Quadro n.º 25, podemos perceber que, analogamente a 2006, os encargos financeiros obtiveram uma variação positiva e os passivos financeiros uma variação negativa, dando origem, no seu cômputo geral, a um crescimento do serviço da dívida entre 2006 e 2007 de 2%. A diminuição das amortizações a partir de 2006 deveu-se ao termo da amortização de quatro empréstimos no ano 2005.

Quadro n.º 25

Evolução do Serviço da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2004	2005	2006	2007
Juros	841.473,10	811.889,56	855.606,84	974.296,96
Amortizações	3.326.497,26	4.241.882,63	4.050.732,59	4.029.406,57
Total	4.167.970,36	5.053.772,19	4.906.339,43	5.003.703,53
Taxa de Crescimento	66,1%	21,3%	-2,9%	2,0%

No que se refere aos juros, estes sofreram um aumento face a 2006, explicado pela tendência de subida da taxa de juro durante o ano de 2007.

5.2.2 Limite da Capacidade de Endividamento

Com a publicação da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Nova Lei das Finanças Locais, foram estabelecidas novas regras de cálculo do endividamento autárquico.

De acordo com o estabelecido no artigo 36º o endividamento líquido municipal é igual à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

A presente lei estabelece dois tipos de limites: o limite de endividamento líquido municipal e o limite geral de empréstimos dos municípios. Para efeitos de cálculo destes limites, o conceito de endividamento líquido total inclui: o endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios e das entidades que integram o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime jurídico do SEL – Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro -, proporcional à participação do município no seu capital social.

Relativamente ao limite de endividamento líquido municipal (LELM), o montante do endividamento líquido total (ELT) do município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do SEL, relativas ao ano anterior.



Já quanto ao limite geral dos empréstimos de médio e longo prazo, o montante da dívida do município referente a empréstimos desta natureza não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, o montante das receitas referidas no parágrafo anterior.

No entanto, nos artigos 39º e 61º da nova Lei das Finanças Locais, estão definidos os empréstimos que ficam excluídos dos limites de endividamento referidos anteriormente, nomeadamente: empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excepcionavam dos limites de endividamento; empréstimos destinados ao financiamento de programas de reabilitação urbana; empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários, desde que o montante máximo do crédito não exceda 75% do montante da participação pública nacional; empréstimos destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afectadas por calamidade pública; entre outros.

No Quadro n.º 26 agruparam-se os diversos empréstimos do município, de forma a evidenciar os empréstimos que relevam ou não para efeitos de determinação da capacidade de endividamento da autarquia.

Podemos constatar que o capital em dívida dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento é inferior ao dos empréstimos que não relevam – 23,6% e 76,4% respectivamente .

Quadro n.º 26
Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Data do Contrato	Finalidade	Entidade Credora	Capital		Encargos do Ano		Encargos do Ano Vencidos e Não Pagos		Valores Acumulados		Capital em Dívida em 31/12/2007
			Contratado	Utilizado	Amortizações	Juros	Amortiz.	Juros	Amort.	Juros Capit.	
09-07-1997	Centro Ciencias Tec. Mar	C.G.D.	4.987.979	3.514.854	273.828	70.989	0	0	1.967.644	0	1.547.210
13-09-2000	Diversos empreendimentos (a)	BPI	9.975.958	9.623.866	885.141	258.035	0	0	3.545.155	0	6.078.711
03-10-2000	Diversos empreendimentos (b)	C.G.D.	9.975.958	3.516.566	334.646	81.054	0	0	1.639.615	0	1.876.951
08-10-2002	Financiamento complementar de diversos empreendimentos (d)	C.G.D.	2.908.766	2.162.294	83.449	98.100	0	0	0	0	1.900.645
29-12-2006	Diversos Empreendimentos (e)	BPI	2.410.000	295.251	0	0	0	0	261.648	0	295.251
(A) Total do Serviço da Dívida para Efeitos de Cálculo da Capacidade de Endividamento					1.577.064	508.177	0	0	7.414.063	0	11.698.767
16-06-1994	Habitação - Biquinha 3	C.G.D.	490.857	490.857	23.617	11.543	0	0	178.932	37.331	349.256
16-06-1994	Habitação - Cruz de Pau	C.G.D.	719.306	719.306	34.988	16.692	0	0	261.392	57.313	515.227
16-06-1994	Habitação - Guarda/Perafita	C.G.D.	1.827.715	1.827.715	84.724	44.315	0	0	623.395	169.459	1.373.779
16-06-1994	Habitação - S. Gens	C.G.D.	1.950.100	1.950.100	91.669	46.955	0	0	705.551	179.322	1.423.871
(B1) Total do Serviço da Dívida no Âmbito da Construção de Habitações Sociais					234.998	119.506	0	0	1.769.270	443.425	3.662.134
22-07-1996	Conj. Habit. Sendim	C.G.D.	6.014.774	5.865.100	239.413	44.858	0	0	1.550.048	0	4.315.052
09-08-1996	Conj. Habit. Soutelo	C.G.D.	535.465	519.463	21.453	3.955	0	0	145.001	0	374.462
09-08-1996	Conj. Habit. Custóias	C.G.D.	589.080	570.804	23.574	4.346	0	0	159.332	0	411.472
02-02-1998	Conj. Habit. S. Hora	C.G.D.	689.354	604.508	22.717	6.016	0	0	181.283	0	423.225
16-05-2000	Conj. Habit. Cruz de Pau	BPI	785.756	771.241	36.782	5.320	18.429	2.622	160.224	0	611.017
16-05-2000	Conj. Habit. Seixo	BPI	1.539.724	1.539.724	75.381	9.128	37.769	4.486	500.551	0	1.039.174
18-05-2000	Conj. Habit. Padrão Légua, Chouso e Perafita	BPI	2.388.778	2.241.987	105.827	17.642	52.824	9.172	638.041	0	1.603.946
07-11-2000	Diversos empreendimentos (c)	C.G.D.	36.549.031	31.229.155	1.692.196	255.349	0	0	5.762.383	0	25.466.773
(B2) Total do Serviço da Dívida no Âmbito do Programa Especial de Realojamento					2.217.344	346.614	109.023	16.279	9.026.863	0	34.245.120
(B) Total do Serviço da Dívida sem Efeitos para o Cálculo da Capacidade de Endividamento					2.452.342	466.119	109.023	16.279	10.866.133	443.425	37.907.254
TOTAL GERAL DO SERVIÇO DA DÍVIDA (A) + (B)					4.029.407	974.297	109.023	16.279	18.280.196	443.425	49.606.021



- | | |
|---|--|
| <p>(a) Const. Núcleo Cult. Matosinhos
Par. Desp. Nasc. Concelho
Par. Desp. e Recreativo Leça da Palmeira</p> <p>(b) Estudo e Revitalização da Marginal de Matosinhos
Parque de Estacionamento Zona Sudoeste da Cidade
Construção de Piscinas Cobertas - Perafita e Custóias
Nova Centralidade S. Mamede Infesta
Obras Plano Circulação Parque Basílio Teles</p> <p>(c) PER - Conj. Hab. Seara
PER - Conj. Hab. Estádio do Mar
PER - Conj. Hab. S. Tiago de Custóias
PER - CDH's - Custió
PER - CDH's - Ponte Carro -ASSIMEC- 66 fogos
PER - CDH's - Ponte Carro -SEDENGIL-262 fogos
PER - CDH's - Farrapas
PER - CDH's - Recarei Cima
PER - CDH's - Rua Ribeiras de Cima - Perafita</p> | <p>PER - CDH's - Rua de Cidres
PER - CDH's - Telheiro
PER - CDH's - Monte Espinho
PER - CDH's - Angeiras de Cima
PER - CDH's - Angeiras de Baixo
PER - CDH's - L. Palmeira - Bateria
PER - CDH's - S. Mamede - Laranjeiras
PER - CDH's - Ribeiras - Freixieiro</p> <p>(d) Conj. Habitacional do Seara
Conj. Habitacional da Senhora da Hora
Conj. Habitacional de S. Tiago Custóias
Ligação Sendim - M. Pipos Lomba (2ª Fase)</p> <p>(e) Remodelação e ampliação da EB1 Quatro Caminhos
Remodelação e ampliação da EB1 do Corpo Santo
Construção de parque de estacionamento da Marginal de Leça da Palmeira
Construção do parque de estacionamento de Manhufe</p> |
|---|--|

De forma a facilitar a análise dos limites de endividamento líquido e bancário, assim como da capacidade de endividamento da autarquia foram construídos os seguintes quadros resumo.

Quadro n.º 27

Receitas Arrecadas em 2006

(Un: Euros)

Descrição	Receitas cobradas brutas (1)	Reembolsos e restituições pagos (2)	Receita cobrada líquida (3)=(1)-(2)
Imposto Municipal sobre Imóveis	17.664.916,93	420.550,81	17.244.366,12
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	13.223.566,41	678.577,42	12.544.988,99
Imposto Municipal sobre Veículos	2.374.594,64	378,37	2.374.216,27
Contribuição Autárquica	644.447,74	61.003,15	583.444,59
Imposto Municipal de Sisa	1.360.564,89	0,00	1.360.564,89
Derrama	8.090.511,19	0,00	8.090.511,19
Fundo de Equilíbrio Financeiro e Participação no IRS (a)	13.543.940,00	0,00	13.543.940,00
Receitas arrecadadas a título de participação nos resultados das entidades do SEL	0,00	0,00	0,00
Total das receitas	56.902.541,80	1.160.509,75	55.742.032,05

(a) Como em 2006 não existia esta receita, consideram-se os valores de 2007 (por indicação da DGAL)

Quadro n.º 28

Endividamento Líquido / Bancário

(Un: Euros)

Entidades	Endividamento Total	Líquido	Endividamento Bancário de Médio e Longo Prazo
Câmara	-31.716.151,85		11.698.767,39
SMAS	-16.572.596,83		0,00
Sector Empresarial Local			
MH - Matosinhos Habit, E.M.	-355.633,00		0,00
MS - Matosinhos Sport, E.M.	-47.236,62		0,00
Metro do Porto S.A.	1.793,40		1.243,69
Associações de Municípios			
LIPOR	-2.451.247,46		0,00
Área Metropolitana do Porto	-466.691,66		0,00
Total	-51.141.072,36		11.700.011,08

**Quadro n.º 29****Capacidade de Endividamento**

(Un: Euros)

Capacidade Endividamento	Valor
1 - Receitas Arrecadas em 2006 (A)	55.742.032,05
2 - Endividamento Líquido Total	-51.141.072,36
3 - Limite de Endividamento Líquido Municipal = 125% x A	69.677.540,06
4 - Endividamento Bancário de Médio e Longo Prazo	11.700.011,08
5 - Limite de Endividamento Bancário = A	55.742.032,05
6 - Capacidade de Endividamento Líquido (3-2)	120.818.612,42
7 - Capacidade de Endividamento Bancário (5-4)	44.042.020,97
8 - Índice da Capacidade de Endividamento Líquido (6/3)	173,40%
9 - Índice da Capacidade de Endividamento Bancário (7/5)	79,01%

Da análise do quadro n.º 28 podemos verificar, por um lado, quais são as entidades consideradas para a cálculo do endividamento líquido e bancário e, por outro lado, qual o seu contributo em termos valor. Aqui é importante salientar que os valores apresentados para cada uma das entidades são proporcionais à participação do município no seu capital social.

Quanto ao endividamento líquido total, o valor negativo de 51.141.072,36 euros, calculado pela diferença, como vimos anteriormente, entre o somatório dos Passivos e o somatório dos Activos, é justificado pelo facto de o total do Activo ser superior ao total do Passivo. Se compararmos este valor negativo com o Limite de Endividamento Líquido Municipal, presente do quadro n.º 29, no montante de 69.677.540,06 euros, podemos concluir que o município de Matosinhos não só não utilizou a sua capacidade de endividamento líquido, como ainda aumentou essa capacidade para 173,4%.

Relativamente ao endividamento bancário de médio e longo prazo, o montante de 11.700.011,08 euros representa o capital em dívida em 31 de Dezembro de 2007 dos empréstimos não excepcionados, do município e das entidades referidas no quadro n.º 28. Pela análise do quadro n.º 29 podemos concluir que, no final de 2007, o município dispunha de um índice de Capacidade de Endividamento Bancário de 79,01%, ou seja, do Limite de Endividamento Bancário de 55.742.032,05 euros apenas se utilizou cerca de 21%, ou seja 11.700.011,08 euros.



5.3 Indicadores de Gestão

5.3.1 Indicadores de natureza Orçamental

Neste capítulo pretendemos apresentar uma visão global da receita e da despesa, e da sua evolução ao longo dos últimos 3 anos, através de indicadores, estabelecendo relações de grandeza entre ambas.

Quadro n.º 30

Indicadores da Estrutura da Receita	2005	2006	2007
Receitas Próprias / Receita Total	67,2%	69,7%	76,3%
Impostos Locais (1) / Receita Total	43,5%	50,8%	57,0%
Venda de Bens de Investimento / Receita Total	0,2%	0,0%	0,1%
Transferências / Receita Total	30,2%	30,3%	23,4%
Passivos Financeiros / Receita Total	2,6%	0,0%	0,3%

(1) Impostos Locais: Imposto Municipal s/ Imóveis, Imposto Municipal s/ Veículos, Imposto Municipal s/ Transações de Imóveis, Derrama, Contribuição Autárquica, Imposto Municipal de SISA

Pela leitura do Quadro n.º 30 podemos constatar que, tal como a receita total aumentou em cerca de 2,6% entre 2006 e 2007, o peso relativo das receitas próprias também aumentou, de 69,7% para 76,3%, o que revela um acréscimo da autonomia financeira da Autarquia. Assim como, o peso dos impostos locais na receita total aumentou devido a um acréscimo nos impostos directos arrecadados. Por outro lado, apesar do aumento das transferências correntes, de 2006 para 2007, em 47,9%, a variação negativa das transferências de capital de 74,3% deu origem a um decréscimo do peso relativo das transferências no total das receitas. Também o rácio dos passivos financeiros (utilizações de capital) teve um ligeiro aumento de 0,3 p.p., o que traduz o aumento ténue do recurso ao endividamento de médio e longo prazos.

Quadro n.º 31

Grau de Cobertura Global das Receitas e das Despesas	2005	2006	2007
Receita Total / Despesa Total	92,8%	98,6%	98,1%
Receita Corrente / Despesa Corrente	144,8%	125,6%	138,3%
Receita de Capital / Despesa de Capital	38,8%	48,2%	14,2%
Passivos Financeiros / Despesa Total	2,4%	0,0%	0,3%
Receitas Próprias / Despesa Total	62,4%	68,7%	74,8%
Impostos Locais (1) / Despesa Total	41,0%	50,1%	55,9%

(1) Impostos Locais: Imposto Municipal s/ Imóveis, Imposto Municipal s/ Veículos, Imposto Municipal s/ Transações de Imóveis, Derrama, Contribuição Autárquica, Imposto Municipal de SISA

Por outro lado, a análise do Quadro n.º 31, permite-nos constatar que, analogamente ao que se verificou em 2006, em 2007 as receitas totais foram inferiores às despesas, tendo a diferença sido



coberta pelo saldo da gerência anterior no montante de 1.712.081,78 euros, embora a taxa de cobertura seja muito semelhante à do ano anterior.

Outro facto interessante é que, nos três anos em análise, as receitas correntes excederam substancialmente as despesas correntes, dando origem à já analisada Poupança Corrente, e as receitas de capital cifraram-se em cerca de 14,2% do valor das despesas de capital.

Os passivos financeiros da receita, isto é, o recurso ao endividamento, cresceram cerca de 0,3 p.p. no total das despesas, exactamente o mesmo aumento que assistiram no total das receitas.

O peso relativo das receitas próprias e dos impostos locais no total de despesas assistiu a um acréscimo, entre 2006 e 2007, pelas razões acima indicadas. Mas, apesar de tudo, podemos constatar que 74,8% de toda a despesa é suportada por receitas próprias da autarquia sendo que, 55,9% da despesa total é assegurada por impostos locais.

5.3.2. Indicadores de natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o activo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 26% do activo total do Município) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 32, permitem-nos ter um perspectiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Pela análise dos rácios da estrutura do activo, podemos ver que ela não se terá alterado muito entre 2006 e 2007, tendo-se assistido a uma diminuição do peso do activo circulante, em proveito do activo fixo, no total do activo, uma vez que o activo fixo aumentou em 3,1% e o circulante diminuiu em 18,1%. De facto, o peso do activo fixo sobre o circulante continua enorme (2.187,8%) e aumentou face a 2007.

No que se refere à estrutura do passivo, há que realçar que enquanto que, em 2006, o passivo de curto prazo era dez vezes inferior ao de médio e longo prazo, em 2007 houve um aumento do peso do passivo de curto prazo e uma diminuição do peso do passivo de médio e longo prazo no total do passivo. Isto mesmo pode ser constatado também nos rácios referentes à análise do passivo exigível: enquanto que o coeficiente de endividamento de curto prazo passou de 1,4% para 1,5%, o de médio e longo prazo sofreu uma ligeira diminuição, de 13,7% para 12,3%.



Quadro n.º 32

Indicadores	2006	2007
Estrutura do Activo		
Activo fixo / Activo Total	94,6%	95,6%
Activo Circulante / Activo Total	5,4%	4,4%
Activo Fixo / Activo Circulante	1737,3%	2187,8%
Estrutura do Passivo		
Passivo longo prazo / Passivo Total	47,4%	44,7%
Passivo curto prazo / Passivo Total	4,7%	5,6%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	1006,0%	798,8%
Análise do Activo Fixo		
Activo fixo / Endividamento a médio longo prazo	892,3%	989,2%
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	19,4%	21,4%
Análise do Passivo Exigível		
- Coeficiente de endividamento a curto prazo		
Dívida de curto prazo / Património Líquido	1,4%	1,5%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo		
Dívida de médio longo prazo / Património Líquido	13,7%	12,3%
Índices de Liquidez		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	245,3%	179,5%
Activo circulante / Exigível a curto prazo	516,7%	361,1%
Índice de Solvência		
Dívidas a terceiros / Activo total	11,7%	10,9%

O activo fixo constitui basicamente o investimento directo da autarquia, líquido das depreciações que entretanto vão ocorrendo. Ao compararmos o activo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, verificamos que o primeiro supera o segundo quase dez vezes, o que significa que apenas cerca de um décimo do imobilizado avaliado está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo. Este indicador representa a garantia, em bens, da autarquia aos seus financiadores. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 27% do imobilizado avaliado da autarquia são bens de domínio público. Portanto este indicador de solvência deverá ser encarado como meramente indicativo.

Ainda dentro da análise do activo fixo, podemos verificar que o coeficiente de envelhecimento do imobilizado passou, de 2006 para 2007, de 19,4% para 21,4%, o que significa que, apesar de ser relativamente recente, se o aumento das amortizações acumuladas for superior ao aumento do imobilizado bruto a tendência será para o seu envelhecimento.

Passando agora à análise dos índices de liquidez, podemos verificar que em ambos os rácios ocorreu uma quebra, pois quer as disponibilidades, quer o activo circulante diminuíram de 2006 para 2007 e as dívidas a terceiros de curto prazo aumentaram. Particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2007, as disponibilidades eram quase duas vezes superiores ao passivo de curto prazo.



Finalmente, da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção de uma situação financeira positiva da autarquia (que já em 2006 era bastante boa): de facto, o peso das dívidas a terceiros no Activo Total é de apenas 10,9%.

5.4 Proposta de Aplicação dos Resultados

Propõe-se, de acordo com o ponto 2.7.3 do POCAL, que os Resultados Líquidos do Exercício, no montante de 9.622.167,40 euros, sejam distribuídos da seguinte forma:

- 5%, correspondente a 481.108,37 euros, para reforço da Reserva Legal;
- o restante, no valor de 9.141.059,03 euros, para reforço do valor do Património.